



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MÁRCIA SWÊNIA BRITO DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA
ANÁLISE INTERSECCIONAL**

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

MÁRCIA SWÊNIA BRITO DA SILVA

**A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA
ANÁLISE INTERSECCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço social, Questão social e Direitos sociais.

Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de poder.

Orientadora: Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago.

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

S586e Silva, Márcia Swênia Brito da.
A experiência de mulheres em situação de rua [manuscrito]
: uma análise interseccional / Marcia Swenia Brito da Silva. -
2019.

108 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas ,
2019.

"Orientação : Prof. Dr. Idalina Maria Freitas Lima Santiago
, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Mulher. 2. Marcadores sociais. 3. interseccionalidade. 4.
Morador de rua. 5. População desabrigada. 6. Situação de
pobreza. I. Título

21. ed. CDD 362.5

MÁRCIA SWÊNIA BRITO DA SILVA

A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

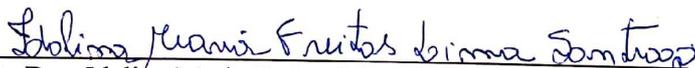
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço social, Questão social e Direitos sociais.

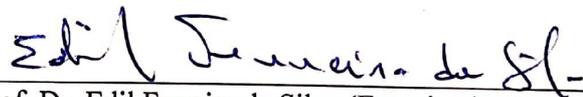
Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de poder.

Aprovada em: 11 / 04 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Edil Ferreira da Silva (Examinador Interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À minha sobrinha, Maria Júlia, a continuidade da nossa família, na qual as mulheres predominam. Que a força ancestral esteja sempre presente na tua luta cotidiana para que tu nunca te sintas sozinha.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio desde a seleção do mestrado até os últimos momentos desta etapa de minha formação. Minha mãe, Marleide; seu esposo, Marivaldo; minhas irmãs, Leyla e Geyza; e minha sobrinha, Maria Júlia.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, pelos debates instigantes que me impulsionaram a questionar minha própria existência e a desconstruir reproduções de uma mente modelada pela cultura machista, racista e colonizada, sem dúvida elementos indispensáveis para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago, pelo direcionamento, paciência e compreensão nesse processo de produção da dissertação, no qual a angústia em muitos momentos colocou empecilhos no desenvolver da escrita.

Às/Aos colegas da turma 2016, Nathalya, Milca, Sayonara, Alexandra, Mayara, Flávio e Daliane, pelos momentos de amizade, apoio e desabafo das nossas angústias. Às/aos colegas das outras turmas, Renata, Franciele, Ana Teresa, Juliana e Gutierrez, pelo companheirismo e apoio em tantos momentos das minhas idas e vindas à Campina Grande.

À equipe do Centro Pop Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes-PE, pela acolhida afetuosa, pela disponibilidade para responder meus questionamentos e por facilitar a realização da pesquisa no serviço, abrindo os caminhos para minha aproximação com as entrevistadas.

À Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Jaboatão dos Guararapes-PE, por permitir que eu realizasse a pesquisa no Centro Pop.

Às/Aos colegas de trabalho do CRAS Prazeres, pelas discussões e pela compreensão nos momentos em que precisei estar ausente e/ou nos momentos em que o cansaço me dominou.

Por fim, e nem por isso menos importante, às mulheres que se disponibilizaram a participar desta pesquisa e contar suas narrativas, muitas vezes doídas de relembrar, mas que mesmo assim me concederam o seu tempo e um pouco de suas histórias.

“As rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas.”

Marielle Franco, vereadora da bancada do PSOL no Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018.

Marielle, presente!

RESUMO

Este estudo se propôs a analisar a experiência de mulheres em situação de rua, tendo como referência a perspectiva de interseccionalidade, considerando os marcadores sociais da diferença gênero, raça, classe e sexualidade. Com a finalidade de realizar esta análise, busquei apreender os condicionantes que levaram essas mulheres a viver em situação de rua; compreender os imbricamentos das categorias da diferenciação (gênero, raça, classe e sexualidade) que atravessam a experiência das mulheres em condição de rua; investigar as estratégias de sobrevivência arquitetadas por essas mulheres; verificar se os serviços direcionados a esse segmento asseguram a garantia de direitos na condição de sujeito marcado pelas diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade. Para tanto, tomei a concepção de interseccionalidade entre os marcadores sociais da diferença, reconhecendo sua capacidade de dar conta da complexidade resultante da imbricação dos principais sistemas de opressão – sexismo, racismo, capitalismo – que contornam as relações de exclusão, vivência e sobrevivência das interlocutoras da pesquisa. A pesquisa de campo teve como lócus o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), situado no bairro Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes/PE, e teve como participantes seis mulheres que acessavam esse serviço. A pesquisa se deu no período de dezembro de 2017 a maio de 2018. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação, o diário de campo, o questionário para seleção de amostra e a entrevista semiestruturada. A análise do discurso foi essencial para a apreciação dos dados coletados, visto que possibilitou o exame da fala das participantes da pesquisa, destacando os sentidos produzidos por elas e considerando as suas condições sócio-históricas. Foi possível identificar que, na condição de classe, o dado em comum está no fato de serem mulheres oriundas de comunidades periféricas, estando, majoritariamente, envolvidas com o uso de drogas ilícitas, especialmente o crack, substância que tem uma relação estreita com a exclusão social no Brasil. Na condição de gênero, tanto as mulheres cisgênero como as mulheres trans foram vítimas de atos violentos que marcaram suas vivências atravessadas pelo medo e pela vulnerabilidade de ser mulher em situação de rua. Relativo às mulheres cisgênero, o elemento em comum está no fato do agressor ser alguém conhecido, já no caso das mulheres trans as agressões foram cometidas por pessoas desconhecidas, sugerindo a transfobia como uma de suas causas. E no que tange à questão de raça, foi constatado que o véu do racismo institucional dificultou a percepção das entrevistadas sobre possíveis situações de discriminação racial. Verifiquei que as estratégias de sobrevivência elaboradas pelas mulheres se entrecruzavam com as experiências de rua e com a tentativa de superar a insuficiência da oferta de políticas públicas. No que diz respeito à avaliação das mulheres acerca do atendimento prestado pelo Centro Pop, as entrevistadas apontaram a necessidade de se realizar melhorias na oferta dos serviços, ampliação do horário de atendimento e instalação de ambientes para descanso diurno e noturno. Reivindicaram a implantação de políticas de moradia, de geração de emprego e renda, como também profissionalização para a população de rua.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua. Marcadores sociais da diferença. Interseccionalidade.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze, based on the perspective of intersectionality, the experience of women living in street situation, considering the social markers of difference gender, race, class and sexuality. In order to carry out this analysis, I sought: to understand the conditioning elements that led these women to live in street situation. To perceive the interweaving of categories of differentiation like gender, race, class and sexuality, that cross the experience of women in street condition. To investigate the survival strategies elaborated by these women. To verify if the services directed to this segment, assure the guarantee of rights as a subject marked by the differences of gender, race, class and sexuality. Therefore, I consider the conception of intersectionality related to the social markers of difference, recognizing that it is capable of accounting the complexity resulting from the overlapping of the main systems of oppression - sexism, racism, capitalism - that contour the relations of exclusion, experience and survival of the research interlocutors. The field research had as locus the Specialized Reference Center for Population in Street Situation (Pop Center), located in the neighborhood of Prazeres, in the city of Jaboatão dos Guararapes, PE, and had as participants six women who accessed this center. The research was carried out from December 2017 to May of 2018. The observation, the field diary, the sample selection questionnaire and the semi-structured interview were used as instruments of data collection. Discourse Analysis was essential towards the appreciation of the collected data, since it made possible the examination of the participants' speech highlighting the senses produced by them considering their socio-historical conditions. I identified that, under the class indicator, the data in common is that they are women from peripheral communities, being mostly involved with the use of illicit drugs, especially crack cocaine, a substance that has a very close relation to social exclusion in Brazil. In gender condition, both cisgender and transgender women were victims of violent acts that marked their experiences crossed by fear and the vulnerability of being a woman in street situation. In cisgender women, the element in common is the fact that the aggressor is someone known, and in transgender women, unknown people committed the assaults suggesting transphobia as one of its causes. Concerning race, it was observed that the veil of institutional racism made it difficult for the interviewees to perceive possible situations of racial discrimination. I verified that women's coping strategies intertwine with street experiences and attempts to overcome the insufficiency of public policies. Regarding the evaluation of the women about the care provided by the Pop Center, the interviewees pointed out the need to make improvements in the offer of services, increase the service hours and install day and night resting rooms. They demanded the implementation of housing, employment and income generation policies and professionalization for the street population.

Keywords: Women in street situation. Social difference markers. Intersectionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – A INTERSECCIONALIDADE ENQUANTO INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA A DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS.....	22
1.1 INTERSECCIONALIDADE: SUPERANDO A CENTRALIDADE NO GÊNERO.....	22
1.2 NÃO SOU EU UMA MULHER? A CONTRIBUIÇÃO DAS FEMINISTAS NEGRAS PARA A EMERGÊNCIA DO DEBATE INTERSECCIONAL.....	27
1.3 ABORDAGEM SISTÊMICA E ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA	33
CAPÍTULO II – “E AQUI ESTÁ VOCÊ VIVENDO, APESAR DE TUDO”: QUANTO À EXPERIÊNCIA E AOS ENFRENTAMENTOS NA VIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	40
2.1 TERMINOLOGIAS E/OU CLASSIFICAÇÕES PARA O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	40
2.2 CONHECENDO AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA E OS CONDICIONANTES PARA A CONDIÇÃO DE RUA.....	46
2.3 EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS ENQUANTO MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA.....	57
CAPÍTULO III – POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: SOBRE AS GARANTIAS, A EFETIVAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	69
3.1 EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR).....	69
3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	73
3.3 PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES.....	100
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a realidade vivenciada pelas mulheres em situação de rua, desvelando suas experiências com base na abordagem interseccional. Meu propósito, portanto, é abordar a questão da mulher em situação de rua, compreendendo que sua vivência é atravessada por um imbricamento de categorias da diferenciação (gênero, raça, classe, sexualidade), observando também suas estratégias de sobrevivência.

Durante os diversos períodos nos quais se divide a história, é possível encontrar relatos de pessoas vivendo nas ruas, mas na contemporaneidade a formação dessa população está indiscutivelmente ligada ao modo como o sistema capitalista produz e reproduz as relações sociais e, por isso, admite características peculiares de pauperização.

Nesse sentido, considero relevante o termo que Bauman (2005) apresenta, o “refugo humano”, ao discutir sobre a questão da produção e remoção dos “excessos humanos”, discorrendo acerca dos indivíduos não incluídos no mundo moderno, ou seja, os sujeitos que não se encaixam nos padrões de normatização nas sociedades modernas ou em modernização e são resultado dos processos de socialização e, ao mesmo tempo, de exclusão, que se fazem imperativos para a manutenção do sistema capitalista.

Ao dizer que “nosso planeta está cheio”, Bauman (2005, p. 11) afirma que o espaço geográfico existe em abundância, o que não há é o espaço social, que inexistente para aqueles que não se adaptam, que são expulsos ou que são marginalizados pela sociedade moderna do consumo, a mesma que produz o “lixo humano”.

A produção desse “refugo humano” não pode ser considerada uma falha do sistema capitalista, pelo contrário, ela é própria da lógica do movimento de produção e reprodução deste sistema que se fundamenta pela produção dos excessos materiais e humanos. Para o modo de produção, estes excessos são considerados descartáveis, no entanto, podem ser reaproveitados em algum momento que seja oportuno para sua manutenção.

Os seres humanos refugados, nas palavras do autor, são aqueles que durante o processo de “modernização” não puderam ou não quiseram ser reconhecidos, ou até mesmo não obtiveram permissão para permanecer. O autor também os chama de “excessivos” ou “redundantes”, considerando que esses indivíduos são produtos inevitáveis da modernidade e efeito colateral do que ele chama de “construção da ordem” e do “progresso econômico”.

A existência dos “desnecessários”, nas palavras de Nascimento (2003), é uma ameaça contínua às noções de igualdade das sociedades modernas e de ausência de exterioridade, atributos essenciais desta sociedade. Por isso, a impossibilidade de inclusão de certos indivíduos na esfera da igualdade e a criação de um exterior inconcebível para uma época que intenciona a universalidade tornam-se uma afronta ao seu projeto mundial.

No início, a modernidade se colocou como promessa à emancipação dos seres humanos e participação e usufruto das riquezas produzidas. Mas o que se tem constatado é que ela ressignificou formas de exclusão, colocando em espaços de eliminação os sujeitos que não conseguiram permanecer no seu trem do progresso ou não conseguiram alcançá-lo na sua estação de embarque. O modo de vida moderno conseguiu se propagar pelo globo levando suas promessas de progresso, como também formas degradantes de supressão dos mecanismos de inclusão e pertencimento dos indivíduos dentro de uma sociedade.

“Excessivos” (BAUMAN, 2005) ou “desnecessários” (NASCIMENTO, 2003), o fato é que, no meu entendimento, os indivíduos que foram excluídos do movimento de progresso do mundo moderno transitam ora por condições precarizadas de vida, ora por condições de extrema exclusão e miséria. Desse modo, “a constituição da exclusão social é hoje a maior ameaça à manutenção da sociedade moderna, uma ameaça direta ao seu ideário de igualdade, que Montesquieu denominará de convenção fundante” (NASCIMENTO, 2003, p. 65). Para que tal condição seja amenizada, a cultura de culpabilização do indivíduo se torna primordial para justificar os “fracassados do sistema”, alavancada pelo discurso da meritocracia.

As discussões atuais sobre a modernidade inserem a noção de que essa era já se esgotou e que estamos vivendo numa era pós-moderna ou num momento de transição, assim como pode-se estar presenciando uma modernidade líquida, nas palavras de Bauman (2001), que se utiliza da metáfora da “fluidez” ou “liquidez” na intenção de captar a sua natureza. Eu prefiro pensar que estamos vivendo os dois momentos que se entrelaçam e se antagonizam ao mesmo tempo, uma vez que uma não se esgotou totalmente e a outra está em processo de consolidação, mas talvez solidificar-se não seja sua intenção. A percepção que faço acerca das formas de exclusão social infere que estas não são resultantes apenas do âmbito econômico, mas também possuem dimensões que perpassam os âmbitos da cultura, da política, da família e da subjetividade do indivíduo.

É comum encontrar nos estudos sobre a população em situação de rua a escolha da categoria analítica “exclusão social” para explicar tal fenômeno. Ao me aprofundar nessa leitura, percebi que cada pesquisador/a trabalha essa categoria ligada a uma perspectiva teórica que delinea seu entendimento acerca do objeto a ser estudado. Desse modo, é habitual

encontrar produções que entendem a estrutura econômica como fundamento base para dar respostas não somente à exclusão social, mas também ao crescimento do número de pessoas em situação de rua.

Contudo, entendo que a questão da exclusão social da população em situação de rua no contexto brasileiro é sim efeito do processo de desenvolvimento econômico do país, mas não somente, ou principalmente dele, pois os condicionantes de raça, gênero e sexualidade estão explícitos em sua manifestação, mesmo que não estejam amplamente elucidados nos estudos sobre a temática.

Segundo Bursztyn (2003), a exclusão se dá de forma diversa. Em cada país, essa diversidade corresponde ao nível de desenvolvimento econômico e desenvolvimento das políticas sociais. No caso dos países ditos subdesenvolvidos, as pessoas em situação duradoura de desemprego passam da condição de pobreza para a de miséria. Essa situação se torna ainda mais frágil pelo fato de que as políticas sociais nesses países, em sua maioria, são ineficazes, insuficientes ou inexistentes. Para além disso, considero que as particularidades históricas e culturais em cada país também têm grande relevância no processo de exclusão dos indivíduos e da diversidade da exclusão. No Brasil, a exclusão e segregação de pretos, pobres e indígenas, historicamente e culturalmente, coloca esses segmentos nos índices maiores de mortalidade, de desemprego, de encarceramento, de baixa escolaridade e de moradia precarizada.

No caso do Brasil, com base nas discussões de Bursztyn (2003), a dimensão histórica expressa a plena responsabilidade que o país tem no que hoje se apresenta como dificuldade de construir o espaço de igualdade para todas as parcelas da população. Fazendo um rápido resgate histórico brasileiro, constata-se que o país teve alguns segmentos que a princípio se manifestaram sob o estigma da exclusão social, são os indígenas, os afrodescendentes e os trabalhadores rurais. Lançando o olhar para a atualidade, esses mesmos segmentos seguem carregando as marcas históricas da exclusão social.

Conforme Bursztyn (2003), a crescente produção de sujeitos desnecessários, juntamente com a atuação minimizada do Estado em decorrência da agenda neoliberal, vem forjando novas formas de miséria que vão modificando as antigas conformações de pobreza existentes no país.

Nascimento (2003) destaca que há uma necessidade cada vez menor de pessoas para garantir a (re)produção ampliada da sociedade, o que significa também um número cada vez mais crescente de indivíduos sem condições necessárias para subsistir devido ao seu descarte do mundo do trabalho.

Desse modo, segundo Nascimento (2003), a “nova exclusão social¹” é constituída de grupos sociais que foram transformados em “desnecessários” economicamente. Após perder a função produtiva, alguns deles conseguem se incluir no processo produtivo pela via informal, mas há aqueles que não mais conseguem participar desse processo. Adiciono aqui que estes sobreviverão dos dejetos produzidos pela sociedade de consumo e outros serão considerados um fardo para os “produtivos” e para o Estado.

Escorel (1999) destaca que para compreender a exclusão social de forma mais ampla, é preciso reconhecer o erro reducionista de associar as interpretações acerca da exclusão social apenas à desvinculação do indivíduo ao mundo do trabalho, pois a própria história de inclusão dos indivíduos no mundo do trabalho no Brasil tem suas particularidades. Desse modo, a autora analisa a exclusão social “considerando-a como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade” (ESCOREL, 1999, p. 75). Essas dimensões são: o mundo do trabalho, a dimensão sociofamiliar, a dimensão política, o âmbito cultural e o mundo da vida (a dimensão humana).

Nesse sentido, em decorrência dessas questões econômicas, políticas, históricas, culturais e da debilitada² proteção social do Estado, os processos que excluem socialmente um número cada vez mais crescente de pessoas vão também se diversificando nas diferentes regiões do país, assim como, segundo Bursztyń (2003, p. 43), “a população em situação de rua também vai se mostrando cada vez mais heterogênea”.

Foi justamente a partir da percepção dessa heterogeneidade que percebi a importância de investigar a vivência de mulheres em situação de rua. Essa realidade revela questões relativas à sexualidade, à raça e à identidade de gênero enquanto marcadores sociais que diferenciam e podem colocar essas pessoas num lugar de exclusão.

De forma bastante coerente, Bursztyń (2003) elabora o circuito da exclusão, onde as linhas que separam os grupos integrados dos marginalizados podem permitir a entrada e saída destes últimos. No entanto, dentro do grupo marginalizado, aquela linha que o separa dos excluídos se coloca nos dias de hoje como uma muralha quase intransponível. Nesse contexto, o grupo dos excluídos vai sendo rebaixado dentro do contexto social, perdendo vínculos

¹ A “nova exclusão”, para Nascimento (2003), consiste numa situação em que o não reconhecimento do indivíduo passa pela negação ou recusa por direitos ao extermínio ou genocídio de um segmento, ele cita pessoas em situação de rua, quilombolas e indígenas.

² No contexto atual, observando a aprovação da PEC-55 no ano de 2016, que instaura um congelamento nos gastos públicos por 20 anos, verifica-se que a lógica do governo atual se restringe à diminuição dos gastos públicos com a assistência social, afetando, principalmente, os programas de transferência de renda e as proteções sociais básica e especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

importantes que poderiam conduzi-lo a uma possível (re)inserção, afetando seu acesso à proteção social, suas referências de lar, os vínculos familiares e sua autoestima.

Diante dessa discussão, coloco que a população em situação de rua pode ser identificada no conceito de “refúgio humano”, de Bauman (2004), e na percepção dos “desnecessários”, termo utilizado por Nascimento (2003), visto que sua presença nas ruas demonstra a agudização dos processos historicamente excludentes da nossa sociedade.

No que concerne à escolha da proposta da dissertação, é comum para muitos pesquisadores que o despertar de um objeto de estudo surja de uma experiência em campo de estágio e/ou profissional, ou até mesmo se apresenta como uma continuação de uma pesquisa anterior no intuito de ampliar a investigação sobre o tema.

A temática da população em situação de rua se apresentou para mim como uma preocupação e inquietação, desde a graduação em Serviço Social, para compreender como acontecem os processos de exclusão dessa população que acarretam na sua condição de rua. Partindo do entendimento de que o objeto de intervenção da profissão são as expressões multifacetadas da questão social, investigar a experiência de mulheres em situação de rua é pertinente não só pela perspectiva das relações sociais de classe, mas também pelo aprofundamento nas questões de gênero cada vez mais relevante e indispensável para a pesquisa no campo do Serviço Social e que vem crescendo a partir da inclusão da temática de gênero nos programas de pós-graduação.

Minha aproximação mais contundente com o citado tema deriva de observações de contingências da vida em cidades grandes, tanto no Brasil (Salvador, Bahia) como no exterior (New Haven, E.U.A.), além das inquietações despertadas na graduação, como mencionei anteriormente. Observando a população em situação de rua, sua migração, suas estratégias pela sobrevivência e a formação de famílias no âmbito da rua, fui instigada a buscar uma compreensão mais científica motivada pela formação em Serviço Social.

A título de exemplo de contingências que me motivaram à investigação, relato a seguir uma situação que ocorreu no ano de 2014, na cidade de Salvador-BA. Num dia chuvoso, tive a oportunidade de conhecer uma guerreira da sobrevivência na rua, grávida de gêmeas e trabalhando para subsistir mais um dia. Naquele dia, nos arredores do bairro Campo Grande, Salvador-BA, ela pediu abrigo debaixo do meu guarda-chuva até chegar à praça onde fazia a sua rotina matinal de higiene pessoal. Nessa curta caminhada, ela me contou sua história de vida, de como fugiu da pobreza no interior da Bahia, mais precisamente na cidade de Valença, para trabalhar como empregada doméstica na capital. O trabalho “arranjado”, como em tantos outros casos, não deu certo por vários motivos, principalmente, pela exploração do trabalho

doméstico. Assim, em pouco tempo e com pouco dinheiro, ela foi levada pelas circunstâncias a morar nas ruas, onde conheceu seu companheiro da época e de quem estava grávida.

Antes de chegar ao seu destino, ela me confidenciou que não queria que suas filhas nascessem na rua, que estava tentando voltar para sua cidade natal e para sua mãe que a ajudaria a criar as meninas. Na nossa despedida, ela me pediu alguns objetos que lhe faltava e me informou seu local de “abrigo” naquele momento. Na semana seguinte, a procurei no local informado, mas não a encontrei, nem naquele dia e nem nas semanas subsequentes. Fiquei, portanto, sem saber o que sucedeu, se ela conseguiu voltar para sua cidade, ou se teve que ir para a maternidade. Mas, desde aquele dia, ela nunca mais saiu das minhas reflexões e, portanto, se tornou minha razão principal para estudar a situação de suas iguais.

Considero ainda que a relevância desta dissertação não está somente no interesse e nas inquietudes pessoais, mas na importância de se compreender a experiência dessas mulheres que resistem às ruas todos os dias, podendo fortalecer o seu espaço social enquanto sujeito de direitos e contribuindo para que saiam do lugar de invisibilidade. Assim como fornecer subsídios para a percepção de que há uma multiplicidade na experiência das interlocutoras da pesquisa e que existe uma complexidade nas implicações que resultam na situação de rua.

Tendo em vista a escassez de produção acadêmica sobre essa temática específica da mulher em situação de rua, o presente trabalho poderá servir como referência para pesquisas futuras que apresentem como proposta de estudo o conhecimento da realidade dessas mulheres, atentando para os marcadores sociais da diferença que atravessam a sua experiência.

Também pode contribuir para a elaboração e efetivação de ações especializadas capazes de abarcar o segmento feminino em situação de rua como um todo, atentando-se aqui para o fato de a prática profissional do Serviço Social estar muito próxima dessa população em situação de rua no âmbito da elaboração e execução das políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e de assistência social.

Despertei-me para a necessidade de ir além daquilo que é comumente trabalhado em pesquisas sobre a população em situação de rua, que é justamente sua tipificação, motivações e caracterização no decorrer das mudanças societárias e urbanas pelas quais passaram as cidades brasileiras. Assim, analisar a experiência das mulheres em situação de rua pareceu-me mais relevante no que consiste dar voz a essas mulheres, para que elas mesmas exponham suas dificuldades, necessidades, práticas de sobrevivência e de subversão nesse espaço de existência.

Desse modo, a pesquisa impulsionada no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, que aborda a questão da experiência da mulher em situação de rua, surgiu da seguinte

indagação: como se dá a vivência de mulheres em situação de rua levando em consideração a análise interseccional de suas experiências?

Considerando que o tema deve abranger questões que envolvem o segmento feminino que faz da rua sua morada, é relevante levantar algumas questões para conseguir compreender o problema abordado nesta pesquisa, tais como: 1) quais as implicações que levaram essas mulheres a viver em situação de rua? 2) como os imbricamentos dos marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe e sexualidade) atravessam as experiências vividas por essas mulheres? 3) quais são suas estratégias de sobrevivência? 4) como elas avaliam os serviços ofertados pelo poder público previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua, observando se essa prestação de serviços assegura uma melhoria da condição de sujeito marcado pelas diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade?

Na elaboração desta pesquisa, duas premissas permearam minhas inquietudes. A primeira expõe que a vivência de mulheres em situação de rua é perpassada pelos entraves que se materializam a partir de sua condição de gênero, classe, raça e sexualidade, fazendo com que elas enfrentem questões que violam sua subjetividade enquanto mulher marcada pelas estruturas de poder que dificultam e limitam sua sobrevivência num cotidiano permeado de conflitos. A segunda sugere que as estratégias elaboradas para a superação das dificuldades e para a sobrevivência podem revelar que sua vivência não é marcada apenas pelos processos vitimizadores, pois, dentro das possíveis contradições que enfrentam, elas conseguem articular meios de subverter a sua condição de sujeito vulnerabilizado e agregar possibilidades de alcançar ou elaborar mecanismos para sua subsistência.

Nesse sentido, defini como objetivo geral da pesquisa analisar a vivência de mulheres em situação de rua com base na análise interseccional, considerando os marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade. Como objetivos específicos, que visam alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes: averiguar quais os condicionantes que levaram essas mulheres a viver em situação de rua; compreender os imbricamentos das categorias da diferenciação (gênero, raça, classe e sexualidade) que atravessam a experiência das mulheres em condição de rua; investigar as estratégias de sobrevivência arquitetadas por essas mulheres; verificar se os serviços oferecidos, previstos pela política direcionada a esse segmento, asseguram uma melhoria da condição de sujeito marcado pelas diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade.

De acordo com seus objetivos, a pesquisa ora apresentada foi classificada como explicativa, pois empenhou-se em identificar os fatores que determinam o fenômeno para além de sua aparência e buscará contribuir para o conhecimento científico através dos resultados de

seu estudo explicativo (GIL, 2008). Baseando-se nos procedimentos de coleta de dados, e com o intuito de definir um paradigma conceitual e operativo, classifiquei este estudo como pesquisa de campo que, segundo Gil (2008, p. 53), busca “muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

Durante o processo da pesquisa de campo, foram entrevistadas seis mulheres em situação de rua, no período de dezembro de 2017 a maio de 2018. Essa amostra foi do tipo intencional, que incluiu estratos da população de mulheres em situação de rua e procurou abranger as diferentes idades, orientação sexual, identidade de gênero e identidade étnico-racial, considerando a autoidentificação das interlocutoras da pesquisa.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), situado no bairro Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. A escolha dessa instituição se deu pelo fato dela oferecer um serviço primário de acolhimento dessa população e de encaminhamentos para os demais serviços das redes socioassistencial e intersetorial do município, uma vez que é o único serviço específico para a população em situação de rua na cidade.

Optei por realizar a pesquisa em Jaboatão dos Guararapes, município situado ao sul do Recife, o qual possui as seguintes características sociodemográficas: 697.636 habitantes, o que corresponde ao segundo município mais populoso de Pernambuco; abrange uma área de 258,7 km², dessa área 23,6 km² forma o perímetro urbano e os 233,7 km² restantes formam a zona rural do município; e PIB per capita de R\$ 19.491,30 (IBGE, 2016). Além disso, um dado que chamou minha atenção é o fato de a cidade possuir o segundo maior número de pessoas vivendo em situação de rua no estado de Pernambuco (BRASIL, 2008a), bem como uma rede de serviços mais enfraquecida em comparação à capital do estado, Recife. A referida cidade possui apenas um Centro Pop e não oferece serviços de acolhimento para esse segmento social, que fica descoberto no período noturno e nos finais de semanas. Ademais, a inserção enquanto assistente social na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Jaboatão dos Guararapes possibilitou uma aproximação com a rede socioassistencial e com os usuários do Centro Pop.

O município de Jaboatão dos Guararapes é dividido em seis regionais e popularmente delimitado em Jaboatão Velho e Jaboatão Novo. O bairro Prazeres, onde fica localizado o Centro Pop, é um importante centro comercial da cidade, integrando o território de Jaboatão Novo. No referido bairro, localiza-se uma das sedes da prefeitura, além de secretarias municipais e diversos órgãos públicos. O Centro Pop está situado nos limites do bairro Piedade

(orla no extremo norte da cidade), onde fica a maior parte dos/as usuários/as que são acompanhados/as pelo serviço.

Essa informação é importante, pois um grande contingente da população em situação de rua no Jaboatão dos Guararapes elabora suas estratégias e práticas de sobrevivência nessa área da orla marítima, devido a uma suposta facilidade em encontrar uma multiplicidade de trabalhos (lavagem de carros, flanelinha, coleta de material reciclável, trabalhos avulsos na praia etc.), bem como realizar sua higiene pessoal e conseguir suas refeições.

O Centro Pop é, no momento, o único serviço no âmbito da assistência social do município que realiza acompanhamento e encaminhamentos exclusivamente para a população em situação de rua. Isso significa que o outro extremo da cidade, Jaboatão Velho, é quase que totalmente descoberto, não fosse os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizados nos demais bairros.

Há também dois serviços regularmente acessados pela população em situação de rua de Jaboatão dos Guararapes, mas que não são exclusivamente direcionados para esse segmento. O Programa Atitude, coordenado pela Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas (Sepod) do governo do estado, é um programa que realiza ações integrais com pessoas em uso abusivo de álcool, crack e outras drogas, e sua família. As ações do programa se realizam em quatro modalidades: *Atitude nas Ruas*, que realiza trabalho através de uma equipe multidisciplinar de forma itinerante nas ruas, bares, praças e escolas; *Centro de Acolhimento e Apoio*, funcionando como casa de passagem, ofertando atendimento psicossocial, cuidados de higiene, alimentação e descanso; *Centro de Acolhimento Intensivo*, voltado para o acolhimento e proteção de usuários que fazem consumo abusivo de drogas e que são vítimas de violência, geralmente relacionada à dívida de drogas com o tráfico; e o *Aluguel Social*, que oferece moradia alugada para os usuários em acompanhamento, através de financiamento do estado por seis meses, podendo ser renovado por mais seis meses. O Programa Atitude também realiza encaminhamentos para a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e outras políticas setoriais. Em Jaboatão dos Guararapes há duas unidades do referido programa, uma na perspectiva de acolhimento intensivo e a outra na de acolhimento e apoio.

O outro serviço frequentado pela população de rua é o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS ad Álcool e Drogas), que é administrado pela Gerência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde. Os CAPS ad são serviços estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que prestam serviços de saúde de natureza aberta e comunitária. É formado por equipe multidisciplinar que atende pessoas de todas as faixas etárias com transtornos resultantes do

uso abusivo de álcool e outras drogas. Em Jabotão dos Guararapes só existe uma unidade de CAPS ad, as outras duas unidades de CAPS no município são direcionadas para pessoas com transtornos mentais não gerados pelo uso abusivo de drogas. Uma unidade atende adultos e idosos e a outra crianças e adolescentes.

As interlocutoras da pesquisa foram mulheres em situação de rua com idade entre 18 (dezoito) e 42 (quarenta e dois) anos. É importante destacar que entendo como mulher todo o indivíduo que assim se considera independente do sexo biológico determinado ao nascer.

Minha aproximação com as interlocutoras da pesquisa se deu por intermédio da equipe do serviço, o que na maioria dos casos facilitou meu acesso a elas e à construção de uma relação de confiança com o passar do tempo. No primeiro dia em que visitei o Centro Pop, os olhares questionavam quem eu era e o que fazia ali. Durante o momento de acolhimento inicial, a equipe explicou que eu estava lá para observar o serviço e que iria conversar com algumas pessoas sobre suas experiências na rua. Ao final desse momento, algumas pessoas vieram espontaneamente conversar comigo, em outros casos me aproximei tentando iniciar uma conversa e, de modo geral, não houve resistência.

Nessa experiência, tive a oportunidade de conversar e me aproximar de onze mulheres. Com algumas delas tive a abertura para conversar mais de três vezes, principalmente com aquelas que foram entrevistadas. O contato prévio com as participantes foi importante para deixá-las mais à vontade durante a entrevista e também facilitou a coleta de informações, uma vez que obtive conhecimento prévio da história delas durante esses momentos anteriores à realização das entrevistas. Essa aproximação foi possível com o auxílio da equipe do Centro Pop, pois fui apresentada durante as atividades do serviço tanto nas atividades coletivas de acolhimento, como na escuta individual que é feita para o acompanhamento de demandas dos/as usuários/as. Foi importante também coletar informações sobre as interlocutoras junto à equipe do Centro Pop, em especial junto à assistente social e um dos educadores sociais. O encontro com esses dois profissionais foi agendado, ocorreu seis meses após as entrevistas e decorreu da necessidade de saber a situação das entrevistadas após a coleta de dados. A coleta foi feita com os profissionais porque a grande maioria das interlocutoras já não frequentava mais o Centro POP após o referido período de seis meses.

É comum ocorrer faltas constantes das usuárias devido ao uso abusivo de drogas ou à quebra de regras estabelecidas para o funcionamento do serviço, o que resulta em suspensões ou desligamentos. Há casos em que as mulheres são enviadas para acolhimento intensivo no Programa Atitude, deixando de frequentar o serviço por um tempo ou definitivamente, como também houve situações em que elas estavam só de passagem e buscavam auxílio para retornar

à sua cidade de residência. Coloquei essas questões para explicar que no período em que frequentei o Centro Pop, de dezembro de 2017 a maio de 2018, era comum haver essa rotatividade, fazendo com que eu não tivesse mais contato com algumas dessas mulheres.

Para a coleta de dados, utilizei os seguintes instrumentos: a observação simples; o diário de campo; o questionário, com a intenção de selecionar a amostra de acordo com os objetivos da pesquisa; e a entrevista semiestruturada realizada com as mulheres selecionadas, que se pautou em perguntas fundamentadas nos objetivos da pesquisa.

Anteriormente à realização das entrevistas, durante a fase exploratória, foram abordadas oito mulheres que passaram pela aplicação do questionário, possibilitando assim a definição da amostragem. O critério para escolher as mulheres na aplicação do questionário foi a acessibilidade. Como havia um número reduzido de mulheres frequentadoras do Centro Pop, fiz contato com aquelas que estavam presentes no momento de minhas visitas e com aquelas que se disponibilizaram a conversar comigo. O questionário abordava questões referentes ao tempo de rua, assiduidade no Centro Pop, identificação de raça, sexualidade, identidade de gênero, faixa etária e atividade laborativa. Buscava-se delimitar uma amostra que contemplasse os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade entre as mulheres a serem entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas com seis usuárias que se dispuseram a participar da pesquisa, tendo como base um roteiro semiestruturado. Apenas uma das entrevistadas não autorizou a gravação de voz. Na maior parte do tempo, as mulheres contaram suas histórias entre risos, quando relatavam sobre suas estratégias, e com expressões de sofrimento, ao falar dos enfrentamentos, da quebra de vínculo familiar, do afastamento dos filhos, da perda da mãe e da violência. Neste último caso, duas delas evitaram aprofundar a conversa sobre as experiências de violência.

Ao finalizar a captação das entrevistas, senti a necessidade de permanecer acompanhando as atividades do Centro Pop para obter dados com essas mulheres através de conversa informal, pois percebi que algumas se sentiram um pouco desconfortáveis com o gravador e com a sala que foi disponibilizada pela equipe para que eu pudesse realizar as entrevistas.

Para análise dos dados, optei pela Análise do Discurso, que, segundo Fernandes (2007), permite a interpretação da fala dos sujeitos evidenciando os sentidos produzidos por eles, considerando as suas condições sócio-históricas e ideológicas. Essa abordagem permite ver o sujeito discursivo como um indivíduo que é resultado de uma estrutura complexa e não dado anteriormente (FERNANDES, 2007).

Considero que a análise da vivência de mulheres em situação de rua, a partir da abordagem interseccional, possibilita perceber os atravessamentos que perpassam as experiências de vida dessas mulheres, identificando os processos de opressão que marcaram suas vidas, mas também descobrindo que mesmo numa situação de extrema vulnerabilidade e violação de direitos elas conseguem articular estratégias de sobrevivência.

A aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética foi publicada em março de 2018, relatando a importância da pesquisa e advertindo sobre a possibilidade de ocorrer algum sofrimento emocional das entrevistadas, visto que sua história de vida seria investigada. Todas as entrevistadas concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contudo, apenas uma não permitiu a gravação de voz e, portanto, não assinou o termo que liberava o registro em áudio da entrevista. Além disso, os nomes verdadeiros das entrevistadas foram resguardados e substituídos por nomes fictícios escolhidos por elas no momento da entrevista.

A estrutura da dissertação compreende três capítulos, os quais foram divididos da seguinte forma:

No primeiro capítulo, trato da discussão acerca da análise interseccional e suas diferentes abordagens.

No segundo capítulo, começo situando a reflexão em torno da utilização de terminologias para a identificação/classificação do povo de rua, a qual está atravessada por todo um processo de mobilização voltado para a desestigmatização e engajamento político desse segmento populacional. Em seguida, apresento as interlocutoras da pesquisa e discorro como se deu o processo de inserção na situação de rua. Analiso os enfrentamentos vivenciados pelas entrevistadas na experiência de rua, perpassada pelos processos de subordinação e opressão, a partir dos condicionantes de gênero, raça, classe e sexualidade e as elaborações feitas por essas mulheres perante as estruturas de opressão que marcam suas experiências. Identifico que tais experiências estão demarcadas por estruturas de subordinação e opressão, e que há nas interlocutoras atitudes que remetem à elaboração de reações enquanto políticas de agência.

No terceiro capítulo, apresento a importância da luta do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no processo de elaboração e efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Além disso, apresento as contribuições e deficiências do Centro Pop identificadas pelas interlocutoras acerca da garantia de direitos. Trato também das estratégias de sobrevivência elaboradas pelas interlocutoras da pesquisa diante da não garantia desses direitos, que incluem as práticas de alimentação, higiene pessoal e dormida. Por fim, destaco a perspectiva para o futuro que as entrevistadas relataram e a situação atual das

participantes. Ou seja, com base nas informações passadas pelas técnicas de referência do Centro Pop, irei relatar se as participantes conseguiram sair da rua, se as que estavam em uso abusivo de drogas conseguiram acompanhamento para a redução de danos do uso, entre outras situações.

Por fim, teço as considerações finais e apresento as referências bibliográficas.

CAPÍTULO I – A INTERSECCIONALIDADE ENQUANTO INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA A DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS

Parto do pressuposto de que a realidade vivida por mulheres em situação de rua abrange variados determinantes que atravessam sua vivência de modo a marcar e moldar os processos de opressão, de subordinação e de estratégia de sobrevivência.

É pensando num contexto onde marcadores da diferença como gênero, raça, classe e sexualidade fluem e atravessam a experiência dessas mulheres que recorro à abordagem interseccional para analisar como se dá essa vivência. Desse modo, trabalho neste capítulo as discussões sobre o debate acerca do surgimento da interseccionalidade e de como essa abordagem vem se constituindo como instrumento de análise para verificar os modos como os sistemas de opressão atuam na vida das mulheres e como elas elaboram alternativas para confrontar esses sistemas.

1.1 INTERSECCIONALIDADE: SUPERANDO A CENTRALIDADE NO GÊNERO

As teóricas do pensamento feminista, desde o princípio do movimento de mulheres, colocaram esforços em elaborar abordagens que proporcionassem explicações sobre a condição de subordinação e de opressão das mulheres, bem como empenhavam-se em buscar meios para a superação das formas de dominação e novos direcionamentos para a luta feminista. Ao longo desse processo, foram construídas e assumidas categorias e conceitos de análise, como também foram elaboradas críticas capazes de questionar e de formular alternativas que dessem conta da complexidade que abrange a experiência das mulheres em toda sua diversidade.

Para Louro (1997), uma das mais importantes contribuições dos Estudos Feministas é o seu caráter político, uma vez que havia se constituído de forma convencional na produção acadêmica as ideias de objetividade e neutralidade que foram problematizadas, subvertidas e transgredidas pela produção feminista. “Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (LOURO, 1997, p. 19).

É nas últimas décadas do século XX que efervesce o debate acerca do “sujeito” do feminismo, este identificado pela categoria “mulher”. O debate coloca em questão a identidade do feminismo que estava assentada na perspectiva eurocêntrica, que remetia à mulher branca e hétero.

Segundo Piscitelli (2002), as abordagens desenvolvidas na década de 1960 entendiam que o lugar que a mulher ocupava nas sociedades era subordinado em relação à realidade masculina. Tal subordinação era compreendida como algo que variava no contexto histórico e em diferentes lugares no mundo, mas que mesmo assim era pensada de forma universal, visto que a subordinação acontecia em diferentes períodos históricos. Para a citada autora, a categoria “mulher”, que se origina nas ideias do feminismo radical, teve sua finalidade, pois, em termos políticos, ela foi útil para

[...] desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do ‘pensamento de esquerda’. O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a ‘identidade’ entre as mulheres tornava-se primária (PISCITELLI, 2002, p. 4).

Não obstante, análises apontavam para a universalização e cristalização de uma identidade, supostamente comum entre as mulheres, e que, segundo as críticas, colocava na invisibilidade outras experiências.

Louro (1997) esclarece que foi no desdobramento da chamada “segunda onda” do feminismo, datada da década de 1960, que o movimento aliará as preocupações sociais e políticas com construções propriamente teóricas. É a partir dessas motivações que o conceito de gênero será engendrado e problematizado.

Foram as teóricas feministas estadunidenses que passaram a utilizar o gênero como diferente de sexo para refutar a percepção de um determinismo biológico contido nos termos sexo ou diferença sexual e direcionar o debate para o campo do social. O gênero desempenha então uma posição enquanto ferramenta analítica e também política nos estudos feministas (LOURO, 1997).

Ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 1997, p. 21-22).

Para Piscitelli (2002, p. 11), o conceito de gênero

[...] começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder.

Em outro texto, Piscitelli (2008), ao fazer um resgate histórico do uso da abordagem do gênero, argumenta que é de comum acordo que na década de 1970 o conceito de gênero estava difundido no pensamento feminista anglo-saxão, sendo considerado como um avanço em relação à categoria “mulher”. O uso do conceito de gênero

[...] passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 1997, p. 23).

Todavia, o gênero ainda era posto tendo como referência o modelo eurocêntrico de se pensar a experiência das mulheres com base na realidade das mulheres brancas heterossexuais.

A crítica a essa hegemonia teórica e política do feminismo eurocêntrico partiu das feministas negras, lésbicas e do chamado Terceiro Mundo. As primeiras trouxeram para o debate a questão da raça e as formas como o racismo marca a vivência de mulheres negras. Já as feministas lésbicas inseriram a discussão da sexualidade como marcador que diferencia suas experiências. E o debate sobre etnia e nacionalidade é trazido pelas feministas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, essas mulheres reivindicavam a inclusão das diferenças no debate teórico e político do feminismo, pois as produções não incluíram as diferenças para além da diferença sexual, o que resultou num cenário tensionado pela ausência de uma preocupação analítica acerca das diferenças.

Dessa forma, as elaborações teóricas nas últimas décadas do século XX levantaram críticas justamente nessa percepção presente na distinção sexo/gênero, pois considerava que essa noção engessava e unificava as identidades de gênero, como também promovia a universalização em qualquer contexto, desconsiderando as particularidades de cada cenário. Assim, o que estava sendo posto era a crítica à imutabilidade da base biológica, à divisão da humanidade em dois sexos e gêneros (masculino/feminino), aos limites da distinção sexo/gênero e ao conceito de patriarcado que parecia possuir um caráter trans-histórico e fixo (PISCITELLI, 2008).

Piscitelli (2008) salienta que, como resultado dessa crítica, houve a tentativa presente em alguns escritos desse período de tirar a centralidade da diferença sexual. Contudo, mesmo admitindo a necessidade de se pensar as diferenças para além da diferença sexual, a preocupação das teóricas feministas não se traduziu num esforço mais analítico e uma articulação entre os marcadores sociais da diferença. O que era comum era a articulação da

categoria gênero com outra categoria. Normalmente, pensava-se em gênero e raça, gênero e sexualidade ou gênero e classe, não se vislumbrava o entrelaçamento entre todas as diferenças.

Joan Scott (1990) é colocada como uma das autoras desse período que ressaltou a necessidade de articular as diferentes categorias da diferença (PISCITELLI, 2008). Asseverando seu empenho com as análises sobre a diferença sexual e com base na sua proposição analítica, Scott (1990) aponta para a possibilidade de elaborar uma nova história a partir de uma perspectiva igualitária que abrangesse raça e classe. A autora se posiciona da seguinte forma:

[...] essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1990, p. 93).

Com base nesse trecho, compreende-se que a autora demonstra uma preocupação em relação à diversidade categorial que perpassa a realidade das mulheres, entretanto, permanece na menção da complexidade das vivências sem realizar uma análise mais aprofundada que incluiria outros marcadores imbrincados com o gênero de modo relacional e, ao mesmo tempo, contraditório. Assim, conforme Piscitelli (2008), Scott continuou privilegiando o gênero na escrita do seu texto.

A autora Judith Butler (2003), feminista lésbica, analisa o gênero enquanto mecanismo de produção de discurso de noções acerca do masculino e do feminino, buscando desconstruir e desnaturalizar estas noções. O ponto crucial de sua análise é de que o gênero é um fazer, uma atividade performativa, e propõe o afastamento do gênero das ideias binárias de homem/mulher, masculinidade/feminilidade.

De acordo com Piscitelli (2008), a respeito da relação entre gênero e outras categorias, Judith Butler afirma, no seu livro *Gender Trouble* (Problemas de Gênero), publicado em 1990, a necessidade de estudar o gênero em intersecção com os marcadores da diferença, frisando que eles não podem ser hierarquizados no que concerne à primazia enquanto condição de opressão. Na perspectiva de Butler (2003, p. 20),

[...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas [...] [e] se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

No entanto, segundo Henning (2015), só há um escrito de Butler mais voltado para essa discussão no livro *Bodies that Matter* (Corpos que importam), publicado em 1993, no qual ela considera que sexo e raça, juntamente com o gênero, implicam na produção de mecanismos reguladores atuando de forma ativa na formação dos sujeitos e de seus corpos. Nesta obra, Butler (1993) admite que a questão de gênero foi priorizada nos estudos feministas em detrimento das demais categorias, inclusive por ela mesma. Reconhece, portanto, que raça, gênero e sexualidade não podem ser tratados enquanto categorias de forma separada, devendo-se evitar uma falsa uniformidade. Nas suas palavras:

Prescrever uma identificação exclusiva para um sujeito constituído multiplamente, como todo sujeito, é impor uma redução e uma paralisia, e algumas posições feministas, inclusive a minha, priorizaram o gênero como o local identificatório da mobilização política às custas da raça, ou sexualidade, ou classe, ou posicionamento/deslocamento geopolítico. E aqui não é simplesmente uma questão de honrar o sujeito como uma pluralidade de identificações, pois essas identificações estão invariavelmente imbricadas umas nas outras, o veículo de um para o outro: uma identificação de gênero pode ser feita para repudiar ou participar de uma identificação de raça; o que se refere como ‘etnia’ emoldura e erotiza a sexualidade, ou pode ser uma marca sexual. Isto implica que não se trata de relacionar raça e sexualidade e gênero como se fossem eixos de poder totalmente separáveis; a separação teórica pluralista desses termos como ‘categorias’ ou como ‘posições’ baseia-se em operações excludentes que lhes atribuem uma falsa uniformidade e que servem aos objetivos reguladores do estado liberal (BUTLER, 1993, p. 116, tradução minha).

Nesse contexto de contestação e reconhecimento da centralidade do gênero nos estudos feministas, Sardenberg (2015) ressalta que as reivindicações que exigiam que categorias de diferenciação fossem inseridas nas formulações teóricas resultaram ora em uma ênfase na raça e gênero, ora em gênero e sexualidade. Em outros escritos, especialmente aqueles produzidos pelas “mulheres de cor” (*colored women*), foram feitas articulações entre classe, gênero e raça. Apesar disso, prevalecia a ênfase na questão do racismo priorizando uma categoria perante as demais. Diante disso, o que estava posto era que dar centralidade a categoria gênero obscurecia as demais categorias. Logo, era preciso elaborar um instrumento de análise que pudesse dar conta da complexidade resultante da imbricação dos principais sistemas de opressão – sexismo, racismo, capitalismo.

[...] hoje se reconhece que, por operarem também como matrizes preponderantes de hierarquização, desigualdade social e subordinação na grande maioria das sociedades contemporâneas, racismo e sexismo, ao lado do capitalismo, produzem diferenças relevantes em termos de gênero e raça na experiência de classe – o que, não raro, pode se traduzir em divergências de interesses entre membros de um mesmo segmento social. Da mesma forma, observa-se que recortes de classe e raça reconfiguram as vivências de gênero e estas, junto às de classe, recortam a maneira em que homens e mulheres vivenciam o racismo e suas implicações, produzindo experiências muito distintas (SARDENBERG, 2015, p. 58).

Com base nesse debate, compreende-se que não se pode pensar gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, etariedade, dentre outros, de forma desassociada, independentes, ou simplesmente somadas umas às outras, mas sim imbricados e simultâneos; e que a centralidade no gênero obscurece as demais categorias, podendo deixar de lado críticas essenciais aos múltiplos e concomitantes sistemas de opressão. Ademais, somadas à luta do movimento feminista cada vez mais plural, a fundamentação e a elaboração de estratégias de superação desses sistemas se tornavam cada vez mais urgentes. Em outras palavras, era preciso fomentar concepções ou abordagens que dessem conta da multiplicidade e complexidade das experiências das mulheres. Assim, é no cerne dessas demandas e questionamentos que emerge a formulação do conceito de interseccionalidade (PISCITELLI, 2008).

1.2 “NÃO SOU EU UMA MULHER?”³: A CONTRIBUIÇÃO DAS FEMINISTAS NEGRAS PARA A EMERGÊNCIA DO DEBATE INTERSECCIONAL

Henning (2015) relata que um marco na discussão sobre a interseccionalidade consiste na retirada da obrigatoriedade de partir de um marcador específico para, assim, desenvolver uma análise na perspectiva interseccional que não se reduzisse ao mantra dos três marcadores gênero, raça e classe.

Ainda tomando por referência Henning (2015), o termo interseccionalidade foi primeiramente empregado pelas teóricas feministas negras estadunidenses que buscavam dar conta da complexidade que envolvia as experiências de mulheres negras. Enquanto instrumento analítico, essa proposta tenciona responder aos modos como as intersecções entre gênero e demais categorias acontecem, influenciando na constituição de privilégios e de experiências particulares de opressão (AWID, 2004 apud HENNING, 2015).

A advogada e feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw é considerada a autora que formulou o termo interseccionalidade, explicando-o inicialmente enquanto uma metáfora e, posteriormente, como uma categoria provisória. Ela enfatiza a importância de entrelaçar as diferenciações sociais e de desigualdades, com o intuito de combater as opressões simultâneas tais como racismo, sexismo e exploração por classe social (HENNING, 2015).

Contudo, há discussões mais recentes. Uma delas, levantada por Collins (2017), argumenta que centralizar o surgimento da discussão sobre a interseccionalidade somente no

³ Frase (*Ain't I a woman?*) que marcou o discurso de Sojourner Truth durante sua apresentação na Convenção de Direitos das Mulheres (*Women's Rights Convention*) em 1851, Ohio, Estados Unidos.

trabalho de Kimberlé Crenshaw, *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*⁴, publicado em 1991, reduz e apaga toda a discussão que efervescia o debate dentro do feminismo negro e latino nos Estados Unidos.

No artigo “*Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*”, Patricia Hill Collins (2017) relata como as perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade foram adotadas pelo feminismo negro enquanto movimento social, tomando tais perspectivas como sistemas de intersecção de poder. Também retrata como essas noções ocuparam espaços na academia e, por fim, quais foram as consequências do reconhecimento acadêmico da abordagem interseccional para as políticas emancipatórias contemporâneas.

Collins (2017) alega que os trabalhos que expõem o surgimento da interseccionalidade desconsideram frequentemente sua relação com as políticas e os escritos das feministas negras das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Tais ensaios afirmavam que a liberdade da mulher negra só seria possível se ela compreendesse os efeitos dos eixos de raça, gênero e classe que afetam suas experiências. A autora coloca como marco importante dessa discussão o manifesto elaborado pelo Coletivo Combahee River, intitulado de *A Black Feminist Statement* (Uma Declaração Feminista Negra). O referido documento alegava que

[...] uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o gênero avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. (COLLINS, 2017, p. 8).

Segundo Collins (2017), a Declaração sugeria que os sistemas de opressão deveriam ser abordados de forma interconectada, uma vez que tais eixos de opressão moldavam coletivamente a experiência das mulheres negras. No entanto, a autora coloca que essa ideia não advinha somente do referido coletivo, pois as mulheres latinas nos EUA também buscavam legitimação de seu espaço nos movimentos sociais, tendo como um marco importante os escritos de Gloria Anzaldúa, principalmente, o livro *Borderlands/La Frontera*, publicado na década de 1980. Tal obra foi importante para preparar o terreno para as discussões acerca dos espaços fronteiriços, fronteiras e relacionalidade que foram mais à frente relevantes no debate da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2016 apud COLLINS, 2017).

Conforme Collins (2017), a década de 1980 marca também a inserção dessas mulheres, que elaboraram documentos acerca da intersecção dos marcadores da diferença no âmbito dos movimentos sociais e na academia, ocupando os espaços como estudantes da pós-graduação,

⁴ Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra as mulheres de cor.

professoras assistentes e docentes. Nesse período, o que existia na academia que pudesse dar conta dessa discussão eram os chamados estudos de raça/classe/gênero. Esse espaço foi importante para que as acadêmicas politicamente ativas trouxessem para as universidades o que vinha sendo discutido no movimento feminista negro.

Concordo com Collins (2017) ao destacar todo o contexto que antecedeu a formulação do termo interseccionalidade. As últimas décadas do século XX foram propícias para o acirramento do debate acerca da necessidade de trazer à tona as questões referentes à raça, classe, sexualidade e gênero de modo imbricado, considerando que tais categorias não devem ser apenas somadas. Debate este que se fez presente não apenas na academia, mas também nos espaços de luta do movimento feminista negro.

Essa ênfase colocada nos movimentos sociais pela autora é importante, pois segundo Collins (2017), muitos escritos sobre a interseccionalidade não fazem essa relação da luta política com a elaboração do termo interseccionalidade, que emergiu nos limites entre os movimentos sociais e a academia.

Além de Collins (2017), Prins (2006) também defende que o termo interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, revigorou a percepção já anteriormente trabalhada por outras autoras negras como Audre Lorde, bell hooks, Angela Davis e Barbara Smith. Segundo Prins (2006, p. 278, tradução minha), “os sistemas de dominação sistematicamente encobriram a experiência de grupos marginais nos EUA, como mulheres negras, ao tomar de forma absoluta mulheres brancas ou homens negros como exemplo de vítimas dos sistemas sexistas e racistas”.

Reconhecida pelas autoras Prins (2006) e Collins (2017) como a intelectual feminista que cunhou o termo interseccionalidade no seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado em 1991, Kimberlé Crenshaw estava envolvida nos movimentos sociais através da luta por justiça social. Para Collins (2017), o artigo de Crenshaw é relevante porque consegue traduzir no termo interseccionalidade o que já vinha sendo formulado no movimento feminista negro e latino e nos estudos de raça/classe/gênero.

Uma leitura atenta do artigo de 1991 de Kimberlé Crenshaw mostra que ele: (1) identifica diversas ideias de interseccionalidade que reaparecem nos projetos interseccionais subsequentes; e (2) oferece uma visão clara da inter-relação dos limites estruturais e simbólicos no desenvolvimento da interseccionalidade como projeto de conhecimento. Em outras palavras, ele mostra o que persistiu, o que ficou silenciado, o que desapareceu. O artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia (COLLINS, 2017, p. 10-11).

Collins (2017) discorre ainda que algumas interpretações do texto de Crenshaw deixam de mencionar que esta autora tomou como base, na elaboração do artigo de 1991, o documento formulado pelo Coletivo Combahee River para engendrar o termo interseccionalidade. Collins (2017) adiciona também que essas interpretações omitem pontos importantes do texto de Crenshaw. O primeiro deles é deixar de considerar que Crenshaw também se fundamentou no texto do Coletivo Combahee para elaborar seus argumentos acerca das relações entre identidade individual e identidade coletiva. Em segundo lugar, que o foco nas estruturas sociais também foi igualmente baseado neste documento do coletivo. Posteriormente, ela elabora seus argumentos a partir da base⁵, ou seja, da própria experiência de mulheres negras com relação ao enfrentamento da violência doméstica, considerando como um conjunto de experiências que possuem amarrações estruturais, políticas e representativas. E, por fim, as interpretações do texto de Crenshaw não consideram que ela coloca a possibilidade de iniciativas de justiça social como a contribuição mais significativa da análise interseccional.

Collins (2017) afirma que a análise interseccional nos EUA ganha espaço e legitimação em vários campos de estudos na academia nas décadas de 1990 e 2000, principalmente nos chamados estudos de mulheres. A mesma autora diz que não se pode colocar a interseccionalidade como exclusividade da luta feminista ou uma variação da teoria feminista, uma vez que seus ganhos na academia estadunidense têm sido vastos.

Collins (2017) finaliza relatando o que “se perdeu na tradução” das ideias que representam as intenções da análise interseccional. Ou seja, ela elenca alguns elementos que se perderam a partir do momento em que a interseccionalidade toma espaço na academia. A princípio, ela menciona que alguns estudos interseccionais negligenciaram as iniciativas de justiça social e a ética do feminismo negro, priorizando apenas a descrição da verdade ao invés de elaborar a crítica e reescrevê-la. Após isso, a autora relata que em alguns casos há uma pretensão de conter o ideal emancipatório das análises interseccionais, através da apropriação das suas ideias, “[...] reformulando-a em relação às agendas neoliberais, depois descartando-a ao apontar uma aparente impossibilidade de a interseccionalidade promover mudança” (COLLINS, 2017, p. 14). Desse modo, o desafio maior para os estudos interseccionais, segundo a referida autora, é progredir nas políticas emancipatórias com base nas análises interseccionais em meio a uma conjuntura política e epistêmica cada vez mais presente na academia neoliberal.

⁵ Ao teorizar apoiada nas experiências de base, Crenshaw desloca o projeto de conhecimento de *top-down* para *bottom-up*. Isto é, ela problematiza as questões sobre violência doméstica a partir das experiências das mulheres negras e das políticas de base e não do conhecimento produzido de cima moldado pelas práticas normativas da academia (COLLINS, 2017).

Para além das análises de Collins (2017), Akotirene (2018), em um escrito mais recente sobre a interseccionalidade, aponta para a necessidade de tomar um posicionamento interseccional que reconheça a diversidade de experiências corporificadas pelo sistema colonial moderno. Esta última autora acrescenta ainda que “somente o pensamento articulado da proposta descolonial propõe à raça produzir densidade política às clivagens do gênero, classe, nação, sexualidade com vistas acabar o eurocentrismo e modernidade representadas nele” (AKOTIRENE, 2018, p. 90).

A partir da minha tradução do texto de Crenshaw *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, no qual a autora oferece pela primeira vez a discussão sobre o conceito interseccionalidade, identifiquei que ela apresenta como objetivo avançar a narrativa do lugar de segregação onde são colocadas as mulheres de cor, através da exploração dos marcadores de raça e de gênero nas dimensões da violência contra essas mulheres. Quer dizer, seu artigo pretende descrever o lugar interseccional de mulheres de cor e sua marginalização dentro dos discursos de resistência dominantes.

Eu considero interseccionalidade um conceito provisório que liga políticas contemporâneas com a teoria pós-moderna. Ao mapear as intersecções de raça e gênero, o conceito realmente envolve suposições dominantes que raça e gênero são essencialmente categorias separadas. Rastreando as categorias às suas intersecções, eu espero sugerir uma metodologia que irá em última análise perturbar as tendências que veem raça e gênero como exclusivos ou separáveis (CRENSHAW, 1991, p. 1244, tradução minha).

A autora elucida que colocar o seu foco nas intersecções de raça e gênero apenas realça a necessidade de explicar os múltiplos motivos que geram a diversidade de identidades ao considerar como o mundo social é construído.

Ainda neste trabalho, Crenshaw (1991) propõe três tipos de análise interseccional: i) a estrutural, que relaciona a intersecção entre racismo e patriarcado ao analisar a agressão e o estupro contra mulheres; ii) a política, na qual ela faz a relação interseccional entre organizações antirracistas e organizações feministas; iii) a representacional, onde ela discute a intersecção entre estereótipos raciais e de gênero.

Em outro artigo intitulado *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, traduzido e publicado no Brasil em 2002, Crenshaw propõe um modelo temporário para a identificação dos variados modos de subordinação que geram os efeitos das discriminações de raça e de gênero de forma entrecruzada. Ou seja, a autora sugere, com esse modelo, identificar os efeitos da subordinação levando em consideração que as discriminações de raça e gênero não são manifestações reciprocamente excludentes e

que, para ela, nos discursos dos direitos a diversidade de experiências de mulheres podem ser invisibilizadas ou marginalizadas.

Diante disso, a autora compreende que é indispensável direcionar a atenção para o modo como o gênero está intercalado com as outras identidades, bem como para a forma como as intersecções favorecem a condição particular de vulnerabilidade de diferentes grupos de mulheres.

Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (CRENSHAW, 2002, p. 174).

Na concepção da autora, num cenário marcado por forças econômicas, culturais e sociais que delineiam a estrutura social, a dificuldade de se perceber a discriminação interseccional existe porque os sistemas de subordinação aparecem de forma factual ou comum, encobrendo a visão geral da estrutura. Com isso, “o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de ‘receber’ tal subordinação permanece obscurecida” (CRENSHAW, 2002, p. 176). Assim, para explicar o significado do conceito de interseccionalidade, ela evidencia que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para compreender melhor essa definição de interseccionalidade, a autora explica de forma metafórica as formas como os diferentes eixos de poder se entrecruzam. Cada eixo como raça, etnia, gênero, classe e orientação sexual representa uma avenida, de modo que tais avenidas estruturam os domínios sociais, econômicos e políticos. Ao longo dessas avenidas, as dinâmicas do desempoderamento se movimentam, as passagens que representam cada sistema de poder (racismo, sexismo, opressão de classe etc.) se entrecruzam e se acumulam, formando assim intersecções complexas. Nesse sentido, levando em consideração que uma mulher racializada está sendo atingida pelo fluxo de todas essas vias e que é necessário a negociação com esse “tráfego”, a autora considera que os fluxos que causam danos podem arrastar esta mulher num fluxo contrário ou podem causar danos simultâneos. Assim, “esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem – as desvantagens interagem com vulnerabilidades

preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

1.3 ABORDAGEM SISTÊMICA E ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA

Com base na leitura do texto de Prins (2006) e Piscitelli (2008), neste tópico, apresento a discussão acerca das duas principais abordagens que abrangem a análise interseccional. A primeira a ser trabalhada será a abordagem sistêmica, que tem como teóricas as feministas negras estadunidenses Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins. A segunda diz respeito ao debate trazido pelas teóricas na Europa, que é a abordagem construcionista, tendo como principais figuras neste trabalho Avtar Brah e Anne McClintock.

Prins (2006) denomina a perspectiva de interseccionalidade de Crenshaw de abordagem sistêmica, explicando que nesta abordagem as interseccionalidades são capazes de detectar o resultado da interação das formas de subordinação de opressões, contribuindo para a superação dessas. Portanto, a perspectiva de Crenshaw coloca ênfase nos impactos do sistema ou da estrutura. Nesse sentido, a interseccionalidade analisa os modos como ações políticas particulares produzem opressões que fluem através de tais eixos da subordinação e convergem de forma que estabelecem meios atuantes para o desempoderamento.

De acordo com Piscitelli (2008), as críticas elaboradas acerca da abordagem sistêmica estão direcionadas à forma como ela funde a ideia de diferença à de desigualdade, tornando-se problemática porque essa associação não é primária em todo e qualquer contexto cultural e histórico.

Outra questão abordada por Prins (2006) é a forma como a noção de poder é tomada pela autora, principalmente, a noção de poder foucaultiana, usando-a de forma simplificada, pois põe ênfase nos sistemas de dominação, subordinação e marginalização para a constituição dos sujeitos que, nessa visão, aparecem despossuídos de agência (*agency*). Para Foucault (1984 apud PRINS, 2006), o poder deve ser compreendido como uma “multiplicidade de correlação de forças”. Ele não é apenas repressivo ou disciplinador, aliás, essa é uma de suas formas, ele também produz sujeitos. Essa noção torna possível a resistência e a subversão e não somente a supressão dos indivíduos.

Desse modo, Prins (2006) entende que a concepção de poder utilizada pela abordagem sistêmica de Crenshaw limita-se a tomá-la como domínio de alguns em detrimento de outros e não como relacional. Ou seja, não é considerada a compreensão de que as relações de poder também são constituídas por conflitos e pontos de resistências.

Prins (2006) assinala uma segunda linha de abordagem relacionada à interseccionalidade, a *construcionista*, na qual são traçadas distinções entre diferença e igualdade, categorias de diferenciação e sistemas de discriminação. Nessa perspectiva, os processos que determinam a formação dos sujeitos não determinam apenas sua sujeição a um poder soberano. Também há formas que abrem espaço para a transgressão e resistência. Assim, os marcadores de identidade oferecem recursos que possibilitam a ação dos sujeitos.

Prins (2006) denomina a abordagem interseccional estadunidense de *sistêmica* e a abordagem britânica de *construcionista*. Ela vai elencar durante o texto elementos de diferença entre as duas abordagens direcionando seu interesse para a segunda. No entanto, ela menciona que o elemento em comum entre as duas perspectivas é que ambas compartilham a noção anti-essencialista acerca da identidade.

Com relação às diferenças entre as duas abordagens, Prins (2006) discute que elas dizem respeito às noções que cada uma tem sobre poder, sujeito e identidade. Na abordagem sistêmica, elabora-se a compreensão acerca dos impactos do sistema e da estrutura sobre a formação de identidades, isto é, as categorias “gênero, raça e classe são conceituadas enquanto sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam ou estruturam as identidades” (PRINS, 2006, p. 279, tradução minha).

Nesse sentido, a referida autora diz que aquelas que aderem a essa abordagem a utilizam para expor os efeitos de subordinação das categorias gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que também problematizam os polos dominantes das oposições binárias, como masculinidade, branquitude e elite. “O significado de categorias de identidade social é, assim, exclusivamente identificado com os efeitos performativos de subordinação social e desempoderamento discursivo” (PRINS, 2006, p. 279, tradução minha).

Diante do exposto, compreende-se que a percepção de poder é colocada nos sistemas e nas estruturas de dominação atuando frente à formação das identidades sociais. A crítica de Prins (2006) sobre a abordagem sistêmica é a seguinte: ela observa que nesta abordagem é dada demasiada ênfase às estruturas e sistemas como uma imposição vertical de poder onde há pouco espaço para que os sujeitos elaborem meios para a subversão.

No entanto, ela também argumenta que ao colocar essa ênfase em cima da estrutura não significa que a abordagem sistêmica descarte a possibilidade de agência⁶. A autora defende que

⁶ Este termo é utilizado por Butler (2003) para definir a capacidade dos sujeitos de subversão da norma tomando-a como referência. A autora reconhece que os sujeitos são constituídos por e nos regimes de poder, o que poderia configurar num paradoxo à possibilidade agência, mas ela defende que é nas brechas encontradas no discurso, através da resignificação deste, que a agência deve ser encontrada. Em outras palavras, a autora defende que a agência pode ser realizada dentro da própria dinâmica do poder. Assim, a agência deve ser compreendida “como

as análises críticas elaboradas a partir dessa percepção dos impactos da estrutura “são destinadas a contribuir para o empoderamento de grupos subordinados” (PRINS, 2006, p. 280, tradução minha). Nesse sentido, entendo que, ao problematizar esses impactos sobre a formação dos sujeitos, a abordagem viabiliza uma percepção do lugar no qual o indivíduo é colocado pelos sistemas de subordinação, e ao visualizar esta conjuntura ele pode elaborar meios de subverter a ordem que está posta.

De forma sucinta, Prins (2006, p. 280, tradução minha) discorre que na abordagem sistêmica a “interseccionalidade, predominantemente, objetiva revelar o poder unilateral de representações sociais, por exemplo, as consequências simbólicas e materiais prejudiciais para esses grupos cujas vidas estão situadas nas encruzilhadas de identidades diferentes”.

No que tange à perspectiva britânica, Prins (2006) destaca que tal abordagem toma como referência uma visão de poder mais relacional e dinâmica, elaborando, assim, uma interpretação construcionista da interseccionalidade. Essa é, portanto, a primeira diferença entre as abordagens observada por Prins (2006). Segundo ela, a primeira enfatiza os sistemas e as estruturas, e a segunda toma como base a visão gramsciana de poder. Essa visão de poder entende que no movimento de constantes lutas travadas e de articulação para alcançar uma hegemonia, tal prática de luta e articulação estabelece uma relação entre os elementos envolvidos nas relações de poder. Nesse processo relacional, as identidades serão alteradas em decorrência dessa prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 2002 apud PRINS, 2006).

Desse modo, Prins (2006) compreende que poder não deve ser entendido como propriedade, mas como relação. “Relações de poder estão constantemente mudando, marcadas por conflitos e pontos de resistência” (PRINS, 2006, p. 279, tradução minha).

A segunda diferença entre as abordagens sistêmica e construcionista, identificada por Prins (2006), diz respeito à noção de sujeito. Na sistêmica, o sujeito é sobretudo concebido por sistemas de marginalização e dominação. Isso significa que se fazer sujeito é ser colocado em um lugar social, no qual será mais ou menos privilegiado, assim, delineando sua experiência. Na abordagem construcionista, tornar-se sujeito não se resume apenas aos processos de “ser sujeitoado”, o que significa ser subordinado a um poder soberano ou anônimo. Para além disso, o indivíduo também é moldado com base no seu próprio pensamento e ação passando a “tornar-se um sujeito”, o que implica dizer que os marcadores de identidade não podem ser compreendidos apenas como formas limitadoras de categorização, mas podem também

uma prática reiterativa ou rearticulatória imanente ao poder e não como uma relação de oposição externa ao poder” (BUTLER, 2007, p. 164).

“simultaneamente, fornecer recursos narrativos e capacitadores” (PRINS, 2006, p. 280, tradução minha) aos sujeitos.

Há ainda uma terceira diferença entre as abordagens, no que tange à percepção de identidade. Conforme Prins (2006, p. 281, tradução minha), “Na perspectiva sistêmica as questões de identidade social e identificação são predominantemente percebidas como matéria de categorização e de nomeação”, tomando essa noção de que os significados de identidade social são determinados pelos sistemas e as estruturas de opressão e subordinação, os quais, segundo a mesma autora, são estáticos, rígidos e levam a efeitos lamentáveis. Um desses efeitos é que essa percepção tende a ignorar a agência individual dos sujeitos, resumindo-se a destacar como os diferentes sistemas de opressão se convergem. Na perspectiva construcionista, identidade não é apreendida como uma questão de nomeação, mas de narração. Nas palavras da autora:

[...] nós somos ambos atores e coatores da nossa própria história de vida, nossas ações (individuais e coletivas) podem ser percebidas como narrativas executadas. [...] Por um lado, nossas histórias individuais e de outras pessoas são apenas parte de nossa própria criação: entramos em um palco já definido e nossas vidas, na maior parte, seguem o curso de roteiros narrativos já disponíveis. Por outro lado, nossas histórias são multifacetadas e contraditórias; os roteiros de gênero, raça, etnia e classe desempenham um papel constitutivo, mas nunca da mesma maneira, nunca como meros fatores determinantes (PRINS, 2006, p. 281, tradução minha).

Desse modo, percebe-se que a abordagem construcionista não se limita aos efeitos dos sistemas e estruturas de opressão sobre a formação da identidade social dos sujeitos. Ela também coloca em evidência as elaborações individuais que podem ser identificadas não através do ato de nomeação de si (individual e coletiva), mas da narração de histórias multifacetadas que possibilitarão identificar os efeitos dos diferentes eixos de desigualdade.

As figuras mais centrais da abordagem construcionista, segundo Piscitelli (2008), são Anne McClintock (2010) e Avtar Brah (2006). A primeira teórica realiza na sua obra “Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial” (2010) a análise do poder imperial na Inglaterra Vitoriana, colocando a existência das categorias da diferença de forma relacional e não isoladamente ou independentes, mas sim articuladas. McClintock (2010, p. 18-19) busca esclarecer que o livro “se propõe a explorar essa ligação perigosa e contraditória entre a força imperial e anti-imperial; entre dinheiro e sexualidade; entre violência e desejo; entre trabalho e resistência”; afirmando ainda que “o livro é uma disputa continuada com o projeto do imperialismo, o culto da domesticidade e a invenção do progresso industrial”.

Assim, a citada autora argumenta que para compreender o imperialismo é necessário utilizar uma teoria do poder de gênero, destacando que a dinâmica de gênero foi imprescindível

para possibilitar e manter o projeto imperial. Além disso, McClintock (2010) entende que o gênero não foi a única dinâmica que tornou o empreendedorismo imperial possível, pois, para ela, raça e classe têm papel crucial. Portanto, não se pode privilegiar o gênero acima de outras categorias como raça e classe. Nas suas próprias palavras, argumenta que

[...] raça, gênero e classe não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser encaixados retrospectivamente como peças de um lego. Não, eles existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito (McCLINTOCK, 2010, p.19).

A autora reafirma que não há um isolamento privilegiado das categorias sociais, elas existem numa relação social com as demais categorias, seja de forma desigual ou contraditória. Assim, “nenhuma categoria social deve permanecer invisível em relação a uma análise de império” (McCLINTOCK, 2010, p. 27).

Referente à noção de agência dessa autora, Piscitelli (2008, p. 268) diz que “ao analisar as categorias articuladas, McClintock explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimese, compromisso e revolta”.

A segunda teórica, Avtar Brah (2011), relata nas suas discussões as articulações entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade no feminismo negro, especificamente, no Reino Unido, denunciando a falta de espaço para a crítica antirracista que insere o racismo como uma característica interna das “relações patriarcais ocidentais”.

Segundo Brah (2011), o sistema econômico global, que se estabeleceu nos últimos séculos, ampliou-se através do tráfico transatlântico de seres humanos e, a partir da Revolução Industrial, progrediu nutrido pelo colonialismo e o imperialismo. Na atualidade, tomado pelas tecnologias e corporações multinacionais, tomou um novo fôlego, transformando-se num sistema que vem criando desigualdades longevas dentro das nações e entre elas.

A autora relata que nossas vidas estão amarradas a este sistema. No entanto, cada posição ocupada está sujeita a fatores múltiplos, como gênero, classe, cor, etnia, sexualidade e casta. Desse modo, levando em consideração a globalidade desse sistema, é inegável que as questões referentes ao feminismo não podem estar postas fora desse contexto internacional. Para a autora, essa assertiva pode estar clara no âmbito das teorizações atuais, no entanto, ela afirma que o debate sobre questões como eurocentrismo, racismo e feminismo indica que a temática está longe de ser resolvida.

Brah (2011) aponta para a necessidade de avaliar as implicações provenientes dessas transformações, novas alienações e configurações emergentes dentro da ordem social global que atingem diferentes grupos de mulheres, homens e crianças mundialmente. Assim, para a

autora, é evidente que, como o racismo, as divisões de classe e gênero se entrelaçam no desenrolar desses acontecimentos globais.

As relações globais adquirem formas complexas, mas isso não implica que não possamos desenvolver estratégias de intervenção política concreta. Podemos usar conceitos abstratos como gênero, racismo ou classe para lidar com fenômenos políticos, mas essas abstrações têm efeitos muito ‘reais’, embora de diferentes tipos, em diferentes grupos de mulheres (BRAH, 2011, p. 114, tradução minha).

A respeito das experiências de mulheres em diferentes perspectivas, Brah (2011) coloca que tais experiências podem apresentar aspectos em comum, mas também diferenças cruciais. Assim, ela defende que para perceber tais experiências é preciso supor como a “diferença” deve ser conceituada, tomando como relevante a forma como a “diferença” é utilizada em circunstâncias concretas. Nesse sentido,

[...] a ‘diferença’ pode ser entendida como a soma de diferentes categorias conceitualmente distintas, cada uma constitutiva da outra e incorporada nela. No nível mais geral, pode-se pensar que a ‘diferença’ é uma *relação social* construída dentro dos sistemas de poder que sustentam estruturas de classe, racismo, gênero, sexualidade, etc. Neste nível de abstração estamos interessadas em ver como nossa posição social é delimitada pelos amplos parâmetros estabelecidos pelos aspectos políticos, econômicos e valores culturais de uma sociedade específica. [...] A ‘diferença’ pode ser conceituada também como *diversidade experiencial*. Aqui, o mais importante são as diferentes formas pelas quais as práticas ideológicas e institucionais marcam nossa vida diária. Estas práticas diárias são o emaranhado de matrizes dentro das quais nossas histórias pessoais e de grupo são constantemente atualizadas. Mas é necessário distinguir ‘diferença’ como a marca da *diferenciação de nossas histórias coletivas* e ‘diferença’ como uma *experiência pessoal*, codificada na biografia de um indivíduo. Embora interdependentes, as duas perspectivas não têm uma correspondência direta (BRAH, 2011, p. 116, grifos da autora, tradução minha).

A partir dessas perspectivas sobre a diferença, a autora defende que para compreender a diversidade de experiências que marcam a vida das mulheres, essa compreensão deve partir do exame de como as formas de “ser mulher” estão construídas de forma similar e diferente dentro das relações de poder patriarcais, raciais e de classe. Diante disso, é relevante identificar os exemplos onde a “diferença” se apresenta como uma forma de protesto perante a opressão e a exploração daqueles em que a “diferença” se converte em um propagador de legitimação da dominação.

Fazer uma distinção entre a ‘diferença’ como um processo de diferenciação referente às particularidades da experiência social e da ‘diferença’ de um grupo, quando se torna a forma em que a dominação é articulada, é crucial por várias razões. Primeiro, chama a atenção para o fato de que a ‘diferença’ não leva necessariamente a divisões entre diferentes grupos de mulheres. Em segundo lugar, nos lembra que nossas experiências não são constituídas unicamente em ‘opressões’ (BRAH, 2011, p. 118-119, tradução minha).

A autora entende articulação enquanto relações de conexão e eficácia, através das quais algo é relacionado por suas semelhanças e diferenças. “Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constituída dela” (BRAH, 2006, p. 351).

Portanto, a proposição da autora é de trabalhar a “diferença” como categoria analítica e não o gênero, como propõe Joan Scott (PISCITELLI, 2008). Brah (2006) destaca quatro formas de conceituar a diferença: a diferença como experiência, a diferença como relação social, a diferença como subjetividade e a diferença como identidade. Logo, seu conceito de diferença

[...] se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. [...] a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política (BRAH, 2006, p. 374).

Para Piscitelli (2008), ao enfatizar a importância de relacionar os conceitos de diferença, poder e agência, essas abordagens possibilitam não só compreender a construção de posicionamentos desiguais entre os sujeitos, mas também as estratégias elaboradas para suprimir a condição de opressão e subordinação. Nesse sentido, tomamos a abordagem construcionista para desvelar a experiência de mulheres em situação de rua, a qual nos parece estar atravessada pela complexidade de sistemas de opressão e de categorias de diferenciação, que não só impõem um contexto de opressão e subordinação, mas que também abrem lacunas, nas quais essas mulheres conseguem elaborar estratégias de resistência.

CAPÍTULO II – “E AQUI ESTÁ VOCÊ VIVENDO, APESAR DE TUDO”⁷: QUANTO À EXPERIÊNCIA E AOS ENFRENTAMENTOS NA VIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, analiso a experiência das mulheres em situação de rua, buscando identificar os processos de subordinação e opressão que perpassam as suas experiências, atravessadas pelos marcadores de diferenciação, bem como as estratégias de enfrentamento que elaboram em resistências às estruturas de opressão. Para tanto, subdividi o capítulo em três tópicos: a princípio, trarei algumas discussões sobre os processos de nomeação/classificação da população de rua, os quais perpetuaram estigmas, mas também desencadearam desestigmatizações; posteriormente, apresento as interlocutoras da pesquisa e discorro sobre como se deu o processo de inserção na situação de rua; no terceiro tópico, analiso, a partir do relato das entrevistadas, como se entrelaçam os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade na sua condição de mulher na rua e nas suas experiências em situação de rua.

2.1 TERMINOLOGIAS E/OU CLASSIFICAÇÕES PARA O FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A tentativa de desestigmatização do fenômeno de pessoas em condição de rua passou pela necessidade de mudança da terminologia *mendigo* para *população em situação de rua*. Na última década do século XX, representam o resultado de uma série de lutas e tensões que se fizeram para que na atualidade esse segmento seja alvo de políticas públicas (ROBAINA, 2015).

Robaina (2015) relata que a proposta de utilizar o termo *população em situação de rua* para classificar o fenômeno se deu como resultado

[...] de um processo histórico de luta pelos direitos humanos, dos esforços analíticos empreendidos pelas ciências sociais sobre este fenômeno, e das necessidades do Estado de conhecer e intervir sobre este segmento concebido como uma ‘população problema’ (ROBAINA, 2015, p. 24).

Nesse sentido, o referido autor esclarece que o tema da mendicância não é recente nos estudos sobre este fenômeno e, por isso, é relevante para que se possa compreendê-lo no decorrer da história. No entanto, é importante destacar que a mendicância não se refere apenas

⁷ Rupi Kaur em *The Sun and Her Flowers* (O que o sol faz com suas flores), 2017.

à população em situação de rua, pois vários são os grupos de pessoas que a praticam e não necessariamente estão desprovidos de moradia.

A mendicância⁸ pode ser entendida a partir de um jogo interacional no qual o mendicante busca convencer o transeunte da dependência direta da solidariedade alheia para sobreviver. Nesta interação faz-se necessário apresentar os estigmas que os abateram e os colocaram em situação de marginalidade nos espaços públicos. Assim, são expostas as terríveis histórias de vida (desemprego, abandono, tragédias, destino, separação), os problemas físicos e de saúde (mutilações, deficiências, chagas e doenças irreversíveis), os documentos comprobatórios (receitas médicas e atestados de pobreza) associados à humildade e à incapacidade de trabalhar (ROBAINA, 2015, p. 25-26).

Em dossiê escrito acerca das classificações e nomenclaturas formuladas sobre as pessoas em situação de rua, Neves (2010a) relata que os termos elaborados deturpam os motivos da existência social desses indivíduos, dando relevo a um suposto perfil ou estilo de vida (mendigos, vagabundos, *homeless*, *sans domicilie fixe*, população ou morador de rua), que é aceito enquanto fatalidade de histórias individuais ou familiares. No Brasil, esses termos foram ressignificados com o propósito de estabelecer um trabalho político de requalificação social daqueles que “faziam da rua um lugar de atividades produtivas, de sociabilidade e de instalação, mas principalmente de exercício de funções, pelas atribuídas desqualificações, no limite do privado e do público, do trabalho e da mendicância” (NEVES, 2010a, p. 14).

Segundo Neves (2010a), nos últimos anos do século XIX e início do século XX, o fenômeno era reconhecido a partir dos termos *vadiagem*, *vagabundagem* e *mendicância*. Estudos dessa época que utilizavam essas nomenclaturas já sugeriam a culpabilização individual da problemática com base nos princípios morais. Identifica-se, nesse período, a correlação entre a mendicância e o processo de constituição da ideologia da caridade da Igreja católica, principalmente, da ideia de filantropia e o seu aparelhamento institucional. Além disso, outras explicações individualistas fundamentaram estudos acerca da psicologia do desvio, nos quais era comum identificar elaborações que sugeriam, a partir de um diagnóstico, tratamentos que inseriam a questão da assistência, da reclusão e também da imposição de vinculação ao trabalho, correção e disciplinamento. No Brasil, essa percepção predominante da problemática irá perdurar durante a maior parte do século XX.

⁸ No Brasil, “a prática da mendicância deixou de ser um delito, somente a partir do ano de 2009, quando foi revogado o artigo 60 das Leis das Contravenções Penais. A pena para a mendicância variava entre 15 dias e 3 três meses de detenção. Caso se exercesse a prática: a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de um portador de necessidades especiais ou de um menor de dezoito anos, seria acrescida, variavelmente, entre um sexto a um terço da pena” (ROBAINA, 2015, p. 26).

Neves (2010b) relata que a década de 1980 foi um período no qual se intensificaram os estudos e as pesquisas sobre esse público que, em situação de extrema pobreza, ocupavam as praças, viadutos, portas de igrejas, e remexiam os depósitos de lixo, escancarando a ausência de condições dignas de sobrevivência. Assim, “eles foram reconhecidos pela própria estranheza” (NEVES, 2010b, p. 114). A autora continua mencionando que esses estudos denunciavam como causa do crescimento de pessoas vivendo em tais condições a extrema concentração de renda, a estagnação do crescimento econômico e o desemprego estrutural. Portanto, passavam a elencar diferenças entre essas pessoas, como os *trabalhadores de rua* e os *moradores de rua*.

Reconheciam os observadores: – Não são mendigos, são desocupados, são desempregados. São vagabundos, afirmavam os que pretendiam moralizar a vida social pelo afastamento imediato desse habitante intruso do espaço público. São subempregados que tentam sobreviver a partir de alguma atividade remunerativa, classificação alternativa que pressupunha uma nova divisão social do trabalho. São *xepeiros* (catadores de restos de alimentos), são *marisqueiros* (catadores de mariscos nas praias), são *papeleiros* (catadores de papel para reciclagem), são *garrafeiros* (catadores de garrafas para reaproveitamento), são *lateiros e madeireiros* (catadores de latas e madeiras nos entulhos das construções de imóveis). São *cantores de porta de restaurantes e bares*. São *guardadores e limpadores de carros* (pessoas que se dedicam à vigilância e à limpeza de carros nos estacionamentos). São *ajudantes e vigias* vinculados ao também estonteante crescimento do comércio ambulante. Enfim, são homens e mulheres que, descobrindo e criando utilidade no aparentemente inútil e inegociável, também encontravam modos de sobreviver e superar o desemprego ou de compensar os limites impostos pelos baixos salários (NEVES, 2010b, p. 115, grifos da autora).

Nesse argumento da autora, percebo o quanto a questão do descarte do lixo vai se tornando essencial para as estratégias de sobrevivência dessas pessoas. Assim, elas vão se inserindo na lógica da reciclagem e do reaproveitamento.

É importante destacar que a organização dos processos de seleção e reaproveitamento desse lixo provém das pessoas que trabalham como catadores de materiais recicláveis e que não necessariamente essa população é moradora de rua. A população de rua se utiliza da catação como uma das formas de sua subsistência. Contudo, há segmentos de catadores de materiais recicláveis que não se colocam na condição de pessoa em situação de rua, buscando a organização e a profissionalização do seu trabalho.

Esses catadores investiram na organização política própria, consolidando o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), abrindo espaço para a representação através de porta-vozes do grupo “exigindo reconhecimento do trabalho e se pautando na expressividade da organização política, como a circulação de jornais próprios, a realização de

marchas a Brasília e de sistemáticos encontros nacionais” (NEVES, 2010b, p. 123, grifos da autora).

Em 2002, o MNCR conquistou o reconhecimento da ocupação *catadores de materiais recicláveis* inserida pela Classificação Brasileira de Ocupação do então Ministério do Trabalho e Emprego. A inserção dessa ocupação foi resultado da organização e da luta do MNCR (NEVES, 2010b).

Neves (2010b) enfoca ainda que há equívocos quando não são destacadas as diferenças entre os/as *catadores/as de materiais recicláveis* e os/as *moradores/as de rua*. Essas diferenças, baseadas em perspectivas limitadas do trabalho, insinuam que este último grupo que habita os espaços da rua, que se alimentam a partir de donativos das instituições de caridade, que frequentam os abrigos das cidades, não realizam ou articulam atividades de trabalho dentro das possibilidades que lhes são oferecidas. Entretanto, ao contrário, essas pessoas conseguem elaborar, no espaço da rua, atividades⁹ de trabalho que lhes garantem o sustento do dia e que assim o fazem cotidianamente como modo de sobrevivência.

É somente a partir da década de 1990 que a categoria social *mendigo* começa a ser extinguida da literatura, tendo por finalidade política a denúncia das condições miseráveis e inumanas, “sendo gradativamente substituída por *população de rua, população na rua* e, por fim, *população em situação de rua*” (ROBAINA, 2015, p. 28). A literatura sociológica também irá colocar tal categoria em desuso, pois objetivando a construção da consciência política que tinha como compreensão a noção de injustiça social e desigualdade econômica, coloca em evidência os fatores sociais e econômicos da população de rua. Essa mesma década também foi palco dos primeiros estudos que destacaram a diferenciação dos ciclos de vida da *população de rua* (NEVES, 2010a).

Categorizações requalificantes são construídas e amplamente incorporadas, como é o caso dos termos *população adulta em situação de rua* e *crianças e jovens em situação de rua*. Portanto, diferenciando-se pelo ciclo de vida os que dessa forma ocupavam a rua. A distinção, todavia, estimulava a desvinculação de relações entre adultos, crianças e jovens, desconsiderando as maneiras como essas condições de vida eram, e são, em grande parte, elaboradas e praticadas. Os pesquisadores, em correspondência aos apelos de movimentos institucionais orientados para o encontro dos que na rua são considerados descartáveis e/ou extermináveis, investiram na reprodução fotográfica ou etnográfica de formas de organização social dessa existência, a eles restituindo assim a humanidade negada (NEVES, 2010a, p. 19, grifos da autora).

⁹ Tais atividades irão variar conforme os espaços frequentados por essas pessoas, os quais podem garantir a certeza de uma renda mínima para sua subsistência. Esses espaços também irão variar de acordo com a realidade de cada cidade (portos, construções, armazéns, limpeza de terrenos, limpeza de embarcações, descarregamento de caminhões etc.).

As mudanças que ocorreram na terminologia para determinar o fenômeno após o desuso da categoria *mendigo*, tais como *população de rua*, *população na rua* e *população em situação de rua*, ou até mesmo as terminologias usadas em outros países, *sin hogar*, *en situación de calle* (de língua espanhola) *homeless*, *houseless*, *roofless* (de língua inglesa), *sans-abri* e *sans domicilie fixe* (de língua francesa), tomam como base a ideia da inexistência de habitação, a negação da casa enquanto espaço físico e normativo para uma existência plena. Assim, o termo *rua*, no Brasil, é utilizado como parâmetro para denominar e unificar essa população (ROBAINA, 2015).

Vê-se também que os termos *mendigo* e *morador de rua* são substituídos pela palavra *população*. Dar ênfase a essa mudança é importante para que se compreenda os processos de ação do Estado sobre o fenômeno a partir do entendimento de que há um contingente significativo de pessoas vivendo nessa condição, como também indica o fortalecimento dos processos de organização das pessoas que vivem em situação de rua.

A partir das mudanças que foram sendo colocadas no campo das terminologias acerca da população em situação de rua, Robaina (2015) reflete, com base na teoria foucaultiana, que no âmbito dessa nova racionalidade de *governamentalidade* o empenho será direcionado à construção dos perfis de vulnerabilidade, organização da política e de seu território, colocando a família e o espaço domiciliar como alicerces para esta nova forma de saber, de controle e de organização.

Nesse sentido, de acordo com Robaina (2015), o termo *população de rua* começou a ser utilizado no Brasil estimulado pelos numerosos estudos acerca da situação de crianças e adolescentes nesta condição. Defende o citado autor que a expressão “*de rua*”, mesmo sendo estigmatizante, genérica e insuficiente diante da complexidade do segmento em condição de rua, foi importante para lançar novas estratégias de organização política. O autor ainda aponta que, em contraposição ao termo “*de rua*”, alguns autores preferiam utilizar o termo “*na rua*” pois era comum identificar crianças e adolescentes que ficaram na rua mesmo tendo residência e vínculos familiares.

De acordo com o autor, o termo “*em situação de rua*” (*in street situation*) começou a ser utilizado para designar essa população no início do século XXI. Tal termo, utilizado na própria política nacional, remete a uma permanência transitória nas ruas, que seria resultante de um conjunto complexo de desventuras.

No entanto, o termo em situação de rua (sem aspas), mesmo buscando desestigmatizar o fenômeno por atribuí-lo uma dimensão passageira, parece não levar em consideração que as políticas socioassistenciais existentes não conseguem reverter a

presente 'situação'. Neste sentido, com base neste conjunto de críticas, optou-se, para a presente pesquisa, pela denominação População 'em situação' de Rua. A opção por este termo (com aspas), ainda que não solucione a questão anterior, reinsere a continuidade das lutas pelo reconhecimento dos indivíduos 'em situação' de rua, além de chamar atenção para a necessidade de uma melhor compreensão espacial do fenômeno (ROBAINA, 2015, p. 32).

Em relação à sua preferência em utilizar o termo com aspas, Robaina (2015) afirma que em contato com os/as trabalhadores/as da assistência social foi apreendido que, na realidade, existem situações em que há gerações de pessoas nascidas e criadas na rua. Portanto, o termo lhe parece insuficiente para tratar desses casos em que o histórico familiar se dá na experiência de rua.

Robaina (2015) traz para a discussão o fato de as classificações e tipificações até hoje formuladas por pesquisadores/as a respeito da população em situação de rua possuem uma característica em comum: elas têm um caráter não dialógico com os indivíduos de sua pesquisa, ou seja, elas são concebidas hierarquicamente, em sua maioria, somente pelo pesquisador, sem um diálogo próximo ou aberto com essa população, que não é questionada sobre suas próprias perspectivas de classificação de sua condição.

Para esta pesquisa, escolhi utilizar tanto o termo *população em situação de rua* como *população de rua*, pois, para mim, tanto o primeiro termo, utilizado no texto da política, como o segundo, empregado pelo movimento social que representa essa população, conseguem abranger a multiplicidade de situações e de experiências das pessoas que fazem da rua o espaço de sua existência.

Para encerrar a reflexão em torno das terminologias para o fenômeno da população em situação de rua, destaco, apoiando-me em Robaina (2015), que o desuso de determinadas categorias estigmatizantes foi resultante de uma articulação política de denúncia das condições desumanas de vida da população brasileira e do crescimento constante das desigualdades socioeconômicas no final do século XX. As lutas políticas e sociais que se empenharam nesse período para a mudança de termos estigmatizadores buscavam, principalmente, outros direcionamentos no trato da problemática, assim como a sua inclusão enquanto população alvo de políticas socioassistenciais.

2.2 CONHECENDO AS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA E OS FATORES PARA A CONDIÇÃO DE RUA

Apresento, neste subtópico, as mulheres que fizeram parte da pesquisa e me permitiram conhecer as suas histórias de vida. A primeira delas, Vitória, tem 42 anos de idade e disse se relacionar apenas com homens. Considera-se mulher cisgênero¹⁰ e negra. Vitória tem ensino fundamental incompleto, é natural de São Paulo e está em situação de rua há cinco anos. Ela relatou que foi morar na rua devido ao uso abusivo de drogas. A aproximação com as drogas foi iniciada aos 15 anos de idade, começando pela maconha e depois com o crack. O uso desta última droga resultou na sua saída de casa e, conseqüentemente, na sua primeira experiência em situação de rua. Desde então, ela teve momentos em que saía da condição de moradia e voltava à rua quando tinha “recaídas” no que diz respeito ao uso abusivo do crack. Mais recentemente, ela voltou a morar na rua depois do falecimento de sua mãe. Este evento também fez com que seus dois filhos fossem morar com ela na rua, pois eles viviam com a avó materna desde criança. No depoimento a seguir fica perceptível como a perda da pessoa que ocupava o lugar de figura materna na família acaba por desestruturar uma suposta estabilidade de vida e os vínculos com os demais membros.

Teve também que minha mãe morreu agora em dezembro [referindo-se ao ano de 2017], aí fui morar na rua, não tinha mais pra onde ir. A minha família mora lá na Ibura, meus irmão tudo. Tá vendo que é um sacrifício para eles mandarem o endereço do cartório em São Paulo [para retirar os documentos], faz tempo que tô sem documento (Vitória, 42 anos, cisgênero, mulher negra, heterossexual).

Ela apresenta como um dos motivos mais recentes de estar na rua a morte da mãe, bem como a dificuldade de se relacionar com os demais parentes que não a auxiliam com informações acerca do local onde seu registro de nascimento havia sido feito no estado de São Paulo.

Vitória contou que, antes de ir para a rua, trabalhava numa escola como ajudante de merendeira. No entanto, esse trabalho só durou sete meses. Esta foi a única experiência de trabalho formal que ela relatou. No momento da entrevista, Vitória estava na rua acompanhada de seu companheiro e dois filhos. Um de seus filhos, homem cisgênero, trabalhava com Vitória e seu companheiro fazendo trabalhos como flanelinha. A outra filha, mulher

¹⁰ O termo cisgênero se refere à identidade de gênero da pessoa que se identifica com o sexo biológico e adota padrões sociais de gênero correspondentes ao seu sexo biológico.

transgênero¹¹/travesti, trabalhava de modo bastante precarizado, com jornadas extensas de trabalho, em uma barraca na praia de Piedade. Vitória relatou que quando não consegue dinheiro para alimentação pede nos restaurantes.

Fabíola, 39 anos, gosta de homens e se denomina mulher trans e negra. Não concluiu o ensino fundamental, é natural de Recife, e está há dois anos em situação de rua. Antes de ir para a rua tinha casa própria na periferia de Recife, trabalhava formalmente em um restaurante lavando pratos, ganhava um salário mínimo. Mas, depois que conheceu um de seus companheiros, que a apresentou ao crack, sua vida começou a mudar. O uso abusivo da droga fez com que ela comesse a roubar no emprego, resultando na sua demissão. Após isso, o companheiro colocou sua casa e todos os móveis como garantia de pagamento para dívida de droga.

[...] eu não podia ir lá [referindo-se à sua casa] nos traficante e eu fui morar na rua por causa disso. Fui morar sozinha no centro da cidade [Recife], não sabia de nada. Aí eu não tinha dinheiro pra pagar, porque a dívida foi 3 mil reais. Eu não tinha como arrumar esse dinheiro. Eles tomaram minha casa com tudo dentro. Me expulsaram, não deixaram nem eu entrar dentro da casa, deixaram eu pegar só meus documento. Aí peguei meus documento e uma sacola de roupa. E eu não tinha pra onde ir, porque família nenhuma me queria eu lá (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

A mãe de Fabíola também é falecida. Ela relata não ter um bom relacionamento com os irmãos, pelo fato de eles não terem aceitado sua identidade de gênero e nem o processo de transição de gênero iniciado aos 17 anos de idade.

Só meus irmão que ficou falando, minha mãe não, meu padrasto também não. Só meus irmão ficou falando, mas minha mãe me aceitou. Ficavam falando que gostava de me vestir de mulher, que eu não era mulher, que eu tivesse vergonha na cara, fosse ser crente, mas eu nunca tive caso com mulher na minha vida, eu sempre senti uma coisa assim por homem, mas só que eu não sabia, né? (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Letícia, 29 anos de idade, disse gostar de homens e se identificou como cisgênero e mulher branca. Ela tem ensino médio incompleto, é natural de Recife, e está em situação de rua há dois anos. Letícia explicou que vivia bem na residência de seus pais, contudo, ela diz que faltou apoio familiar quando ela engravidou e teve dificuldade de romper o uso abusivo de drogas. Além disso, ela menciona que havia conflito familiar, principalmente, com seus pais. Ao contar sobre a relação com seus genitores, ela fala sobre a relação difícil com o pai depois

¹¹ No texto serão utilizados os termos “transgênero” e “trans” para se referir às interlocutoras que não se identificam com o sexo biológico e, por isso, fizeram ou não a transição hormonal para o sexo de identificação. Elas, portanto, se reconhecem nos padrões de gênero opostos ao sexo biológico.

que ele descobriu sua primeira gravidez. Nessa época, ela relatou que já fazia uso abusivo de drogas, começando aos 18 anos. Aos 20 anos, após ter sua primeira filha, seu pai a expulsou de casa e assumiu a responsabilidade pela criança. Com muita tristeza, ela fala que ele não deixa ela conviver com a menina: “[...] depois [que] passei a ter minha vida toda na rua, depois que tive minha filha, mas depois meu pai ficou com ela, depois que ela nasceu meu pai virou as costas pra mim e depois ficou com minha filha. Ele não me dá de jeito nenhum” (Letícia, 29 anos, cisgênero, mulher branca, heterossexual).

Letícia nunca teve uma experiência profissional no mercado formal de trabalho. Realizou alguns cursos profissionalizantes, mas nunca conseguiu uma oportunidade que possibilitasse o acesso aos direitos trabalhistas.

Carolina, de 38 anos, se relaciona com homens, denominando-se cisgênero e mulher branca. Possui o ensino fundamental incompleto, é natural de São Paulo, e está em situação de rua há nove meses. Ela conta que foi morar na rua porque seu ex-companheiro a agredia constantemente. Eles moravam juntos na casa de uma senhora, a quem ela ajudava com as tarefas domésticas. Esta senhora, por não aguentar mais presenciar as agressões sofridas por Carolina, pediu para que o casal saísse de sua casa. O relato da entrevista diz o seguinte:

Ela não gostava porque ele dava em mim sem eu não fazer nada, ciúme. Aí ela pegou e mandou a gente ir simhora. Se fosse só eu, eu ficava, mas no caso dele se eu ficasse ele ia atrás, aí ela preferiu mandar os dois simhora (Carolina, 38 anos, cisgênero, mulher branca, heterossexual).

Conforme o relato de Carolina, pelo fato de os dois fazerem uso abusivo do crack, não foi possível alugar um imóvel para morar, uma vez que eles não conseguiam juntar dinheiro suficiente para alugar um imóvel, pois o que conseguiam era gasto no consumo da droga. Desse modo, ficaram os dois em situação de rua.

Carolina conta que, assim como outras, nunca foi inserida no mercado formal de trabalho. Ela relata que trabalhava como manicure, fazia alguns trabalhos como cabeleireira, lavava roupa, trabalhou como babá e fazia faxina antes de ir morar na rua. Carolina disse que sua família desconhece que ela está em situação de rua. Relata que a família tem condições financeiras favoráveis, mas prefere não incomodar. Explica também que, por serem pessoas evangélicas, seus parentes não aceitariam que ela vivesse uma vida mais livre.

Durante o período da entrevista, Carolina vivia com um novo companheiro, que conheceu alguns meses depois do ex-companheiro ser preso por proferir agressões contra ela já na experiência de rua. Segundo o relato da interlocutora, o novo companheiro fazia trabalho

como flanelinha e ela apenas o acompanhava, bem como pedia alimentação nas residências e restaurantes das proximidades. Eles estavam empenhando esforços em sair da rua o mais breve possível.

Bianca, 25 anos, gosta de se relacionar com homens e vivencia uma identidade de mulher trans e branca. Tem ensino médio incompleto, é natural de Recife e está na rua há um ano e oito meses. A situação pela qual Bianca passou a morar na rua é muito próxima ao último relato apresentado, de Fabíola: conflito com o tráfico em áreas periféricas urbanas. Bianca também tinha casa própria que foi herdada depois que sua mãe faleceu. O fato que marca sua ida para a rua ocorre quando um amigo que morava com ela foi assassinado pelo tráfico. Segundo a entrevistada, ele tinha feito algo de errado e como consequência foi morto. Por ela ter presenciado o crime, teve que fugir de casa e da comunidade. “Eu morava em Santo Amaro, Recife. Aí fugi, fui pra cidade, fiquei na cidade e depois vim pra cá, pra Piedade, Jaboatão”. Essa foi a primeira experiência da interlocutora em situação de rua.

Parte da família de Bianca ainda mora na mesma comunidade. Desse modo, ela não pode visitá-los porque está ameaçada naquele território. Ela conta que as irmãs são evangélicas e que não a discriminam pela sua identidade de gênero, mas que não tem contato porque ela não pode entrar novamente na comunidade. “Elas me aceitam do jeito que eu sou, se preocupa comigo, querem saber como é que eu tô, se eu tô na rua, mas não tenho comunicação com elas”. A entrevistada contou que nunca esteve inserida no mercado formal de trabalho. Contudo, ela informou que trabalhava e que ainda trabalha como profissional do sexo. Relata que quando a mãe era viva trabalhava como faxineira e lhe dava suporte em tudo.

Identifiquei que o discurso de Bianca apresenta variações no que diz respeito à sua identidade de gênero, ora ela diz ser mulher trans, ora ela diz ser travesti. Percebo que a sua identidade de gênero habita territórios fronteiriços. Contudo, o que predomina no seu discurso é o termo travesti.

O discurso de Bianca quanto à questão de sua identidade pode ser melhor compreendido a partir das análises de Leite Jr. (2012), na sua tese de doutorado intitulada “Nossos corpos também mudam”. O referido autor expõe que o discurso científico da medicina se refere às mulheres trans ainda no masculino, concordando com o sexo biológico, e vice-versa, no caso dos homens trans. O discurso da militância, ou o discurso político, prefere a denominação a partir da construção social da identidade de gênero não assentada exclusivamente no sexo biológico. Além do discurso científico e do discurso da militância, Leite Jr. (2012) cita o discurso cotidiano, dando como exemplo a identificação de gênero de uma travesti entrevistada

por ele, que, apesar de se considerar muito feminina, não se identifica como mulher, levando a crer que sua construção social de gênero tem como referência o sexo biológico.

Os exemplos citados acima não exemplificam apenas a fluidez e a polissemia de certas palavras ainda em processo de disputa no ‘mercado linguístico’, mas, principalmente, a fragilidade e mesmo a falta de pontes e mediações que tornem os campos científicos e políticos, inteligíveis um ao outro, ao menos na terminologia. O que poderia ser esclarecido no início das falas sobre o sentido dos termos usados, tanto para os palestrantes quanto para o público, evitando vários tipos possíveis de mal-entendidos, não é nem concebido como uma possibilidade, pois nem se percebe a distinção social e conceitual organizadora dos discursos (LEITE JR., 2012, p. 189, grifos do autor).

Leite Jr. (2008) também explica que o termo transexual está comumente ligado às pessoas que realizam o processo de transição e hormonioterapia¹² acompanhada de profissionais. Essas pessoas normalmente são oriundas de classes mais abastadas, o que difere da realidade da nossa entrevistada e da maioria daquelas que se identificam como travestis, o que sugere que há um recorte de classe na questão da identificação de gênero desse grupo.

Pelúcio (2004, p. 129) compreende que as travestis “são pessoas em processo, sempre em construção, nunca acabadas. Vão se fabricando a partir de diversas tecnologias, inclusive as de gênero. Travestis são TRANSgênero, perpassam o criticado binarismo macho/fêmea, masculino/feminino”, possuem o desejo pelo sexo masculino. Assim, ter a denominação masculina definida a partir do órgão sexual com o qual nasceram não corresponde à sua identidade de gênero. Desse modo, elas atuam sobre o corpo buscando desconstruir o masculino e reconstruir o corpo com base nos símbolos do feminino. Mas elas não pretendem se desfazer da genitália masculina. Nas palavras da autora:

[As travestis] buscam febrilmente essa ‘feminilidade’, esse é um dos valores estruturantes da hierarquia de gênero própria desse grupo. Ainda assim, não querem abrir mão de alguns bens simbólicos que julgam próprios da masculinidade tais como independência, autonomia, força física, racionalidade, entre outros” (PELÚCIO, 2004, p. 133).

Nesse sentido, compreendo que o fato de o discurso de Bianca apresentar essa dualidade entre trans e travesti não difere do que ocorre entre os discursos científico, político e cotidiano. Assim, suponho que o processo de identificação e de vivência de sua identidade de gênero perpassa essa transitoriedade e fluidez dos termos.

¹² Consiste na intervenção hormonal para que as pessoas que se identificam como transexuais e travestis realizem o processo de transição através do tratamento hormonal. Em algumas cidades do país, esse tratamento já oferecido pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS), através dos ambulatórios específicos para a população LGBTI+.

Por fim, Lavínia, 18 anos, informa gostar de homens e se identifica como cisgênero e mulher negra. Estudou até o ensino fundamental incompleto, é natural do Jaboatão dos Guararapes, e está há 3 meses na rua. Lavínia está em situação de rua devido ao uso abusivo do crack, resultando numa dívida com o tráfico e, conseqüentemente, na sua fuga da comunidade onde morava. A entrevistada não informou sobre a realização de algum tipo de trabalho.

Lavínia conta que morava sozinha com seu bebê, hoje com oito meses de idade. O pai da criança provia com todas as despesas, mas não convivia com eles. Ao constatar que Lavínia fazia uso abusivo do crack, o pai da criança a tira do convívio da entrevistada. Lavínia relatou que sua condição de rua se deve também ao fato de ela não ter aceitado a intervenção da família quando lhe foi oferecido ajuda para livrar-se do crack. Hoje, a família não está mais disposta a ajudá-la. A entrevistada relatou que utiliza os equipamentos municipais e estaduais tanto da assistência social como da saúde, como Centro Pop, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS ad Álcool e Drogas) e Programa Atitude para conseguir alimentação e realizar outras práticas cotidianas de sobrevivência.

Observa-se, por meio desses relatos, como a questão da droga, principalmente o crack, é um determinante assustador para que essas mulheres não tenham saída a não ser a vivência de rua. É comum encontrar nas falas que o uso da referida droga é recorrente e que agudiza a situação de vulnerabilidade, interferindo, sobretudo, na fragilização dos vínculos familiares e na exposição à situações de violência. O uso abusivo de drogas encontra-se nas falas da maioria das interlocutoras, exceto em Bianca, como o motivo principal para a situação de rua.

Existem situações em que o consumo de crack se intensificou devido à própria experiência de rua. Nas palavras de Letícia e Carolina, ambas mulheres cisgênero, brancas, oriundas da periferia e que se relacionam com homens, estar na rua facilita o acesso às drogas. Para elas, é mais difícil enfrentar o vício quando há tantas facilidades de ter acesso à droga, pois sempre tem alguém fazendo uso ou vendendo.

A recorrente menção do consumo de crack na fala das entrevistadas corrobora o entendimento de pesquisadores do tema ao relacionar o uso da droga com os marcadores de exclusão social. Garcia (2016) revela que tais marcadores foram os que mais alertaram o Governo Federal na análise de dados da pesquisa sobre o consumo de crack no Brasil, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 2014. O autor destaca que foi identificado que oito em cada dez usuários regulares de crack são negros, oito em cada dez não chegaram a cursar o ensino médio. Além disso, foram encontrados outros indicadores de vulnerabilidade social, a exemplo de: viver em situação de rua (40%) e ter passagem no sistema prisional (44%).

No que diz respeito às mulheres usuárias regulares de crack, a pesquisa revelou que elas “têm o mesmo padrão de vulnerabilidade social, com o agravante que 47% relataram histórico de violência sexual (comparado a 7,5% entre os homens)” (GARCIA, 2016, p. 13).

Nos relatos de Letícia e Carolina, é possível encontrar pontos convergentes com relação ao conflito familiar. As duas entrevistadas tiveram gravidez não planejada que gerou desentendimento entre elas e um de seus genitores. Ambas tiveram que sair de casa para viver sua vida na rua e, com isso, o aprofundamento no uso abusivo de drogas. No caso de Letícia, a situação resultou na perda da guarda de suas filhas. Seguem suas falas:

[...] eu acho que uma gravidez, isso não é prejudicial pra ninguém não, mas depois passei a ter minha vida toda na rua, depois que tive minha filha, mas depois meu pai ficou com ela, depois que ela nasceu meu pai virou as costas pra mim [o pai a expulsou de casa] e depois ficou com minha filha, ele não me dá de jeito nenhum. Fui tentar minha vida, né? (Letícia, 29 anos, cisgênero, mulher branca, gosta de homens).

Aí eu engravidei dessa menina, de Laiane, aí eu escondi do meu pai que eu tava grávida, [...] aí eu disse ‘pai, eu quero ir morar com minha mãe’. Aí ele comprou a passagem e eu vim pra cá, pra Petrolina, que minha mãe mora em Petrolina. Quando cheguei minha mãe mandou eu me virar. Disse ‘se vire’. Aí meu pai me ajudou, vim pra cá pra Recife, porque a mãe dele morava aqui né, minha avó, que morreu já, me ajudou até quando podia. Minha mãe eu não sei não, também não soube mais não. Essa avó que eu fui morar era de Petrolina, que eu fui ter a menina lá, que minha mãe não quis saber, aí eu tive a menina lá. Aí depois que a menina nasceu, aí eu vim pra Recife, porque minha avó tava querendo que eu desse a menina, e eu não queria dar. Aí eu vim pra Recife e meu pai ficou me ajudando (Carolina, 38 anos, cisgênero, mulher branca, heterossexual).

No caso de Vitória e Lavínia, o consumo abusivo de drogas também as afastou de seus filhos. Vitória (42 anos, cisgênero, mulher negra, gosta de homens) relata que seus filhos foram morar com sua mãe desde que o uso de drogas se tornou mais intenso. Com o falecimento da mãe, ela e seus filhos ficaram em situação de rua. Conforme relato de Lavínia (18 anos, cisgênero, mulher negra, gosta de homens), seu filho foi tirado dela pelo pai da criança depois que o consumo de crack se intensificou.

Além disso, é importante destacar também como a violência, em diferentes aspectos, permeiam e marcam a vida dessas mulheres, sendo, na maioria dos casos, um condicionante significativo para a situação de rua.

Fabíola, Bianca e Lavínia tiveram que sair de suas residências como resultado de conflitos com o crime organizado da comunidade onde moravam. Fabíola relatou que a dívida de droga, adquirida com o tráfico pelo seu companheiro da época, resultou na perda de sua casa. Ela foi obrigada a sair com o suficiente para carregar numa sacola de plástico algumas peças de roupa e seus documentos. No caso de Bianca, ela revelou que por ter sido testemunha de um caso de homicídio que ocorreu dentro de sua residência, crime que teve envolvimento com o

crime organizado, ela foi obrigada a sair da comunidade, resultando na situação de rua. Lavínia, numa situação similar à de Fabíola, teve que fugir de casa devido às ameaças pela dívida de droga. Nas suas próprias palavras:

Eu conheci um rapaz. Eu morava numa casa e conheci uma pessoa, só que essa pessoa era viciada no crack, e eu não era, só maconha, aí experimentei e gostei. Aí depois ele vendeu o meu barraco, a minha casa com tudo dentro, e eu não podia ir lá nos traficante e eu fui morar na rua por causa disso (Fabíola, 39 anos, gosta de homens, mulher trans e negra).

Eu tinha minha casa. Aí teve um acontecimento dentro da minha casa que mataram um colega meu. Aí eu não podia né, presenciei uma morte de uma pessoa dentro da minha casa. Aí eu fui posta pra fora por causa disso. [...] Ele morava junto comigo, era só amigo, era minha casa. Mataram ele dentro de casa (Bianca, 25 anos, gosta de homens, mulher trans e branca).

Porque fui fazer merda na minha vida. Comecei a usar drogas (crack) há 3 meses. Fiz merda lá onde eu moro [a entrevistada adquiriu dívida de droga no bairro de Muribeca onde morava]. A minha família não quer me ajudar, porque no início eu não quis e agora eles não querem mais (Lavínia, 18 anos, gosta de homens, cisgênero e mulher negra).

Para Garcia (2016, p. 13), a “discussão sobre a violência associada ao tráfico de drogas não pode ser feita sem considerar a dimensão da desigualdade social”. O autor acrescenta argumentando que apesar de a Europa ser considerada um maior consumidor de drogas ilícitas que o Brasil e, portanto, com um tráfico de drogas maior que o nosso, não apresenta índices de violência altos como os brasileiros. Além disso, conforme o referido autor, no Brasil, a exposição à violência ligada ao consumo e ao tráfico de drogas é vivenciada de forma diferente entre os consumidores de classe média e os pobres. Estes últimos estão, obviamente, mais vulneráveis a sofrerem episódios de violência do que os consumidores de classe média que têm condições de custear o consumo realizado de forma mais segura, como a entrega da mercadoria na sua residência ou a venda em casas noturnas frequentadas por esse segmento. Assim, é inquestionável que as consequências do uso abusivo de crack comprovam a sua relação com as formas de organização social e racial do Brasil.

Evidentemente, a violência urbana não é a única forma de violência que marca as experiências dessas mulheres em situação de rua. Na fala de Carolina, ela também relata a violência de gênero ao responder à pergunta sobre como foi parar nas ruas. A entrevistada mencionou a situação de violência como um dos fatores, mas observo que a violência se apresenta como um dos determinantes de forma indireta, uma vez que ela teve que sair da casa onde morava porque a proprietária não queria presenciar as agressões proferidas pelo seu companheiro na época. Soma-se a essa situação o consumo abusivo de drogas. Conforme seu relato:

Porque meu marido, na casa que a gente tava, ele dava muito em mim. Aí a mulher botou pra fora e ele não teve condições de pagar aluguel porque só queria tá no crack e a gente foi pra rua. E eu tô na rua até hoje. (Carolina, 38 anos, cisgênero, mulher branca, gosta de homens).

Mais à frente irei aprofundar as experiências de violência das nossas interlocutoras já na experiência de rua. Para este momento, adiciono que a situação de exclusão do mercado de trabalho formal sinaliza também a realidade da maioria, confirmando as estatísticas de grande parte das pesquisas acerca da população em situação de rua. Assim, dentre as seis entrevistadas, apenas duas delas, Vitória e Fabíola, tiveram alguma experiência no mercado de trabalho formal. Contudo, essa inserção se deu de forma instável, através de contratos temporários ou condições de trabalho precarizadas. A remuneração de ambas era de um salário mínimo.

Antes eu trabalhava. Trabalhava no colégio Rodolfo. Eu era ajudante de merendeira, mas era contrato, trabalhei sete meses (Vitória, 42 anos, cisgênero, mulher negra, gosta de homens).

Eu trabalhava em restaurante, antes de conhecer esse macho, aí eu trabalhava no restaurante, um ano e três meses, trabalhava lavando prato, lavava talher essas coisas, lá trabalha muito viu. Aí eu conheci esse bofe, aí eu conheci o crack, aí eu comecei a furto no meu emprego (Fabíola, 39 anos, gosta de homens, mulher trans e negra).

Carolina, com 38 anos de idade, nunca teve contrato de trabalho formal, sempre fez trabalhos avulsos. Ela explica a impossibilidade de conseguir vínculo formal de trabalho devido à falta de estudos e de ter saído de casa muito cedo, pois gostava de sair, o que seu pai não permitia e, posteriormente, teve uma gravidez não planejada. Semelhante à história de Carolina, destaco o caso de Letícia, que também nunca teve vínculo trabalhista com carteira assinada e tinha conflitos constantes com seus genitores por ter uma vivência na rua, o que resultou na ruptura dos vínculos familiares. Elas dizem o seguinte:

Eu nunca trabalhei de carteira assinada não, só fazia unha, aí me virava assim. Fazia unha, ajeitava cabelo, lavei roupa, fiz faxina, cuidei de menino, de tudo um poquinho. Tem que fazer alguma coisa, principalmente quando se termina os estudos, até pra varrer rua precisa, né? Eu tava perto de terminar e não terminei, saí de casa (Carolina, 38 anos, cisgênero, mulher branca, gosta de homens).

Antes eu trabalhava, não fixo, mas sempre ia atrás. [Fazia] trabalhos, já fiz cursos, umas experiências [...] Fui tentar minha vida, né, eu já tô adulta com 29 anos, eu quero ter o meu. Eu não quero ter o de ninguém não. (Letícia, 29 anos, cisgênero, mulher branca, gosta de homens).

Bianca também nunca trabalhou formalmente. A prostituição tem sido sua atividade de sobrevivência antes mesmo da vivência em situação de rua. A realidade de Bianca representa um dado comum entre as mulheres trans e as travestis: a dificuldade de acesso à formalidade

empregatícia devido ao preconceito e à discriminação frente a identidade de gênero que ocasiona a exclusão do mercado formal de trabalho.

Não trabalhava. Fazia prostituição, ainda faço. Minha mãe me ajudava em tudo, ela trabalhava, fazia faxina nas casas, meu pai não conheci ele não [...], [Antes de ir morar na rua] tive dificuldade de arrumar emprego, é difícil a gente arrumar trabalho, esse negócio de ter estudo, carteira de trabalho, tem que ter muito estudo. E o preconceito tem muito, mas não é só por causa disso não. Arrumar um trabalho hoje em dia é muito difícil (Bianca, 25 anos, gosta de homens, mulher trans e branca).

Com isso, percebo que não se pode pensar num único condicionante que seja imperativo para que mulheres estejam em situação de rua. O conjunto de fatores relatados por nossas entrevistadas mostra que a sua vivência antes da rua foi perpassada por estruturas de poder, de subordinação e de discriminação que foram determinantes para que elas encontrassem na rua a única forma de sobrevivência.

Essas estruturas de poder, de subordinação e de discriminação às quais me refiro, correspondem às formas como o capitalismo, o sexismo, o racismo e a cisheteronorma¹³ determinam os modos de vida e excluem os indivíduos que não conseguem se inserir nos padrões desses sistemas, nos quais a exclusão é necessária para sua manutenção.

As entrevistadas são provenientes de comunidades periféricas da Grande Recife, seja o lugar onde nasceram e cresceram, seja o lugar onde viveram nos últimos anos antes de irem morar na rua. Não diferente da realidade das periferias das grandes metrópoles do país, comunidades que têm pouco acesso às políticas sociais ou estas se efetivam de forma insuficiente, o que explicaria a baixa escolaridade e a dificuldade de adentrar o mercado de trabalho formal. Tais territórios não são alvo de políticas públicas efetivamente direcionadas para a resolução de problemáticas sociais, mas para a manutenção dos meios precários de vida da população que habita esses espaços e para seu extermínio efetivo ou simbólico.

Quanto à questão racial¹⁴, aponto que as entrevistadas que se declararam negras, Vitória, Lavínia e Fabíola, ao serem questionadas se em algum momento foram vítimas de injúria, preconceito ou discriminação racial, antes ou depois da experiência de rua, responderam negativamente. Eu confesso que esperava ouvir delas alguma experiência pessoal de segregação, contudo ao escutar suas respostas não me surpreendi, posto que as formas de naturalização do racismo na nossa sociedade não isentam a população negra de não considerar

¹³ O termo cisheteronorma corresponde a um padrão social que coloca em hegemonia e, portanto, como norma a identidade cisgênero e a heterossexualidade. Ao mesmo tempo que define um padrão, exclui as expressões de gênero e de sexualidade discordantes.

¹⁴ Com base em Carneiro (2011), considero raça como um conceito social, uma vez que, biologicamente, há apenas uma única raça, a humana, mas que, inegavelmente, as pessoas de cor têm sua vivência social atravessada pela discriminação e exclusão racial no Brasil.

situações em que sofrem expressões discriminatórias como decorrentes do racismo. Esta naturalização me leva a refletir acerca do racismo institucional, presente no contexto das narrativas das entrevistadas.

Em vista disso, decidi aprofundar algumas discussões sobre a questão racial no Brasil para compreender o porquê de as interlocutoras da pesquisa não conseguirem relatar sobre experiências de racismo.

No Brasil, conforme López (2012), discussões que favoreciam as concepções de mestiçagem e democracia racial fizeram parte do processo de construção ideológica do país. Assim, a ideia de uma fusão “harmônica” das raças e culturas começou a ser difundida no século XIX, o que, posteriormente, viria a ser chamada de “democracia racial”. Uma “harmonia racial” que, na verdade, privilegiava o embranquecimento da população e tinha como propósito a manutenção hierárquica das raças, na qual a figura do branco era/é dominante e representava o ideal comportamental e moral a ser seguido. Desse modo, a miscigenação biológica não transbordou para as esferas da vida social (SILVÉRIO, 2004 apud LÓPEZ, 2012), resultando em práticas que desumanizam os segmentos não-brancos de nossa sociedade (LÓPEZ, 2012).

Segundo Andrews (1998 apud PACE; LIMA, 2011), há uma cegueira coletiva a respeito do processo de evolução das relações raciais brasileiras. Aliada a essa cegueira está o discurso falacioso da meritocracia que enaltece exemplos individuais de sucesso para demonstrar que qualquer pessoa pode alcançá-lo, porém o que ocorre com frequência é a culpabilização do sujeito que não consegue superar a condição de pobreza e as práticas raciais que põem obstáculos à sua vivência. É fácil identificar no discurso da população em situação de rua, majoritariamente negra, essa fala que os culpabiliza pela sua condição de rua.

Certa vez, em uma discussão calorosa com um amigo a respeito de como o marcador social de raça põe obstáculos para que negros e negras alcancem determinados espaços, empregos e formação acadêmica, ele, que é negro, disse não concordar, pois qualquer um com esforço pode alcançar seu espaço na sociedade. O velho discurso da meritocracia que tomou por cegueira meu amigo é o que parece predominar numa grande parte da nossa sociedade. Ao argumentar sobre quem era maioria nos cargos de poder nos municípios, estados e União e quem era maioria nos presídios e vivendo em situação de rua, o questionei se essa realidade era por que os negros não corriam atrás ou por que a construção histórica e cultural do nosso país sempre os excluiu desses espaços e os manteve em um estilo de vida de legítima precarização de sua existência. Carneiro (2011, p. 91) já dizia que:

A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativos, Executivos e Judiciário, nas hierarquias eclesíásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas e etc.

Nesse sentido, o marcador de raça é perpetuado “como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a favorecer a lógica para confinar os membros dos grupos raciais subordinados àquilo que o código racial da sociedade define como ‘seus lugares apropriados’” (HASENBALG 1979 apud LÓPEZ, 2012, p. 123).

Segundo López (2012), o racismo institucional atua de forma disseminada nas instituições e organizações, resultando na desigualdade de distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos variados segmentos sociais, levando em consideração o ponto de vista racial.

Com base nessa discussão, as entrevistadas que se declararam negras e que não conseguiram enxergar, ou não conseguiram lembrar as situações a partir das quais sua existência foi obstaculizada por práticas racistas diretas ou institucionalizadas, não podem ser julgadas por isso, visto que as formas de nublar essa realidade são estruturantes, além disso, a subsistência delas é mais urgente porque a “correria” é cotidiana.

2.3 EXPERIÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS ENQUANTO MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA

Quando tive os primeiros *insights* sobre essa pesquisa, me interessava saber como é estar vivendo em situação de rua para essas mulheres. Com um pouco mais de aprofundamento no tema, percebi o quanto de diversidade havia entre elas, algo que me deu mais entusiasmo para conhecer essa realidade e falar sobre ela através da própria narrativa das mulheres que iriam participar da pesquisa.

Assim, questionei-as como era ser mulher vivendo na rua. O que predominou em suas respostas foi o medo, a insegurança e a fragilidade que fazem parte de sua experiência na rua. Irei trazer suas experiências individualmente, mas agregando aquelas que compartilham alguns marcadores. Será possível perceber que alguns depoimentos são mais extensos que outros. Isso se deve ao fato de que algumas das participantes se sentiram mais à vontade para falar sobre sua realidade, já outras deram respostas mais sucintas.

Vitória (42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra) responde de pronto que é “mais difícil”, o que pressupõe que sua vida antes da experiência de rua não parecia ser fácil. Ao instigá-la a falar mais, pergunto se ela percebe que há preconceito: ela responde que o desrespeito vem de algumas pessoas que não estão em situação de rua, mas não dos outros moradores de rua. Vitória conseguiu elaborar uma estratégia interessante para a boa convivência com seus iguais, ela se consolidou como uma figura maternal para outros moradores de rua, oferecendo abrigo e comida para quem chega lhe pedindo ajuda. Nas suas palavras:

É quando os meninos chega lá, porque graças a Deus lá sempre tem comida, né? Aí, assim, o pessoal que me conhece me chama de ‘mãe’, aí vão pra lá comer, dormir, lá onde a gente fica. Tem uma barraquinha lá, aí eles pede ajuda, pede comida, pede roupa, pede lençol, aí eu dou, né? (Vitória, 42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra).

Como dito anteriormente, Vitória já teve outras experiências na rua, intercalando a situação de rua com o retorno ao convívio familiar no domicílio de sua mãe. Questionei se em algum desses momentos ela ficou sozinha, ela respondeu afirmativamente e completou dizendo: “foi triste, ficava sozinha ali perto do corpo de bombeiro. Dormia sozinha, quando apareceu um menino, pequenininho assim, tinha oito anos, aí queria ficar comigo, tava lá também, aí fiquei com ele na rua pedindo, agora ele já tá um rapaz, aí ele me chama de mãe”. Percebe-se que, nessa situação, ela reproduziu o comportamento maternal e agregou a criança para sua estratégia como pedinte. Após o falecimento de sua mãe, passou a viver na rua com seus filhos e companheiro, que não é o genitor de seus filhos. A convivência com sua família na rua consiste nas práticas de sobrevivência, trabalhando com o companheiro e um dos filhos, preparando refeições e dormindo agregada à família, reforçando a estrutura de uma família nuclear no modelo posto como padrão.

Vitória revelou que é muito arriscado ficar sozinha na rua, pois algo ruim pode acontecer ou pessoas mal-intencionadas podem se aproximar e tentar algo. Ela negou ter sofrido qualquer tipo de violência na rua, mas confidenciou que pessoas más já cruzaram seu caminho (não descreveu a situação) e continuou negando ter sido vítima de violência enquanto moradora de rua.

A entrevistada relatou que a pior experiência de quem está em situação de rua é quando chega o período de chuvas. Quando isso acontece, a família e ela negociam com comerciantes locais um espaço para se abrigarem, esperam anoitecer e o comércio fechar para então irem repousar.

Pior coisa é quando chega o inverno, que nem tinha como conseguir dinheiro, chovendo, os carros não ia pra lá, né, pra praia. E não tinha onde ficar, todo canto, chovia o dia todo, tinha que ficar toda hora embaixo de um negócio assim em pé, estiano a chuva em pé, é triste. De noite tem que esperar anoitecer pra gente poder dormir, é uma marcenaria é o único lugar que é coberto. É triste minha, fia, quando chega o inverno. Tava dizendo a [inaudível] pra arrumar um dinheiro pra gente alugar um quatinho que o inverno tá chegando, né? Aí a situação complica (Vitória, 42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra).

Vitória se orgulha em dizer que sempre faz amizades, não só com outras pessoas em situação de rua, mas também com comerciantes e com os policiais. Acredito que esta seja uma forma de ela conseguir barganhar algumas coisas essenciais para sua sobrevivência como a comida, a dormida em época de chuva e evitar conflitos com a polícia. Quando a questionei sobre o que havia mudado desde que foi morar na rua, ela contou que teve que se adaptar à falta de conforto, que normalmente teria se tivesse moradia, como uma cama, uma televisão e a comida na hora certa. A ausência do básico para ter um pouco de dignidade. Além disso, teve que aprender a cuidar e a lavar carros, algo que nunca tinha feito antes, mas que é comum entre as pessoas que estão em situação de rua. Percebi que a entrevistada elaborou algumas práticas e reinventou outras para conseguir dar conta da experiência de rua e para superar os enfrentamentos que essa experiência traz. Lembrando que, dentre as participantes da pesquisa, Vitória tem mais tempo em situação de rua (cinco anos), o que sugere que suas práticas na rua já passaram por mais processos e experiências. O discurso dela é o que menos apresenta sinais de sofrimento, o que obviamente não quer dizer que sua experiência é menos tortuosa.

Lavínia (18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra), que tem menos tempo em situação de rua, narrou que ser mulher na rua é muito ruim. Seu discurso revela o medo e a culpa por estar nessa situação. Lavínia passa por uma experiência difícil de consumo de crack, pois, por ser usuária, geralmente, se estabelece onde há facilidade de comprar a droga. Assim, segundo ela, fica mais vulnerável: “A pessoa apronta aqui e tem que pagar. Já tentaram matar eu, a turma doidona, quando a pessoa tá na droga, muitas pessoas estranham a outra [...] Um cara já tentou me matar, tava com uma faca, avançou pra cima de mim, eu nem sei quem era”. É importante evidenciar a situação de vulnerabilidade em que vivencia com apenas três meses na rua, pois, além de quase ter sido esfaqueada, ela conta que já presenciou outras situações de violência com outras pessoas em situação de rua.

Já vi a população querendo tocar fogo no cara. Ontem eu vi uma cena horrível, tô pensando nisso até agora. O cara todo esfaqueado, sangrando com as ferida tudo aberta. Chamaram o SAMU e a polícia, mas demorou muito. E o povo falando que

ele tinha roubado, mas nem sabe a verdade e fica falando isso. Só Deus sabe o que pode acontecer (Lavínia, 18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra).

Para ela, a pior experiência em situação de rua é estar morando na rua. O discurso de Lavínia mostra que ela conseguiu elaborar formas de enfrentamento e estratégias diferentes das demais interlocutoras, pois utiliza os equipamentos públicos para suas práticas de sobrevivência, não é pedinte, e tem consciência do uso abusivo de crack. Acrescenta ainda que prefere fazer sua “correria” sozinha, pois tem medo das outras pessoas em situação de rua. Apesar disso, ela se relaciona com alguns homens com os quais tem relação sexual, mas nega fazer programa em troca de dinheiro ou de drogas.

Tomando consciência do uso que faz do crack, Lavínia revelou que a experiência na rua a fez reconhecer a necessidade de se tratar do uso abusivo de drogas para ter condições de conviver com seus filhos. A entrevistada vê isso como sua única chance para tê-los de volta. Para tanto, esperava ser encaminhada para o tratamento intensivo do Programa Atitude, que se refere à internação para o processo de desintoxicação por um determinado período, dependendo da intensidade e das formas com que o usuário consome a droga. A fala de Lavínia confirma o argumento de Mayorga (2016), para quem o consumo de crack tanto pode intensificar problemas previamente existentes como também colaborar com a reprodução da vida precária. Ele defende ainda que a dimensão simbólica do crack é mais importante que seus efeitos químicos.

A primeira tarefa daquele que pretende analisar o consumo de drogas e especificamente de crack é relativizar a importância da própria substância. A pesquisa forneceu elementos que indicam que não há simplesmente uma relação de sujeição entre a pessoa e a substância, mas trajetórias sinuosas, por vezes circulares, com períodos de consumo compulsivo, seguidos de tentativas de diminuição da dose, de autogestão (consumo apenas em determinados horários) e de abstinência. Tudo isso em meio à infinidade de desafios enfrentados por aqueles que moram na rua, sendo o consumo problemático de crack mais um deles (MAYORGA, 2016, p. 141).

A experiência de Lavínia e o crack na rua é diferente das outras entrevistadas que também revelaram fazer ou ter feito uso da referida droga. Pelo fato de ter pouco tempo na rua, seu discurso indica que consome crack há menos tempo que as demais mulheres.

Como exemplo dessa diferenciação, indico a história de Fabíola (39 anos, heterossexual, mulher trans e negra), que é atravessada pela violência e o consumo de crack. Inicialmente, ela é vítima da violência do tráfico que toma sua moradia como pagamento de dívida de droga de seu companheiro, o que pode ser entendido também como violência financeira, visto que o mesmo deu o imóvel como garantia para quitar a dívida, resultando na perda definitiva do imóvel. Este imóvel foi deixado para Fabíola pela sua mãe após o falecimento da genitora.

Para Fabíola, a dificuldade de ser uma mulher trans na rua começa com os impedimentos postos para a realização do trabalho que faz, que é a prostituição. Ela descreve que a maioria dos possíveis clientes se recusa a sair com ela quando identificam que ela é uma mulher trans.

[...] eu faço programa, tô fazendo programa, porque eu tenho medo de roubar, sabe? E eu tava roubando, mas eu já fui pega, aí agora eu tenho medo, roubo mais não, faço só programa. Aí quando eu tô na avenida, muitos homem quando para o carro pensa que eu sou uma mulher, mas quando vê que eu sou uma trans, aí não quer, nem todos, tem uns que não quer, diz ‘pensei que tu fosse uma mulher, mas tu é um homem, não quero não’, entendesse? Não é todos não, mas a maioria é. Isso dificulta porque eu fico sem dinheiro na rua e eu não gosto de roubar mais, né? Aí eu sinto uma dificuldadezinha, eu não vou negar (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Fabíola nega que sua identidade de gênero tenha sido um condicionante para que ela esteja atualmente em situação de rua. Eu fiz a suposição de que se não fosse pela rejeição de membros da família que não aceitam sua identidade de gênero, ela talvez teria um local para se apoiar até conseguir sua autonomia novamente, mas ela insiste que foi o crack que a destruiu, ou seja, a droga para ela foi/é o único fator determinante para estar vivendo em situação de rua.

Fabíola nomeia sua relação com outras pessoas em situação de rua como respeitosa, pois prefere manter uma relação educada. Apesar disso, ela prefere andar sozinha para evitar envolvimento em confusões que já aconteceram em situações anteriores, evitando uma aproximação mais íntima com os demais moradores de rua. Ela sustenta sua escolha dizendo:

Não gosto muito de corja com travesti, porque só dá fofoca e confusão, aí eu só ando sozinha, mas os outros usuário da rua sabe que eu sou trans, não falam nada não e também eu não dou nem cabimento pra ninguém não. Nem fico muito de corja, assim, falo, mas vou embora. Não gosto, gosto de andar sozinha, até pra dormir, eu durmo sozinha (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Fabíola revela ainda grande insatisfação em se encontrar na situação de rua, asseverando:

[...] eu não era assim não. Eu vivia uma vida, nunca pensei em morar na rua. De repente, você vai morar na rua, de repente, você muda de vida totalmente. Eu acho horrível, mulher. Eu já não aguento mais, tô muito cansada [...] eu tava tão mal ontem, que eu não tava gostando nem de mim mesma, revoltada (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

A respeito da pior experiência na rua, ela cita o período de chuva, pelas mesmas razões que Vitória, ou seja: a dificuldade de encontrar um lugar para dormir. Além disso, ela menciona os episódios de violências pelos quais passou já em situação de rua. A primeira situação ocorreu quando ela estava trabalhando, alguém passou de carro e jogou um explosivo em cima dela.

Eu tenho medo, eu só batalho de tarde, porque de noite eu tenho medo, porque de noite tem muita agressão. [...] Medo do povo me roubar. Já soltaram uma bomba cordão nos meus pés. Uma bomba cordão, o cara passou no carro e jogou a bomba, se eu não corresse logo ia estourar, que zoada é a bomba cordão, né? Eu assim em pé, ele passou no carro e jogou nos meus pés, se eu tivesse ficado acho que tinha me queimado. (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Depois desse fato, ela diz que prefere trabalhar durante o dia para evitar ser vítima de mais agressões. Porém, em um segundo momento, revela que sofreu espancamento juntamente com tentativa de estupro:

Eu já sofri espancamento, que eu tava dormindo ali, aí chegou um cara, que roubou meu dinheiro e ainda deu em mim, de madrugada isso. Três horas da manhã, eu sozinha. Ele queria porque queria meu dinheiro, queria transar comigo de todo jeito, só que eu não queria, aí ele pegou e deu em mim e tomou meu dinheiro. Nunca vi esse cara não, eu tava dormindo, mulher. Quando eu acordei ele já tava me chutando. Tomou meu dinheiro, deu em mim e foi simhora. Até hoje. Isso já faz quase dois meses isso, visse. Depois desses dois anos essa foi a primeira vez (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

No seu discurso, Fabíola não relaciona esses episódios de violência ao fato de ser mulher trans, mas pela condição de dormir só. A estratégia de dormir sozinha para evitar brigas com outras pessoas trans e travestis a deixou mais vulnerável à agressão sofrida. Ela não conhecia o agressor e não sabia se ele estava em situação de rua.

Na experiência de Bianca (25 anos, heterossexual, mulher trans e branca), ela relata que sofre preconceito e ofensas por ser travesti, alegando que algumas ofensas são mais dolorosas que uma agressão física. Ela acrescenta que desde que foi morar na rua muita coisa mudou, principalmente o seu medo de ficar sozinha e de que algo ruim lhe aconteça. Assim, teve que aprender a conviver com outras pessoas em situação de rua, as quais ela diz serem diferentes. Entendi que esse “diferente” refere-se ao fato de que as pessoas com quem ela convive têm comportamento muitas vezes hostil. Sua relação com essas pessoas que também estão em situação de rua é conflituosa. Ela afirma que, às vezes, entra em conflito, fala que é muito estresse e acaba perdendo a noção e xingando a outra pessoa. Mesmo assim, ela prefere andar em grupo por se sentir mais segura.

Bianca relatou a experiência de traição que teve de um companheiro, ambos vivendo em situação de rua, a qual não foi boa para ela, pois ele a traiu na sua frente com outra travesti que fazia parte do grupo que convivía. Ela conta o seguinte:

Hoje eu não quero mais não [o rapaz], não dá certo mais. Por uma parte foi bom, mas por outra parte [...] Parte boa ele tava sempre junto do meu lado. Ele me ajudou em tudo, mas depois vi que não tava dando certo, pela traição na minha frente, ainda mais

do meu lado, já me acordei quando olhei pro lado, já vi com a travesti. Preferia que me traísse com outra mulher, mas com uma travesti. [...] Aí me separei e não quis mais, até hoje. (Bianca, 25 anos, heterossexual, mulher trans e branca).

Essa última fala de Bianca pode ser associada a uma constatação de Pelúcio (2005) sobre as formas como as travestis buscam se relacionar. A referida autora explica que

Não há espaço para relações pautadas pelos ‘roteiros’ comuns à classe média heterossexual. Ainda assim, as travestis, informadas pelos códigos conjugais heteronormativos, almejam uma vida conjugal nos moldes instituídos: casa, marido ‘homem de verdade’, tranquilidade financeira, trabalho ‘normal’, o que significa fora de noite e da prostituição e, se possível, filhos (PELÚCIO, 2005, p. 236).

Bianca tem na sua concepção de relação conjugal o modelo monogâmico heteronormativo¹⁵, expresso no comentário que faz do rompimento com seu ex-companheiro pela traição cometida por ele. Ela também almeja a possibilidade de no futuro ter um companheiro fixo e sair da prostituição, como irei apresentar mais à frente no capítulo 3.

Bianca teve dificuldade em responder sobre qual teria sido sua pior experiência desde que foi morar na rua. Apontou a dificuldade em conseguir dinheiro fazendo programa, apesar de trabalhar todos os dias. A questioneei se em algum momento ela teve um cliente que não quis pagar pelo programa e, em caso de resposta afirmativa, o que ela fez ou faria nessa situação. Ela respondeu o seguinte:

Às vezes, acontece isso, quando não pagam. Eu deixo pra lá, fazer o que? Porque bater eu não vou, porque se você bater a pessoa tá errada, porque eles tão errado em fazer isso, mas com a maioria das travesti faz o que? O que acontece quando faz isso? Já dá, corta, anda com faca, já separei briga. Aí chama a polícia, não sei o que, aí diz que tá roubando, que a travesti tá roubando, aí sempre quem tá errada é a travesti, que a travesti tá roubando ele [o cliente], sendo que não tá, mas chama a polícia, sempre quem tá errado é ele, mas pra polícia quem tá errada é a travesti. [...] Eles [a polícia] não acredita, se for na delegacia eles já diz logo, que tava roubando, eles não acredita em travesti. Aí ele vai tá sempre certo pelo certo (Bianca, 25 anos, heterossexual, mulher trans e branca).

Quando questioneei sobre ter acontecido algum episódio de violência contra ela, a entrevistada relatou o seguinte:

Já sofri [violência]. Por causa de programa mesmo. [...] Veio um homem, eu trabalhava ali em Boa Viagem, aí ele meteu a faca nas minhas pernas porque eu não quis sair com ele. Até hoje eu tenho a marca. Queria fazer programa comigo e eu não quis, ele foi puxou a faca e deu na minha perna. Fiquei lá deitada no chão sangrando, aí veio uma amiga de avenida e me levou pra UPA. [...] [Eu] já estava morando na rua (Bianca, 25 anos, heterossexual, mulher trans e branca).

¹⁵ O termo heteronorma diz respeito à normatização do modelo heterossexual como padrão aceito socialmente, impondo valores que excluem as sexualidades divergentes desse padrão.

Problematizando os episódios de violência de Fabíola e Bianca, a partir das análises de Bonassi *et al.* (2015), argumento que os condicionantes que marcam a situação de vulnerabilidade das pessoas trans e travestis, como o preconceito, a desigualdade de direitos, a moral sexual dominada pela heteronorma, as opressões baseadas na identidade de gênero, a pobreza e a ausência de políticas públicas efetivas para o segmento LGBTI+¹⁶, atravessam a experiência dessas mulheres marcando os seus processos de sociabilidade. Em situação de rua, esses condicionantes acentuam a situação de vulnerabilidade e o risco de violência dessas mulheres que se identificam como tal. Especificamente, Bianca alegou que antes de ir morar na rua nunca sofreu violência enquanto fazia programa. Atualmente, ela precisa fazer programa todos os dias para conseguir dinheiro, expondo-se, assim, mais vezes aos perigos que podem acometê-la na rua. Já Fabíola revelou que só começou a fazer programa após a situação de rua, pois mesmo de forma precarizada conseguia algum trabalho.

Segundo Martins *et al.* (2010), no Brasil não há fonte oficial de pesquisa acerca da violência contra a população LGBTI+. Os dados existentes provêm do trabalho feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que coleta informações sobre a violência sofrida por este segmento. Este acervo vem sendo coletado desde a fundação do grupo. Os dados compõem registros de 1980 a 2007. De acordo com os autores, a violência contra a população LGBTI+ transborda as tipificações na lei, que geralmente a descreve como “crimes de ódio”. Porém, elas contêm diferentes aspectos, entre eles a discriminação pela orientação sexual e pela identidade de gênero.

Ainda com base em Martins *et al.* (2010), tanto a prostituição como a sexualidade destoante da cisheteronorma, são tomadas pela força da repressão por serem rotuladas como comportamentos desviantes. As transexuais e travestis, por terem uma vivência de gênero mais visível e vulnerável, considerando aqui o processo de transição e de performance da identidade, sofrem experiências violentas de repressão. Além disso, elas encontram, prioritariamente, na prostituição sua forma de subsistência, uma vez que são comumente excluídas do mercado formal de trabalho, e quando inseridas são alocadas em funções precarizadas e de baixa remuneração, como é o caso de nossas entrevistadas, Bianca e Fabíola. Relembrando, Bianca nunca esteve inserida no mercado formal de trabalho, sempre utilizou a prostituição como sua fonte de renda. Fabíola passou por algumas experiências como empregada doméstica e auxiliar

¹⁶ Segundo Reis (2018), essa terminologia é a mais atualizada para se referir ao segmento social que inclui a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+). O símbolo + foi incluído para englobar outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

de cozinha recebendo pagamento ínfimo e jornadas de trabalho exaustivas. Na situação de rua, ambas encontraram na prostituição sua forma de subsistência.

Dando continuidade às análises das experiências das participantes da pesquisa, Letícia (29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca), respondendo à pergunta sobre como é ser mulher em situação de rua, informa que se sente mais fragilizada: “Tô exposta, não tenho muita defesa, já fui agredida por um homem [tanto por alguém em situação de rua, como por outras pessoas] é que eu lembro que eu já tava só [...]. Já sofri preconceito na rua e violência verbal”. Adicionou que desde que foi morar na rua teve muitos aprendizados, como catar latinha para sobreviver, saber lidar com o consumo de drogas e conviver com as outras pessoas de rua, evitando briga e envolvimento com coisas erradas. Desse modo, prefere ficar sozinha desde que se separou do companheiro. No momento da entrevista ela estava muito fragilizada devido ao rompimento com o companheiro. Nas suas palavras:

[...] Eu tô sozinha, tá sendo difícil pra mim, muito difícil. Ele me deu as costas e pronto foi embora e eu amo muito ele, é horrível. Ele tem ciúme, eu também tenho meus problemas, eu chego muito irritada, falo coisas [...], eu nunca fiquei tão irritada do jeito que eu tô agora, nunca me vi desse jeito irritada, com ciúmes, assim. [Ele terminou] por causa disso, alterado no jeito de falar. [E] eu não tenho vontade de me relacionar com outra pessoa, eu amo ele, eu preciso dele [...] pra ajudar a mudar minha vida. Já falei [pra ele] várias vezes, lógico que ele não acredita. Eu tenho certeza que ele acredita que eu gosto dele, ele sabe que eu tô hoje aqui, mas ele não acredita que eu quero mudar, mas eu quero mudar e eu preciso muito dele, mas nada é como um dia após o outro (Letícia, 29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca).

A fala da entrevistada demonstra a importância que o companheiro tem na sua experiência de rua. Quando ela fala que precisa dele para mudar de vida está se referindo tanto ao consumo de crack, como a sair das ruas.

Letícia conta ainda sobre os ciúmes de seu companheiro atual que seria um dos motivos para as brigas constantes. Segundo ela, o motivo para os ciúmes é o fato de ela ter tido uma vivência com a prostituição antes de se relacionar com ele. A entrevistada contou também que o companheiro já proferiu agressões verbais contra ela e já havia a agredido fisicamente uma vez. Por desconfiança, ele ficava vigiando para saber se ela “flertava” com outros homens, o que motivava as brigas entre eles.

Letícia relatou também ter passado anteriormente por um relacionamento abusivo, durante o período de oito meses, no qual ela sofreu violência física que quase a matou. Destaca que o atual companheiro diz que ela sofreu essa violência no passado devido a determinados comportamentos seus, ou seja: a culpabiliza pela violência sofrida e reforça, assim, a manutenção do relacionamento agressivo.

Durante minhas idas para observar a dinâmica dos usuários e usuárias do Centro POP, observei algumas situações em que o atual companheiro de Letícia foi rude com ela e a menosprezou na frente dos demais usuários, apresentando fortes indícios de um relacionamento abusivo com grande dependência emocional. O relato da interlocutora e as observações feitas durante a pesquisa de campo revelam indicadores de um ciclo de violência vivenciado por Letícia na sua experiência de rua.

Finalizo o relato das experiências com o relato de Carolina (38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca), visto que seu caso apresenta similaridades com a experiência de Letícia. Carolina expõe que tem muito medo que algo de ruim aconteça enquanto ela está dormindo, ela diz:

[...] a gente dorme com medo, a gente dorme sem saber se vai acordar, porque tem gente que vai fazer coisa errada, vai e mata todo mundo, como acontece por aí, num é bom não, é melhor tá acompanhada do que tá solteira na rua, né? [...] porque se a gente com um companheiro não dorme direito, imagina sozinha. [...] tem homem safado por aí, né? A gente mulher sozinha, tem gente que não quer se meter, se ver alguma coisa não se mete, imagine de noite dormindo só. É horrível, não é bom de jeito nenhum (Carolina, 38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca).

O discurso de Carolina coincide com a fala de Letícia. Ambas se sentem fragilizadas e essa condição se agrava quando estão sem a presença de companheiros. Além disso, Carolina relatou que sofre discriminação de pessoas que não moram na rua. Ela contou que sempre anda limpa e arrumada, mas diz que algumas pessoas fingem que não a veem, a invisibilidade que a deixa desconfortável.

Carolina informa que após ir morar na rua incorporou o sentimento de medo, estando sempre receosa de que algo aconteça.

[...] todo dia tem uma preocupação com alguma coisa, de que aconteça alguma coisa ruim, porque é o que acontece, né? Na rua não tem. Tem momentos divertidos, mas paz a gente não tem com essas pessoas que anda fazendo coisa errada por aí, sempre tá junto. Às vezes, a pessoa sai de um canto e vai pra outro, mas sempre chega, crack, coisa que não presta, sempre tem que eu já vi. E isso já aconteceu comigo já. A gente sai de um canto e vai pra outro, aí um chega [cumprimenta], depois chega, “vou dormir aqui”, aí o que é que eu vou fazer? Eu não vou dizer “não, não venha dormir aqui não”, claro que não vou dizer, porque todo mundo tem medo de dormir só, mas também, por outro lado, faz medo dormir com eles (Carolina, 38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca).

Sua relação com as demais pessoas em situação de rua é baseada no respeito e, às vezes, na ajuda mútua, mas ela prefere conviver somente com seu companheiro, pois desconhece o que cada pessoa é capaz de fazer e, por isso, não confia. Para ela, a pior experiência foi ter ficado sozinha por um período, pois seu ex-companheiro foi preso em umas das ocasiões em

que a espancou. Carolina vivia num relacionamento abusivo antes de ir morar na rua, o qual perdurou depois que eles juntos ficaram em situação de rua. A última agressão resultou na prisão do agressor, que hoje ainda lhe ameaça. Ela esclarece que não sofreu episódios de violência na rua depois da prisão do ex-companheiro, porém, nota que alguns homens olham para ela de uma forma que a deixa temerosa, ela explica que seu medo excessivo é devido ao uso abusivo de drogas.

Chama a atenção o fato de Letícia e Carolina, mulheres atravessadas pelos mesmos marcadores sociais da diferença (mulheres cisgênero e brancas), terem sofrido violência de gênero de seus companheiros ou ex-companheiros em algum momento de sua experiência de rua. Nota-se que a violência sofrida por elas tem fatores que diferem daquela sofrida por Fabíola e Bianca (mulheres trans). No primeiro caso, a agressão foi proferida por sujeitos conhecidos. No último caso, a violência foi efetivada por desconhecidos, podendo a transfobia ser a marca mais expressa dessa violência.

Considero que o domínio dos agressores sobre os corpos das mulheres e a necessidade de marcá-los é equivalente. O espancamento seria o ponto em comum tanto nas mulheres cisgênero, como nas mulheres trans. O uso de objetos cortantes para proferir a violência foi citado na experiência sofrida por mulheres trans e na experiência de uma mulher negra cisgênero. A utilização de explosivo para ferir o corpo foi relatada por uma das mulheres trans. Fabíola e Bianca (mulheres trans) mencionaram uma situação de violência sofrida relacionada ao momento em que estavam expostas trabalhando como profissional do sexo.

Contudo, é possível visualizar que os pontos de dissemelhança entre as experiências de violência vivenciadas pelas mulheres cisgênero e as mulheres trans se assentam em duas perspectivas de violência indicadas por Gomez (2008 apud MARTINS *et al.*, 2010, p. 7, grifos meus):

[A] **violência hierárquica** é aquela que se exerce, e pode ser mortal, para lembrar o outro sua condição de subordinação ou inferioridade, para dar uma lição sobre o lugar que o outro deve ocupar. A **violência excludente**, por sua vez, é aquela que se exerce para liquidar o que o outro representa, para fazê-lo desaparecer.

A hierárquica se assemelha aos casos de Letícia e Carolina, no que diz respeito à conduta violenta de seus ex-companheiros contra elas e a necessidade de exercer a superioridade sobre seus corpos determinando o lugar que deve ocupar na relação. Nos casos de Bianca e Fabíola,

a violência excludente também intenciona marcar seus corpos, mas com o intuito de liquidar sua existência que na abjeção¹⁷ perturba o padrão cisheteronormativo predominante.

Assim, através do relato das entrevistadas sobre as experiências de violência, entendo que há uma demarcação expressa na experiência das mulheres trans. Do grupo de seis entrevistadas, as que relataram situações de violência proferidas de forma mais contundentes foram elas. O que me chama a atenção são os episódios variados e as tentativas de marcar o corpo violentamente através do uso de arma branca (facas), espancamento e até explosivos.

¹⁷ Esse termo, nas palavras de Butler (2007, p. 155, grifos da autora), “[...] designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida”.

CAPÍTULO III – POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: SOBRE AS GARANTIAS, A EFETIVAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo, apresentarei, a princípio, as condições de emergência e as contribuições da militância do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) para a elaboração e promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Irei também situar a política direcionada ao segmento populacional em situação de rua no município de Jaboatão dos Guararapes e o que as entrevistadas relataram sobre o Centro POP. Suas críticas e sugestões serão colocadas em relação ao cotidiano e ao que é oferecido pelo serviço.

Posteriormente, irei tratar das estratégias de sobrevivência elaboradas pelas interlocutoras da pesquisa no que diz respeito às práticas de alimentação, de higiene e de descanso, não atendidas pela política pública.

Ao final do capítulo, buscarei apresentar a fala das participantes da pesquisa ao serem questionadas sobre suas perspectivas para o futuro, como também trarei a situação atual delas, no que diz respeito ao que conseguiram ou não articular para sair da situação de rua, com base no relato das técnicas de referência do Centro Pop. Em outras palavras, pretendo relatar, conforme as informações fornecidas pela equipe técnica do serviço, o que aconteceu com as participantes da pesquisa, uma vez que a sua maioria não mais frequenta o Centro Pop desde a realização das entrevistas. Desse modo, a intenção é verificar se elas saíram da situação de rua, se foram buscar sua sobrevivência em outros territórios, ou se conseguiram tratamento intensivo para o uso abusivo de drogas.

3.1 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)

Quando se pensa num movimento social formado por pessoas em situação de rua, é provável que se questione como essas pessoas conseguem se articular politicamente para reivindicar melhorias na sua condição de vida através da garantia de direitos enquanto vivem um estilo de vida marcado pela precarização e exclusão.

Esse pensamento pode explicar em parte o fato de não ter havido abertura para a participação política do segmento de rua na constituinte de 1988. A improbabilidade da organização política da população de rua teria sido o argumento utilizado para barrar a participação que poderia significar a inclusão das demandas do povo de rua na chamada

Constituição Cidadã. Na época, as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), a Igreja e outras organizações empenharam esforços para viabilizar a organização política dos moradores de rua enquanto movimento social. Mas a falta extrema de recursos e a ausência de uma tradição de organização política impossibilitaram a formação fortalecida de uma militância política (MELO, 2017). Contudo, não se pode deixar de somar a isso a falta de reconhecimento do povo de rua enquanto sujeito político e de direitos pelo Estado na formação de obstáculos para o engajamento político da população em situação de rua.

Melo (2017) buscou encontrar respostas na sua pesquisa de doutorado acerca do engajamento militante de indivíduos no MNPR, a formação social da pessoa em situação de rua e os meios que possibilitaram a mobilização dessa população. O referido autor nomeia o engajamento político da população em situação de rua como política dos “improváveis”, uma vez que, a princípio, compreende-se que as dinâmicas para a mobilização social desse segmento encontram obstáculos nos seguintes aspectos: condições materiais, ausência de vínculos (domiciliares ou do trabalho formal), educação formal, vínculos familiares, sobriedade e legalidade. Melo (2017) identificou que a ausência desses fatores poderia colocar obstáculos definitivos à organização política, como também incentivar o que ele chama de agenciamento da alteridade, em outras palavras, uma subversão aos aspectos mencionados anteriormente e compreendidos como valores para o que é considerado como qualidade de vida. Foi validado na pesquisa do referido autor que esse agenciamento se tornava possível a partir da projeção da experiência na rua como algo valioso para algumas pessoas em situação de rua.

Desse modo, a organização política da população em situação de rua se projetou direcionada para o reconhecimento da condição de ator político legítimo e para o exercício pleno da cidadania. “O MNPR é apresentado por seus porta-vozes como um *movimento social* composto por homens e mulheres em situação de rua (falta de domicílio fixo) em algum momento de suas vidas” (MELO, 2017, p. 15).

De acordo com o MNPR (2010), as primeiras expressões do movimento, que se organizava em algumas cidades brasileiras, começaram na década de 1960. Nas décadas seguintes, mobilizações e manifestações foram se efetivando para exigir condições de vida melhores e políticas públicas para possibilitar a autonomia das pessoas em situação de rua.

O argumento ressaltado era que o conhecimento sobre a realidade da rua só pode ser experimentado e adquirido em primeira pessoa como algo que se acumula no corpo e na alma. [...] Considerava-se necessário constituir um espaço de participação, até então inexistente, para aqueles que passaram a se incumbir como porta-vozes dos interesses da população em situação de rua (MELO, 2017, p. 30).

A organização política dos catadores de materiais recicláveis, de certo modo, está ligada ao processo de organização política do MNPR. Os trabalhadores de material reciclável formaram as primeiras associações e cooperativas de catadores, contando com a participação de parte do segmento de rua que já trabalhava na catação de material reciclável. Posteriormente, essas associações e cooperativas se organizariam para formar o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A formação política do MNCR possibilitou um contexto de efervescência para as mobilizações da população de rua que se fortaleceram entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, trazendo à tona para a sociedade e os poderes públicos a realidade vivenciada pela população em situação de rua. A organização política do povo de rua possibilitou a consolidação de parcerias nascidas nos fóruns de debate e nas manifestações públicas, bem como viabilizou a presença de pessoas em situação de rua nos Conselhos de Assistência Social.

Para além das reivindicações em níveis locais do movimento de rua organizado, o MNPR (2010) esclarece que a chacina da Praça da Sé, que ocorreu em 2004, na cidade de São Paulo, vitimando sete moradores de rua, bem como outras barbáries sofridas pela população em situação de rua, que ocorriam em outros lugares do Brasil na mesma época, ganharam grande visibilidade e reforçaram a necessidade de uma organização mais ampla do movimento.

Assim, grupos organizados da população em situação de rua de São Paulo e Belo Horizonte empenharam esforços para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Foi em 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania, que o MNPR foi lançado através da mobilização de pessoas em situação de rua de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Cuiabá que participavam do evento. Em 2008, a luta organizada da população em situação de rua ganha importante representatividade no Conselho Nacional de Assistência Social, quando um dos membros do MNPR é escolhido para representar essa população (MNPR, 2010).

Melo (2017) também reforça que a chacina conhecida como o “Massacre da Praça da Sé” foi oportuna para alavancar a organização política com bases mais sólidas e de alcance nacional do povo de rua. Para o autor, a organização política da população em situação de rua “marca a existência de um espaço de fala e reconhecimento de pessoas em situação de rua enquanto interlocutores válidos no campo de disputas públicas e nas questões que se referem à vida em situação de rua” (MELO, 2017, p. 16).

Os resultados da organização política da população em situação de rua vieram nos anos seguintes com as seguintes conquistas:

[...] A Pesquisa Nacional de contagem da população em situação de rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008.

O Decreto Presidencial nº 7053, de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua).

O Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua, parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO e Instituto Pólis, em 2009/2010, que concretizou ações de capacitação de lideranças, seminários e fóruns.

A estruturação do MNPR em várias cidades brasileiras e fortalecimento na capacidade de mobilização.

A ocupação de espaços em importantes instâncias de participação e deliberação política, como Conferências e Conselhos da Saúde e Assistência Social (MNPR, 2010, p. 30).

Segundo Melo (2017), o movimento possui uma estrutura organizacional contendo uma Coordenação Nacional formada por lideranças que operam no fluxo entre as bases municipais, estaduais e nacional. O Congresso Nacional do MNPR é a instância deliberativa, na qual tais representantes são escolhidos. Além disso,

Os militantes do MNPR seguem como acordo comum uma carta de princípios éticos e políticos para manutenção de suas relações internas, tais como: escuta às bases; democracia direta; ação direta; apartidarismo; apoio mútuo; solidariedade com as causas sociais; não violência; honestidade e transparência; compromisso pessoal; igualdade; justiça e controle social. E ainda, suas bandeiras de luta, baseadas na busca da cidadania por meio de trabalho, salários suficientes para o sustento, moradia digna e atendimento à saúde. (MELO, 2017, p. 31).

Na Grande Recife, o MNPR, situado na capital, é intitulado Movimento População em Situação de Rua – MNPR Recife/PE. Atua na região metropolitana da capital pernambucana participando de fóruns, conferências e organizando a base política local. Concentra seus esforços na efetivação da perspectiva intersetorial na execução da política, que prevê um trabalho articulado entre as políticas de saúde, assistência social, educação, moradia, trabalho, dentre outras.

Isso posto, é importante ressaltar que a representação política do segmento de rua em espaços de deliberação e controle, como os conselhos das políticas públicas, contribuiu para a possibilidade de organização política, exigindo do poder público a realização de uma pesquisa nacional acerca da realidade da população em situação de rua e, posteriormente, a formulação e promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

3.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PNPSR)

Num primeiro momento, considero necessário apresentar as mudanças ocorridas na legislação que antecederam a promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Assim, a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social – foi alterada para incluir a obrigatoriedade da criação de programas direcionados à proteção e à inclusão da população em situação de rua, por meio da Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005. No entanto, antes dessa inclusão, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) já assegurava cobertura à população em situação de rua.

Em setembro de 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua em conjunto com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Esse encontro representou o primeiro momento de discussão onde foram elencados

[...] os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população. Como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a tal público. (BRASIL, 2008a, p. 3).

Como resultado desse primeiro encontro, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), a partir do Decreto de 25 de outubro de 2006, que tinha como objetivo a elaboração de estudos e propostas de políticas públicas.

Em dezembro de 2006, foi publicada a Portaria MDS nº 381 que estabeleceu critérios e procedimentos do repasse aos municípios com mais de 250 mil habitantes, objetivando a expansão dos serviços socioassistenciais. Essa portaria garantiu o cofinanciamento dos serviços de acolhimentos institucional para a população em situação de rua.

No período de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada a primeira (e até hoje única) Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, compromisso este que foi assumido pelo MDS no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, com a finalidade de preencher as lacunas a respeito do perfil e caracterização da população em

situação de rua, uma vez que ainda não havia sido feito um censo nacional para dar dimensão à realidade do segmento em situação de rua.

A partir dessa pesquisa foi constatado que a população em situação de rua é predominantemente masculina (82%), 53% estão na faixa etária de 25 a 44 anos, 67% são negros e pardos, 52,6% têm renda que varia entre 20 e 80 reais, 74% sabem ler e escrever e 17,1% não o sabem. Desmistificando a percepção de que essas pessoas não realizam atividade laborativa, a pesquisa constatou que 70,9% exercem alguma atividade remunerada, sendo este o seu principal meio de sobrevivência. Em sua maioria, tais atividades se dão no âmbito do mercado informal. Quanto ao tempo de permanência na rua, quase metade (48,4%) está na rua por mais de dois anos e 30% estão há mais de cinco anos. Quanto aos motivos pelos quais estão na rua, 35,5% responderam o alcoolismo ou outras drogas como a principal razão, 29,8% indicaram o desemprego e 29,1% responderam as desavenças no ambiente familiar (BRASIL, 2008a).

Em 2009 é realizado o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, assim como é promulgado o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

A Política Nacional apresentou-se como proposta para orientar a construção e execução de políticas públicas direcionadas ao segmento populacional em situação de rua. Ela se fez possível a partir das discussões desenvolvidas entre o Grupo de Trabalho Interministerial e a ampla participação da sociedade civil, destacando neste último grupo a forte presença do MNPR (BRASIL, 2008b).

A Política Nacional refere-se ao termo rua para definir a característica que há em comum entre os indivíduos que estão em tal condição e, assim, para justificar a nomenclatura *população em situação de rua*. Desse modo, considera a rua espaço principal de convivência e de formação de suas identidades. No entanto, afirma que esses sujeitos elaboram seus modos de convivência, sobrevivência e identidade de forma heterogênea (BRASIL, 2008b, p. 4).

[...] a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais [...].

Ainda em seu texto introdutório, a Política Nacional para a População em Situação de Rua elenca alguns fatores que explicam os motivos que levam pessoas a viverem em situação de rua. São eles:

- **Fatores estruturais:** ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.
- **Fatores biográficos:** alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens etc. além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto etc.).

A partir dessas constatações, a Política Nacional para a População em Situação de Rua irá conceituar o fenômeno da seguinte forma:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008b, p. 08).

A referida Política Nacional é considerada como sendo o resultado do esforço de instituir um direcionamento que visa a (re)integração desse sujeitos à família e à comunidade, assim como garantir o acesso pleno aos direitos preconizados na Constituição Federal. Ela também enfatiza a família enquanto espaço essencial e excepcional para o desenvolvimento integral dos indivíduos, entendendo que o conceito de família deve acompanhar as mudanças societárias, admitindo outros arranjos familiares diversos daquele modelo hegemônico de família patriarcal (família nuclear, família extensa etc.) (BRASIL, 2008b).

Seus dois eixos principais referem-se, primeiro, à verticalidade federativa, determinando um trabalho em conjunto entre os entes federativos para que as demandas dessa população possam ser atendidas. O segundo eixo trata da interdisciplinaridade e intersetorialidade no âmbito da atuação, o qual destaca a importância da participação em conjunto de diferentes pastas governamentais na garantia dos direitos a essa população.

Tem como princípios: a promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; o respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; o direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; a não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; bem como a supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008b).

Reconheço que o texto que trata dos princípios da política direcionada a essa população abarca nos seus eixos questões principais e importantes para o trato da exclusão extrema em que se encontram esses indivíduos. No entanto, essa política é de caráter facultativo no que tange à sua implantação pelos governos nas diferentes esferas federativas. Assim, na minha opinião, esse caráter reflete um certo descompromisso com a problemática, uma vez que no contexto atual de desmonte das políticas sociais, iniciado pelo governo golpista de Temer e garantida a partir da aprovação da PEC 55/2016, essa fragilidade da política poderá resultar na extinção de serviços e equipamentos direcionados a essa população.

Com relação às diretrizes apresentadas pela PNPSR, destaco os seguintes itens: i) garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça; ii) incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado; iii) ação intersetorial para a garantia dos direitos, o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida (BRASIL, 2008b).

Cabe salientar que os itens acima citados abrangem aspectos que podem ser dialogados com as questões abordadas na presente dissertação. O primeiro destaca a garantia da promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça, algo que será tratado no momento em que abordo a prestação de serviços no Centro Pop com base na fala das interlocutoras. O segundo item diz respeito ao incentivo da organização política e participação da população de rua nas instâncias de controle social no monitoramento e avaliação de políticas públicas. Sabe-se que não há na Grande Recife conselho estadual ou municipal específico voltado para essa população. Existem os conselhos de assistência social como espaços para a participação e controle social dessa população, porém pergunto: esses conselhos possuem no seu quadro representantes da população em situação de rua? Como este tema não foi direcionado especificamente na minha pesquisa, deixo aqui essa questão para futuros estudos.

No que tange ao terceiro item, relativo às ações intersetoriais, estas foram elaboradas com vistas à concretização dos princípios e diretrizes instituídos pela política. Apesar de representar uma agenda mínima, elas abarcam questões acerca dos direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura (BRASIL, 2008b). No âmbito dessas ações, interessam-me as orientações da política referentes ao acesso aos serviços de assistência social, pois o local de pesquisa (Centro Pop) representa o único serviço socioassistencial que o município de

Jaboatão dos Guararapes oferece a essa população. Dessa forma, destaco abaixo cinco das sete orientações previstas para a área da assistência social:

1. Estruturação da rede de acolhida¹⁸, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues; [...].
3. Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais;
4. Assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
5. Inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada e no Programa Bolsa Família, na forma a ser definida; [...]
7. Promoção de novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social. (BRASIL, 2008b, p. 18).

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a população em situação de rua deveria ter acesso a variados serviços a partir da demanda ou do que se considera violação de direito. A esfera da Proteção Social Especial se divide em média e alta complexidade. No âmbito da média complexidade, esse segmento pode ser incluído no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias, realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Pode também ser inserido no Serviço Especializado de Abordagem Social e no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua executados pelo Centro Pop. Na alta complexidade, a inclusão pode ser garantida nos Serviços de Acolhimento de acordo com particularidades da população em situação de rua (criança e adolescente, mulheres, homens e idosos/as).

Dentre esses serviços, gostaria de destacar articulações entre alguns deles que podem se constituir possibilidades para o processo de emancipação e alteração da condição de rua. Uma das estratégias mais importantes no âmbito do SUAS é a inclusão das pessoas e famílias no Cadastro Único¹⁹, que dá acesso aos benefícios oferecidos pelos municípios em coparticipação com estado e União. Desse modo, ao realizarem a busca ativa para incluir os indivíduos nesse cadastro, os profissionais podem se aproximar da sua realidade identificando as questões mais urgentes para retirá-los da situação de vulnerabilidade e risco social, encaminhando para a rede

¹⁸ A política entende por acolhimento os “[...] serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. A rede de acolhida oferece condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se”. (BRASIL, 2008b, p. 18).

¹⁹ Este cadastro consiste na inclusão de famílias de baixa renda (renda familiar de até três salários mínimos) no sistema do CadÚnico, com o propósito de garantir o acesso a benefícios e serviços socioassistenciais, de acordo com o perfil da família nele incluída.

socioassistencial. O Serviço Especializado em Abordagem Social que “é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos” (MDS, 2013, p. 6) pode ser extremamente eficiente para identificar usuários, inclui-los nos serviços, como também atendê-los fora do espaço físico do Centro Pop. Além desses serviços, também destaco o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro Pop. Este serviço tem por finalidade

[...] assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. [...]. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem ser proporcionadas vivências que favoreçam o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a mobilização e a participação social dos usuários (MDS, 2011, p. 67).

E, por fim, destaco os Serviços de Acolhimento que devem perpassar pela postura profissional de não discriminação, compreensão da situação e das demandas apresentadas, construção de vínculos. Essa intervenção profissional deve estar baseada na adaptação dos ambientes do serviço, no aparelhamento democrático, no enaltecimento da participação dos/as usuários/as, no respeito e consideração de suas trajetórias de vida (MDS, 2011).

A apreciação desses serviços em destaque poderia indicar avanços que foram feitos desde a promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. O desenvolvimento dos serviços ratifica o compromisso do Estado em dar resposta às demandas de garantia efetiva dessa inclusão. No último Censo SUAS (BRASIL, 2016), constatou-se que o número de Centros POP implantados em nível nacional era de 230, sendo 58 deles na região Nordeste e 09 no estado de Pernambuco. Levando em consideração que a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010, garantiu recursos do cofinanciamento federal para o oferecimento do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua em municípios com mais de 250 mil habitantes e que, segundo o IBGE (2016), o país tem hoje 112 municípios dentro desse perfil. Pressupondo que esse recurso foi repassado para os 112 municípios, significa que houve a implantação de duas unidades de Centro Pop em cada município com mais de 250 mil habitantes. Entretanto, Jaboatão dos Guararapes, que possuía 697.639 habitantes em 2016, só conta com um Centro Pop.

Com base nos dados coletados no último Censo SUAS, a maior parte desses serviços funcionam dentro do limite de cinco dias por semana (88%), com horário de funcionamento de até 40 horas semanais (67%), estando, portanto, a população descoberta nos finais de semana e

nos horários noturnos. Além disso, o Censo mostra que a maior parte dos imóveis onde funcionam as unidades são alugados (68%). Isso sugere que o serviço pode mudar de localidade com uma certa frequência, enfraquecendo a noção de referência, além de correr o risco maior de ser fechado por falta de pagamento de aluguel.

Gostaria de fazer uma relação entre o dado coletado pelo Censo SUAS (BRASIL, 2016), em nível nacional, referente ao número de casos atendidos nos Centros Pop, com o dado relativo ao número de pessoas em situação de rua identificado pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a) para verificar o alcance do referido serviço com a população de rua.

No mês de referência do Censo SUAS, agosto de 2016, o número de atendimentos nos Centros Pop foi de 30.434. Isso quer dizer que, no referido mês, o serviço conseguiu alcançar pouco mais de 30 mil pessoas em situação de rua em todo o Brasil. Na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008, foi indicado que nesse período havia um número aproximado de 50 mil pessoas vivendo em situação de rua no país (BRASIL, 2008a). Considerando que entre a Pesquisa Nacional e o Censo SUAS há um espaço de tempo de quase dez anos e que o número de pessoas em condição de rua pode ter dobrado desde então, 30 mil atendimentos realizados no mês de referência podem sugerir, no meu entendimento, que há uma dificuldade de as unidades incluírem um número mais significativo de usuários. Essa dificuldade está relacionada à precarização na execução da política, o que prejudica os serviços fundamentais (serviço de abordagem social, busca ativa, inclusão no CadÚnico, entre outros) de inserção desse público na rede socioassistencial.

No município de Jaboatão dos Guararapes, a Política Nacional para a População em Situação de Rua é efetivada de forma bastante incipiente. Seus esforços se concentram no âmbito da execução da assistência social através de um único equipamento reservado para a população de rua, o Centro Pop Prazeres, como já foi explicitado, que está sob a gerência da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

O Centro POP é responsável pelos encaminhamentos relativos às demandas de saúde, assistência social, educação, trabalho, documento civil etc. A equipe do referido serviço é formada por uma coordenação, duas profissionais da psicologia, uma profissional do serviço social, dois educadores sociais, um assistente administrativo, um profissional de serviços gerais e um motorista. Este dado demonstra que, além de ser a única unidade de Centro Pop no município, a equipe atual está incompleta e, por isso, trabalha com dificuldade no atendimento às demandas dos/as usuários/as do serviço. Segundo a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), para

serviços de média complexidade e com capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos nos municípios em gestão plena, a equipe deve conter 01 coordenador(a), 02 assistentes sociais, 02 psicólogos(as), 01 advogado(a), 04 profissionais de nível superior ou médio para a abordagem com os usuários e 02 auxiliares administrativos.

Os profissionais de nível superior (assistente social e psicólogo) fazem o trabalho de triagem, que consiste no atendimento individual com usuários/as que estão acessando o serviço pela primeira vez; e retriagem, que significa o atendimento àqueles/as que já haviam acessado o serviço, perderam o vínculo e retornaram para dar continuidade ao acompanhamento. Após esse atendimento de triagem ou retriagem, é acordado com os/as usuários/as os dias da semana em que estes/as podem frequentar o equipamento. O profissional que faz a triagem/retriagem assumirá a condição de técnico de referência (TR) do usuário, o qual ficará responsável por acompanhar e fazer os encaminhamentos para o usuário até seu desligamento. A troca de TR pode ser feita quando surgir a necessidade de um acompanhamento mais direcionado no âmbito de atuação do Serviço Social ou da Psicologia. As atividades dos profissionais de serviço social e psicologia são executadas de forma multidisciplinar, respeitando as atribuições privativas de cada profissão. Os profissionais de psicologia não fazem atendimento terapêutico.

A grande maioria dos usuários do Centro POP Prazeres frequenta o serviço durante dois dias na semana, pois o equipamento não consegue dar conta da demanda de usuários em situação de rua na cidade de Jaboaão dos Guararapes. A pessoa que faltar seguidamente, sem aviso prévio, nos dias que lhe foram reservados, deverá passar pela retriagem para ter o direito de frequentar novamente o serviço.

Os trabalhos do dia iniciam com o “Bom Dia”, momento em que são dados informes sobre o serviço, sobre alguma data importante, sobre eventos, reuniões e onde são distribuídas tarefas de manutenção da ordem da casa entre os/as usuários/as, tais como: limpeza da sala de estar, banheiros, cozinha e refeitório. Após esse momento, as psicólogas e assistente social iniciam os atendimentos técnicos com os/as usuários/as de forma individual.

No período da pesquisa, havia apenas uma técnica de referência (psicóloga) e um educador social realizando o serviço de Abordagem Social. Os dois profissionais realizam o referido serviço duas vezes por semana, visitando áreas da cidade onde se concentra contingentes de pessoas em situação de rua e que não frequentam o Centro POP. Eles devem, portanto, visitar as seis regionais que dividem a cidade. Para chegar a esses territórios, o Centro Pop conta com um veículo disponível para as visitas.

São oferecidas as seguintes refeições no serviço: café da manhã com desjejum e almoço. O equipamento funciona das 08h às 14h. A limitação no horário de atendimento se deve ao fato

de a equipe estar incompleta. Portanto, não há profissionais suficientes para estender o horário previsto nas Orientações Técnicas (MDS, 2011).

No período em que a pesquisa foi realizada, a casa onde funciona o Centro Pop possuía uma sala de estar, cozinha, refeitório, área externa, três banheiros (apenas um funcionando) e duas salas de atendimento. A sala da equipe, da coordenação e de reunião estavam distribuídas no mesmo espaço físico. Entre agosto e setembro de 2018, após a realização das entrevistas com a amostra da pesquisa, a casa foi fechada para a realização de uma reforma e mudanças em alguns ambientes. Depois da reforma, o refeitório foi transformado em sala de descanso com colchões, a cozinha passou a ser também refeitório, o portão, que já havia sido arrombado algumas vezes, foi substituído, e dos três banheiros, dois passaram a funcionar.

O município de Jabotão dos Guararapes não tem casa de acolhida ou albergues para acolher a população em situação de rua no período da noite. Esse serviço deveria estar garantido dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Essas informações revelam que o município concentra seu atendimento às demandas da população em situação de rua na execução da política de assistência social que faz os encaminhamentos para as outras políticas setoriais, não contemplando a perspectiva da intersetorialidade prevista na política nacional.

Sabendo previamente destas dificuldades do município, questionei as entrevistadas sobre o serviço prestado no Centro Pop, quais estratégias elas elaboram para dar conta da falta de efetivação da política, o que esperavam da gestão pública e quais são suas perspectivas para o futuro. O tópico a seguir abordará essas análises.

3.3 PRÁTICAS, ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Questionei as entrevistadas como elas avaliavam os serviços prestados no Centro Pop e quais eram suas demandas para o governo de forma geral. Para Vitória (42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra), é necessário ampliar o horário de atendimento do serviço e instalar ambientes para descanso dentro da casa do Centro Pop. A interlocutora frequentava o Centro Pop durante dois dias na semana, buscando em conjunto com sua TR a emissão da segunda via da certidão de nascimento e encaminhamentos para exames preventivos na área de saúde. Vitória gostaria que fossem efetivadas políticas de moradia pelo governo de forma geral: “Eu acho [que o governo] poderia oferecer muitas casa, muitos terreno, né? Pra gente não viver

abandonado por aí, podia fazer umas casinha pra os morador de rua, queria uns terreno porque se a pessoa invade mete polícia com bala de borracha”.

Lavínia (18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra) também gostaria que tivesse um ambiente para descanso no Centro Pop. Ela também frequentava o equipamento duas vezes durante a semana. Para ela, seria importante que o serviço tivesse um local de descanso pelo fato de não conseguir dormir à noite enquanto está na rua. Lavínia foi encaminhada para a rede de serviços de saúde com foco no tratamento para uso abusivo de drogas (CAPS ad e Programa Atitude) quando começou a frequentar o Centro Pop.

Fabíola (39 anos, heterossexual, mulher trans e negra) sugere que o serviço deveria ampliar os dias de atendimento para cada usuário/a, tendo em vista que também lhe foram concedidos dois dias na semana. E, assim como Vitória, gostaria que fossem articuladas políticas de moradia.

Ah, eu só queria uma casa pra mim, um barraquinho. Eu queria tanto, mulher. Tá tão difícil agora. Queria isso ‘moço, pelo amor de Deus, me dê um barraco’. Pode ser um barraco de plástico mesmo, ou senão, de zinco, precisa ser uma mansão não, só um barraquinho. E aqui [em Jaboatão] não tem nada. Fabíola. (39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

As demandas de Fabíola, atendidas no Centro Pop, incluíram encaminhamentos para o tratamento de uso abusivo de drogas (Programa Atitude) e a emissão de segundas vias de documentos civis como certidão de nascimento e registro geral.

Bianca (25 anos, heterossexual, mulher trans e branca) observa que seria necessário realizar manutenção na casa onde funciona o Centro Pop e melhorar a qualidade da comida oferecida pelo serviço. Gostaria que fossem garantidas políticas de moradia, de trabalho e emprego. O dia da entrevista com Bianca também foi seu primeiro dia de atendimento no Centro Pop. Sua TR permitiu que eu realizasse a entrevista com Bianca antes que fosse feita a triagem com a usuária. Desse modo, até o momento da entrevista, ela só teve acesso aos serviços de alimentação e produtos de higiene pessoal. Ainda não havia sido definido os dias que iria frequentar o serviço.

Letícia (29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca) propõe a existência de ambientes para descanso no Centro Pop e política de moradia garantida pelos governantes. Ela diz: “[...] se você é morador de rua, o que mais a gente precisa, morador de rua precisa de que? De um descanso, uma noite pra dormir e o dia para trabalhar e encaminhamentos pra trabalhar”. Durante as visitas ao Centro Pop, observei que a TR de Letícia estava lhe dando um suporte para a formulação e envio de seu currículo, bem como encaminhamentos para exames

ginecológicos e obstetrios, pois a entrevistada suspeitava que estava grávida. Letícia também frequentava o Centro Pop duas vezes por semana.

Por fim, Carolina (38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca) aponta que seria necessário o serviço oferecer um espaço para descanso e abrigo noturno. Ela também tinha permissão para frequentar o serviço durante dois dias na semana. A entrevistada recomendou que os governantes oferecessem políticas de trabalho, educação e profissionalização para moradores de rua. Ela alega que: “um estudo assim, que nem esses negócio que ajuda a terminar os estudos, é um procedimento bom, que é com estudo que se arruma um emprego bom e tem que ter experiência, que pede muito aí já fica mais difícil pra gente”.

Questionei as entrevistadas sobre a ocorrência de qualquer situação discriminatória no atendimento feito pelos profissionais do Centro Pop. Todas elas responderam que não passaram por situações de discriminação, pelo contrário, sempre foram bem atendidas pela equipe. Durante o período que frequentei o serviço, verifiquei que a equipe tem a preocupação de chamar as usuárias que se identificam como mulheres trans pelo seu nome social, respeitando a identidade de gênero das usuárias.

Na narrativa das entrevistadas, percebi três pontos em comum, a saber: a instalação de ambiente para descanso e ampliação do horário de atendimento no Centro Pop, além de políticas de moradia para a população em situação de rua.

Com relação ao ambiente de descanso, o Centro Pop passou por uma reforma durante o mês de agosto e setembro de 2018, que resultou no conserto de algumas problemáticas na estrutura do espaço e a instalação de um ambiente para descanso. Neste ambiente foram colocados nove colchões de solteiro no espaço que antes era o refeitório do serviço. Todavia, o município ainda carece de um serviço específico, na área de assistência social, para o acolhimento da população de rua no período da noite.

A situação da ampliação do horário de atendimento continua pendente. Sua resolução depende da convocação de mais profissionais aprovados no último concurso da assistência social realizado em 2015. O referido certame estaria teoricamente vencido, mas sua validade está suspensa devido a uma liminar do sistema jurídico. Uma das soluções sugeridas pela gestão municipal seria a realização de processo seletivo para o preenchimento das vagas remanescentes. Porém, não há previsão para a realização da seleção, tendo como justificativa a dificuldade de liberação de orçamento para contratação de pessoal.

Gostaria de aprofundar um pouco a questão das demandas de políticas de moradias mencionadas pelas entrevistadas. Segundo Souza (2007), a recessão econômica da década de 1980 provoca rearranjos na natureza da questão urbana no Brasil, a qual está marcada pelos

conflitos de terra, insuficiência de acesso à moradia nas grandes metrópoles, fragmentação do tecido social, crise fiscal e redução dos investimentos sociais. Esses elementos atuam diretamente na relação entre a política de moradia e a exclusão social e espacial da população de baixa renda.

Ainda conforme Souza (2007), moradia não se restringe apenas ao núcleo de consumo da família, ela também significa as condições de acesso aos bens de serviços indispensáveis à vida. Desse modo, “a desigualdade entre os segmentos sociais transparece, assim, na localização da habitação, evidenciando que as condições de acesso à moradia traduzem uma das dimensões de acesso à cidade” (SOUZA, 2007, p. 116). Nesse sentido, o acesso à moradia consiste num direito que ao ser precarizado afeta diretamente as populações mais pobres. A solução dos poderes públicos para o problema do déficit de moradia está comumente relacionada à construção de conjuntos habitacionais que, em muitos casos, carecem de uma estrutura de serviços essenciais à subsistência da população, como transporte, infraestrutura, serviços de saúde etc., além de se situarem em espaços consideravelmente segregados das áreas centrais das metrópoles.

No seu estudo sobre a realidade da Região Metropolitana do Recife (RMR), Souza (2007) esclarece que há um processo de periferação comum nas grandes cidades brasileiras. Nesse processo,

[...] a população pobre se desloca na busca de condições de acesso à terra e à moradia. Tal periferação caminha, contudo, em dois sentidos: avança para as bordas da malha urbana e densifica o núcleo metropolitano, ocupando os terrenos que se situam às margens do mercado imobiliário (SOUZA, 2007, p. 118).

Suponho que as nuances do problema de moradia no país acompanham a realidade das interlocutoras da pesquisa antes mesmo da condição de rua, pois elas são oriundas das periferias da Grande Recife, que comumente carecem de infraestrutura adequada e de uma rede de serviços bem estruturada. O acesso à moradia adequada se torna mais improvável após a experiência de rua, pois o movimento para articular uma moradia nessa condição é obstaculizado pela ausência de ações públicas voltadas para a retirada dessas pessoas da situação de rua.

Através da narrativa das interlocutoras da pesquisa, ficou evidente que elas demonstraram estratégias similares com relação à garantia da sobrevivência frente à inabilidade da execução dos serviços captar as suas demandas de forma integral.

Vitória (42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra), que tem mais tempo de rua, é a única que para resolver a questão da alimentação relatou comprar alimentos para ela mesma preparar, quando não está no Centro Pop. Quando não há dinheiro, ou este é insuficiente, ela pede comida nos restaurantes da área onde faz sua “carrera”. Ela diz o seguinte:

Cozinhar, por exemplo, é uma caixa de papelão, dois tijolo, uma latinha, bota água pra ferver. [...] eu compro comida para cozinhar, [...] compro comida mesmo, compro macarrão, compro arroz, compro charque, salsichinha, feijão, manteiga, óleo, tudo. Faço uma feirinha, boto numa caixa, aí todo dia faço meu cumezinho, né? E a carne eu compro todo dia, que eu não tenho geladeira, compro pra agora e pra de noite. [...] Come a gente e quem chegar (Vitória, 42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra).

Para dormir, Vitória conta que monta uma barraca para ela e seu companheiro com colchão. Seus filhos dormem em outra barraca atrás da sua, cada um com um colchão. Ela diz que é preciso manter a sua privacidade e a dos filhos. Portanto, ela resolve a falta de um serviço para acolhimento no período da noite agregando sua família nesse espaço.

A higiene pessoal é realizada em banheiros de posto de gasolina quando não é seu dia de frequentar o Centro Pop. Ela relatou que tanto os alimentos como os produtos de higiene são comprados com o dinheiro que consegue cuidando de carros, juntamente com seu companheiro. No Centro Pop, os produtos de higiene ofertados só podem ser utilizados dentro do serviço. Então, é comum que grande parte das usuárias comprem seus próprios produtos. É possível perceber que as práticas de sobrevivência de Vitória estão interligadas ao convívio familiar com seus filhos e companheiro, algo comum de ocorrer caso estivesse sob a proteção de um teto.

Lavínia (18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra) confessa que não consegue dormir na rua. Seus momentos de descanso são reservados quando ela vai ao Centro Pop, ao Programa Atitude ou ao CAPS ad. Ou seja, ela não dorme durante à noite, somente durante o dia quando permanece em algum desses serviços. Cabe enfatizar aqui seu receio e medo em relação à rua e às demais pessoas em situação de rua. Assim, caso houvesse uma casa de acolhimento para a população de rua no período noturno, não seria necessário que Lavínia passasse a noite em claro.

Suas refeições são feitas nos serviços acima citados, bem como os cuidados de higiene pessoal. Sua fala diz o seguinte: “para comer, eu como no CAPS, ou no Centro POP ou no Atitude. Eu tomo banho faço tudo num desses lugar aí. Eu não consigo dormir na rua, eu vejo tanta coisa” (Lavínia, 18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra). Lavínia articulou suas estratégias de sobrevivência com a possibilidade de acessibilidade aos serviços públicos

ofertados, mesmo que alguns deles não sejam exclusivamente direcionados para a população de rua, como é o caso do CAPS ad e do Programa Atitude.

Fabíola (39 anos, heterossexual, mulher trans e negra) negociou com alguém um local próximo ao Corpo de Bombeiros para dormir. Escolheu esse lugar por não haver grande fluxo de passagem de pessoas. Em alguns momentos, ela compartilha esse espaço de descanso com outro morador de rua, que, segundo ela, é homossexual. Seria, portanto, uma pessoa de sua confiança.

[Prefiro dormir] em lugares que não tenha ninguém, que não tenha muito passa, passa. Aí eu rezo, peço a Deus que me guarde de todos os mal. E quem vive na rua não dorme direito, a gente fica tão cismada, tem uns usuários também que gostam muito de confusão, muita fofoca, muito motim. Aí eu não durmo com eles. Que eles acham que são melhor que a gente, aí eu não gosto desses babado. Aí ou eu durmo sozinha, ou eu durmo com esse gay, [...] o outro do cabelão, como é o nome dele? Esqueci. Aí eu durmo com ele, ali no quartel dos bombeiro lá no final da praia já chegando em Boa Viagem, eu falei com o menino aí me deixou dormir lá. Aí chamo ele para dormir comigo, aí dorme eu e ele. É uma estratégia de sobrevivência, porque eu não tenho muita aproximação com os usuários, eu falo apenas por falar (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Para se alimentar, quando não está no Centro Pop, a entrevistada compra sua comida, mas quando não tem dinheiro pede em restaurantes. A fala de Fabíola demonstra que ela poderia fazer refeições no Programa Atitude, mas ela prefere não frequentar o serviço por não se sentir bem com os demais usuários, que, segundo ela, geram um ambiente de bastante conflito. Assim, ela compra com seu dinheiro ou pede em restaurantes.

O que eu aprendi foi pedir, tinha a maior vergonha de pedir e eu peço, quando eu não venho pra cá, que aqui eu tenho dois dia, e lá no, a senhora sabe o que é o Atitude? [pausa] Lá eu tenho quatro dias, mas só que eu num vou nenhum dia, eu não me sinto bem lá, não gosto de lá, lá é muita anarquia, muita zoada, muito roba, roba, aí eu nem vou lá, só venho aqui mesmo, os dois dia da semana, segunda e terça que eu tenho aqui, aí eu só venho esses dois dias pra cá, aí quinta, sexta, sábado e domingo que é lá, eu não vou. [...] Deixei de ir porque não presta, Deus que me perdoe, meu Deus, não é a casa, é as pessoas, os usuários. [Então] eu peço, faço meus programa. Aí quando é de dia eu compro meu almoço pra mim e aquela bicha, compro meu cigarro, compro minha maconha, porque eu fumo maconha, é a única coisa que eu tô usando, faz quase um mês [sem usar crack], quando eu uso crack eu fico tão mal, depois quando acaba o dinheiro, acaba tudo, eu fico numa angústia triste. Em tempo de me matar, de morrer (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Fabíola realiza sua higiene pessoal num terreno localizado na orla, onde, segundo ela, há um cano²⁰ com água proveniente da companhia de abastecimento de Pernambuco. No seu relato, ela conta o seguinte:

²⁰ Outras entrevistadas também fazem uso desse local para o banho.

[...] tem um terreno ali perto da beira da praia que tem um cano, que é água da Compesa [companhia de água], aí eu vou de manhã pra lá, escovo os dentes, tomo banho, lavo roupa. Tem dia que eu ganho as coisas da comunidade que passa dia de segunda e terça, dá sabonete, dá essas coisa (Fabíola, 39 anos, heterossexual, mulher trans e negra).

Destaco alguns elementos contraditórios no discurso de Fabíola. Anteriormente, ela mencionou que prefere não manter relações com outras pessoas em situação de rua, mas, apesar disso, ela faz uso da agregação ao dormir com uma pessoa e ajudá-lo comprando comida. Isso sugere que ela consegue agregar pessoas para se proteger quando estabelece uma relação de confiança com o outro. Seu relato sobre o Programa Atitude talvez alerta para a dificuldade que esse programa tem em desenvolver os serviços de atendimento à pessoa que faz uso abusivo de drogas focados na redução de danos.

Bianca (25 anos, heterossexual, mulher trans e branca) conta que prefere dormir com o grupo que ela convive, pois tem medo de ficar sozinha. Ela diz ter um colchão para dormir, escolhendo lugares com pouco movimento para descansar. Contou que pede comida em casas residenciais ou restaurantes. Faz seus cuidados de higiene pessoal no mesmo terreno citado por Fabíola e compra seus próprios produtos. Ela narra que prefere dormir em grupo, mas com relação ao trabalho prefere ficar sozinha. Bianca faz programa na orla de Piedade. Para comer, ela pede em restaurantes ou em casas. Com o dinheiro que consegue do trabalho, ela compra algumas coisas para si e também sua refeição quando não consegue comida nos restaurantes.

Bianca relata que existem regras no grupo que ela convive. A regra principal é “não fazer coisa errada, não mexer em nada que é de ninguém” (Bianca, 25 anos, heterossexual, mulher trans e branca). Os produtos de higiene pessoal são adquiridos com o dinheiro proveniente do trabalho com prostituição.

Compro também, se tiver faltando creme, xampu, desodorante, esses negócio, sabonete tudo tenho que comprar. E tomo banho num terreno que tem [...] onde eu faço programa tem uns travesti que faz lá. Tem um cano, é água 24 horas lá, aí pronto fico lá mesmo. Pra dormir eu tenho um colchão, escolho um lugar que tem menos movimento (Bianca, 25 anos, heterossexual, mulher trans/travesti e mulher branca).

Percebe-se que Bianca reserva seu dinheiro para comprar os produtos de higiene pessoal e a comida ela consegue por outros meios. É provável que ela assim prefira porque a comida é algo mais fácil de conseguir do que seria os produtos de higiene pessoal.

Letícia (29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca), que no momento da entrevista estava separada de seu companheiro, relatou dormir em cima de um pedaço de papelão. Estava dormindo sozinha, pois evita ter relações mais próxima com outras pessoas em

situação de rua. Para comer, informa o seguinte: “bem, eu peço comida, eu cato latinha, eu procuro trabalho na praia. [...] se não tiver comida tudo bem, falta comida, mas a gente tem que aceitar muitas coisas porque a gente não tem a vida da gente independente” (Letícia, 29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca). Realiza sua higiene pessoal nos banheiros de postos de gasolina. Quanto aos produtos de higiene pessoal (sabonete, desodorante, perfume, xampu, condicionador etc.) consegue no Centro Pop nos dias que frequenta o serviço. Como só tem dois dias no serviço, ela junta dinheiro para comprar tais produtos através da catação de recicláveis.

Carolina (38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca) conta que para dormir durante a noite ela arruma um papelão, forra com plástico, lençol e coloca um travesseiro. Ela faz questão de dizer que dorme agarrada com seu companheiro. Sobre as refeições, ela conta que pede em restaurantes:

A gente pede nos restaurantes. Tem alguns, tem um aqui perto da[Rádio] Maranata, tem outro perto do sinal, lá em cima, lá perto da praia. Esses dois [restaurantes] dá numa boa. A gente chega e espera com a vasilhinha, eles chamam, a gente vai, espera um pouquinho, vai simhora e agradece, tem que agradecer né? Que Deus dê mais a eles (Carolina, 38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca).

Carolina revela que dia de domingo é difícil para conseguir comida. Assim, eles se previnem juntando dinheiro durante a semana, para comprar comida no dia que não conseguem nos restaurantes: “eu guardo um trocadinho, compro o almoço de 6 reais que vende uns almoço pequenininho de 6 reais, um suquinho de 1 real, pronto, tá tudo numa boa”. Seus cuidados de higiene pessoal são feitos no mesmo espaço citado por Fabíola e Bianca. Ela conta que os produtos de higiene ganham das pessoas que fazem trabalho voluntário e passam nos territórios em que eles frequentam duas vezes por semana. Nas suas palavras:

[...] a gente ganha da Comunidade²¹. Ganha sabonete, pasta, escova, papel. Dão até absorvente, dão roupa [...] lençol, dá uma sopinha, um copo de sopa assim [gesticula com as mãos mostrando o tamanho do copo de sopa], pão, pão com queijo, café, suco, dá uma garrafinha de água. [...] Vem dois [duas entidades] em uma semana. Eu não sei os dias, quem marca essas coisas é Lucas, ele que grava, eles vão duas vezes na semana. Tem local que vem mais, mas a gente não gosta de sair. (Carolina, 38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca).

No momento da entrevista, Carolina contou que não estava realizando qualquer trabalho, seu companheiro trabalhava guardando carros, atividade que, para ela, não é de mulheres, conforme sua fala: “Lucas olha carro, eu vou fico olhando, mas é mais ele. Esse

²¹ Ações filantrópicas realizadas por igrejas ou centros espíritas da região.

trabalho é pra homem. Eu digo pra ele: ‘esse trabalho não é para mulher não, é pra homem’, aí por isso eu vou comprar material²² para fazer unha, porque é melhor [...]’. Na experiência de Carolina, observa-se uma reprodução das formas clássicas dos lugares de gênero com base na lógica binária (masculino/feminino), em que ela reforça as relações de proteção, cuidado, trabalho específico para homens e para mulheres.

Para concluir as análises da presente dissertação, irei relacionar a seguir as perspectivas de futuro questionadas às mulheres em situação de rua durante o momento das entrevistas, com as informações obtidas junto à equipe do Centro Pop sobre a situação das interlocutoras seis meses após meu contato com elas. Essas últimas informações foram coletadas junto à assistente social e ao educador social do Centro Pop. Foi necessário realizar essa coleta com os referidos profissionais, pois, após as entrevistas, não tive mais contato com as interlocutoras. Conforme exposto anteriormente, isso se deve ao fato de o serviço ter interrompido suas atividades para a reforma da unidade, bem como devido às mudanças na vida dessas mulheres, que serão expostas a seguir.

Como perspectiva para o futuro, Vitória (42 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra) relatou que gostaria de conseguir um emprego e uma casa para sair da condição de rua. De acordo com a equipe do Centro POP, o companheiro de Vitória conseguiu ser inserido no benefício de Aluguel Social do Programa Atitude. No caso de Vitória, a saída da situação de rua foi garantida por meio da concessão de benefício eventual do referido programa, o que sugere uma melhoria na condição dos serviços ofertados pela rede estadual. Contudo, a entrevistada continua sem sua documentação civil. A dificuldade de não obter informações sobre o cartório onde foi registrada persiste, o que dificulta a solicitação do registro de nascimento que foi feito em São Paulo. A equipe informou que Vitória teve um de seus filhos assassinado, não sabendo informar os motivos da ocorrência do fato.

Lavínia (18 anos, heterossexual, cisgênero e mulher negra) priorizou na sua fala o desejo de parar o consumo de drogas através da entrada no tratamento intensivo do Programa Atitude, pois só assim conseguiria a guarda de seus filhos novamente. A equipe informou que a entrevistada teve algumas “recaídas” com relação ao consumo de crack, o que revelou o uso problemático da droga. Ela estava frequentando a Casa de Apoio e Acolhimento do Programa Atitude, contudo, envolveu-se numa briga com outra usuária do programa que a ameaçou, resultando na sua transferência para a unidade do programa no município do Cabo de Santo Agostinho, bem como seu desligamento do acompanhamento no Centro Pop.

²² Referindo-se ao momento em que não estará mais em situação de rua. Pois, tem experiência anterior no exercício dessa atividade.

Fabíola (39 anos, heterossexual, mulher trans e negra) enfatiza que gostaria de conseguir um emprego no mercado formal de trabalho, pois, para ela, com um emprego ela conseguiria o que quisesse. Segundo a equipe, Fabíola deixou de frequentar o Centro Pop para fazer o tratamento intensivo no Programa Atitude. Porém, saiu do programa e ao voltar às ruas perdeu todos os documentos. A entrevistada já tinha expressado sua insatisfação com as pessoas que frequentam o Programa Atitude, fato que não traz surpresas sobre sua saída do tratamento intensivo do programa.

Bianca (25 anos, heterossexual, mulher trans e branca) confidenciou que gostaria de conseguir um companheiro fiel, sair da condição de rua, e ter um trabalho formal para que não fosse mais necessário fazer programa. Ela não deu continuidade ao acompanhamento no Centro Pop. A equipe não obteve mais notícias sobre ela.

Letícia (29 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca) reforçou que gostaria de ter um lugar para morar e trabalho para ela e seu companheiro. A equipe informou que o companheiro e ela reataram e ambos se mudaram para São Paulo. Segundo a equipe técnica, a TR foi informada pelo companheiro de Letícia, através de uma rede social, que eles estavam bem e não estavam em situação de rua.

Carolina (38 anos, heterossexual, cisgênero e mulher branca), assim como as demais, esperava para seu futuro conseguir uma casa para morar, sair da rua e arranjar um trabalho. De acordo com a equipe do Centro Pop, ela conseguiu sair da condição de rua juntamente com seu companheiro. A equipe técnica informou que eles conseguiram se organizar e rapidamente saíram da situação de rua, conseguiram um trabalho, mas não soube precisar o tipo de trabalho e o vínculo empregatício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa que resultou na presente dissertação, duas premissas prováveis povoavam minhas inquietações. A primeira pressupunha que a vivência de mulheres em situação de rua era perpassada por entraves que se materializavam a partir de sua condição de gênero, classe, raça e sexualidade. Assim, elas enfrentavam questões que violavam sua subjetividade enquanto mulher marcada pelas estruturas de poder que dificultavam e limitavam sua sobrevivência num cotidiano permeado de conflitos.

A segunda indicava que as estratégias de superação e de sobrevivência podiam demonstrar que sua vivência não era marcada apenas pelos processos vitimizadores, pois dentro das possíveis contradições que enfrentavam, elas conseguiam encontrar meios de subverter a sua condição enquanto sujeito vulnerabilizado e agregar possibilidades de alcançar ou elaborar mecanismos para sua subsistência. Ou seja, a elaboração de reações enquanto políticas de agência dessas mulheres.

Partindo das aproximações conceituais sobre interseccionalidade, com foco no entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença como gênero, raça, classe e sexualidade, esta pesquisa buscou analisar como objetivo principal a experiência de mulheres em situação de rua, levando em consideração a análise interseccional dessas experiências.

Nesse sentido, analisei como os processos de subordinação e opressão, a partir dos condicionantes de gênero, raça, classe e sexualidade, atravessaram a experiência dessas mulheres e colocaram obstáculos em suas experiências. Subordinação e opressão porque a condição de classe das entrevistadas assentou elementos significativos para sua condição de rua, como a precarização do direito à moradia, ao trabalho e à formação profissional presentes na realidade de todas elas.

A condição de gênero, tanto nas mulheres cisgênero como nas mulheres trans, majoritariamente, trouxe experiências de violências que marcaram suas vivências atravessadas pelo medo e pela vulnerabilidade de ser mulher em situação de rua. Foi identificado que as mulheres cisgênero tinham uma relação de dependência com os companheiros, reproduzindo as formas binárias dos lugares de gênero. As vivências de Vitória, Carolina e Letícia retrataram bem essas análises, pois as três relataram a dificuldade que passaram quando estavam sem companheiros, sentindo-se sozinhas e vulneráveis. Seus discursos revelaram condições de dependência emocional e financeira com seus companheiros.

Em seus discursos, as interlocutoras da pesquisa relataram a reprodução de padrões cisheteronormativos, ora como consequências das estruturas de opressão, ora como modos de

superação dos enfrentamentos experimentados. Isso é interessante, considerando a compreensão que Butler (2007) faz da noção de agência como possibilidade de elaborar processos de subversão dentro das matrizes de poder e não fora delas, como uma prática rearticulatória indissociável ao poder.

O fato de Carolina e Letícia terem a necessidade de manter um relacionamento conjugal e de não gostarem de se agregar em grupos de pessoas em situação de rua mostra a reprodução de relações com padrões cisheteronormativos, nas quais são reeditadas as formas de dependência emocional e financeira; mas também a busca de mecanismos de proteção e defesa da condição de vulnerabilidade que elas enfrentaram enquanto mulher em situação de rua. Na fala de Bianca, identifiquei que ela relacionava a saída da condição de rua à vontade de conseguir um companheiro fiel, vendo na união conjugal uma forma de superar a situação de rua.

As questões relativas ao racismo foram apresentadas pelo véu da institucionalização da opressão de raça, dificultando a percepção das interlocutoras quanto à visualização de situações de segregação racial na sua condição de mulher negra. Defendo esta análise, pois ao questionar as mulheres negras que participaram da pesquisa, Vitória, Fabíola e Lavínia, sobre experiências de racismo, elas negaram ter sofrido quaisquer situações de discriminação e preconceito racial, antes ou durante a situação de rua. Porém, quando direciono o olhar para o perfil das entrevistadas, identifico que elas possuíam a menor escolaridade e quando tiveram acesso ao mercado de trabalho, o vínculo se deu de forma precária.

O fato de serem originárias de comunidades periféricas foi o ponto em comum da condição de classe entre as entrevistadas. Agrega-se a esta condição a proximidade com o uso de drogas ilícitas, especialmente o crack, demarcador da falta de oportunidades a que estão submetidas as pessoas espoliadas da produção e reprodução do sistema capitalista. Este dado comprova as análises de Bauman (2005) sobre a produção do “refugo humano”, bem como o estudo de Nascimento (2003) acerca dos “desnecessários” da estrutura econômica.

Majoritariamente, as estratégias de sobrevivência arquitetadas pelas mulheres se entrecruzam com as práticas elaboradas a partir da vivência na rua (flanelinha, catadora de materiais recicláveis, pedinte e prostituição) e com o acesso restrito aos serviços ofertados pela política pública voltada para o segmento de rua. Das seis mulheres abordadas, somente cinco acessaram os serviços do Centro Pop, que se restringiam a dois dias de atendimento. Apenas Lavínia, diferentemente das demais, conseguiu articular estrategicamente os serviços do Centro Pop, CAPS ad e Programa Atitude para atender as suas necessidades de sobrevivência.

Na falta de oferta integral dos serviços da rede socioassistencial, essas mulheres, na sua maioria, conseguiam sua alimentação através da realização de trabalhos de catação, flanelinha, prostituição e da atividade de pedinte. Mas, há também, a situação em que estrategicamente ocorre o usufruto dos serviços públicos de forma alternada para dar conta dessa necessidade.

As práticas de descanso perpassaram tanto a escolha de se isolar de outras pessoas em situação de rua para evitar o conflito, como se agregar para se proteger em situações de violência. As experiências de Fabíola e Lavínia foram emblemáticas da primeira situação e o exemplo de Bianca e Vitória denotou a preferência delas em sempre dormir acompanhadas de outras pessoas ou da família.

Semelhante às práticas de descanso, o convívio com outras pessoas de rua no cotidiano ocorreu, predominantemente, nas formas de agregação com grupos, família ou companheiros e, menos frequente, através do isolamento. O primeiro exemplo refere-se às experiências de Bianca, Vitória, Carolina e Letícia; já o segundo, diz respeito à realidade de Fabíola e Lavínia. Vitória e Bianca sentiam a necessidade de conviver em grupo de afinidades, como a família ou pessoas da mesma identidade de gênero. Carolina e Letícia, quando não estavam em relações conjugais, evitavam aproximação com outras pessoas em condição de rua, ou seja, a forma de agregação delas só ocorria com companheiros. Fabíola defendeu a forma solitária de convivência para evitar o conflito com outras pessoas em situação de rua. Lavínia evitou ter proximidade com outras pessoas de rua, motivada pelo receio e pelo medo.

As indicações acerca dos condicionantes que levaram as entrevistadas a viverem em situação de rua estiverem majoritariamente ligadas ao uso abusivo de drogas, principalmente, do crack. Em alguns casos, o uso de drogas resultou na aquisição de dívida com o tráfico, acarretando na expulsão dessas mulheres de suas comunidades. Desse modo, havia uma ligação forte da intervenção do tráfico de drogas sobre esses condicionantes, no modo como organizava e estruturava o crime dentro das comunidades, colocando regras para aqueles que não pagavam a dívida de droga, tomando seus imóveis como pagamento, ou proferindo ameaças de morte. Outro condicionante relativo à entrada na situação de rua para as mulheres cisgênero, esteve relacionado a conflitos familiares decorrentes da descoberta de gravidez não planejada. Carolina e Letícia relataram relação conflituosa com seus genitores após a descoberta da gravidez, o que resultou na mudança frequente de domicílio para Carolina e numa vivência na rua para Letícia.

As experiências de violência marcaram a vivência da maioria das entrevistadas. Nas mulheres cisgênero, a violência derivou de pessoas conhecidas, como seus companheiros. E nas

mulheres trans, a violência foi causada por pessoas desconhecidas, sugerindo a transfobia como uma das causas.

Quanto às avaliações das entrevistadas acerca dos serviços ofertados pelo Centro Pop, nenhuma delas indicou ter passado por situação de constrangimento ou discriminação de qualquer profissional do equipamento. Todavia, elas apontaram a necessidade de se realizar melhorias na oferta dos serviços, como ambientes para repouso, melhoria na qualidade da alimentação e ampliação do horário de atendimento.

No que tange à garantia de políticas públicas mais abrangentes para o segmento de rua, as falas sugeriram a implantação de políticas de moradia para as pessoas em situação de rua, geração de emprego e renda e profissionalização.

Analisando que as matrizes hegemônicas de hierarquização, desigualdade social e subordinação, decorrentes das estruturas do racismo, capitalismo e cisheteronorma, atravessaram a vida dessas mulheres nos diferentes momentos de formação enquanto sujeito, colocando obstáculos na conquista de sua autonomia e superação de um modo de vida marcado pela precarização e exclusão social. Mas, mesmo diante dessa conjuntura, elas conseguiram articular formas de transgredir essas estruturas ao elaborar estratégias de sobrevivência que foram desde a busca por segurança na formação de grupos ou em relações conjugais com companheiros, ao isolamento, à superação de estigmas que marcaram a vivência na rua, à articulação de formas de proteção individual para evitar conflitos e à utilização estratégica dos serviços públicos para a manutenção da subsistência.

Nas suas práticas de subsistência individuais e coletivas, elas redescobriram e ressignificaram formas diversas de enfrentar as adversidades do cotidiano, elaborando nas franjas do poder as suas políticas de agência, que estão diretamente ligadas à manutenção da própria sobrevivência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** RIBEIRO, Djamila (Coord.). Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

AWID. Association for Women's Rights in Development. Intersectionality: A Tool for Gender and Economic Justice. In: **Women's Rights and Economic Change**, nº 9, August, 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BONASSI, B. C. *et al.* Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, vol. 17, n. 3, 2015, p. 83-98.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, janeiro/junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 24/07/2016.

BRAH, A. Cuestiones de «diferencia» y feminismos globales. In: BRAH, A. **Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión**. Tradução de Sergio Ojeda. Traficantes de Sueños: Madri, fevereiro de 2011, p. 111-121.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, META Instituto de Pesquisa e Opinião, abril de 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, maio de 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS: análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 27-5.

BUTLER, J. Political affiliation beyond the logic of repudiation. In: BUTLER, J. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York London: Roudedge, 1993, p. 111-119.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. In: BENEDITO, Vera Lúcia. **Consciência em Debate**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, Jul./1991, p. 1241-1299.

CRENSHAW, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. **Rev. Estud. Fem.**, vol.10, n.1, Jan. 2002, p. 171-188.

COLLINS, P. H. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 5, n. 1, p. 6–17, 29 jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 16/10/2017.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

GARCIA, L. *Apresentação Senad/MJ*. In: SOUZA, J (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 11-15.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENNING, C. *Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. In: **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97-128. Londrina: UEL, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2016**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/jaboatao-dos-guararapes/panorama>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LEITE JR, J. *Nomeação e distinção*. In: LEITE JR, J. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti e transexual no discurso científico. Tese (Doutorado) – PEPG-CS/PUC-SP, 2008, p. 178-212.

LÓPEZ, L. C. *O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde*. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.

LOURO, G. L. A emergência do “gênero”. *In*: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 14-36.

MARTINS, M. A. M. *et al.* Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências. *In*: **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278500487_ARQUIVO_ACERACERCACERCADAVIOLENCIACONTRALGB.pdf. Acesso em: 22/09/2018.

MAYORA, M. O crack e a rua. *In*: SOUZA, J (Org.). **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016, p. 137-161.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua, vol. 3, Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas**: Serviço especializado em Abordagem Social. SUAS e População em Situação de Rua, vol. 4, Brasília, 2013.

MELO, T. H. **Política dos “improváveis”**: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Tese de doutorado, PPGA-UFF, 2017.

MCKLINTOCK, A. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MNPR. Movimento Nacional da População de Rua. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua**. Instituto Pólis, outubro de 2010. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_parp_lutar.pdf. Acesso em: 12/10/2017.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *In*: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 56-87.

NEVES, D. P. Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). *In*: **Revista Antropolítica**, n. 29, Niterói, RJ, p. 9-35, 2º sem. 2010a.

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Revista Antropolítica**, n. 29, Niterói, RJ, p. 99-130, 2º sem. 2010b.

PACE, A. F.; LIMA, M. O. Racismo institucional: apontamentos iniciais. **Artifícios, Revista do Difere**, v. 1, n. 2, p. 01-17, dez/2011.

PELÚCIO, L. M. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista AntHropológicas**, ano 8, v. 15, n. 1, 2004, p. 123-154. Disponível

em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23613/19268>. Acesso em: 02/05/2018.

PELÚCIO, L. M. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, jul./dez., 2005, p. 217-248. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf>. Acesso em: 02/12/2018.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul./dez., 2008, p. 263-274.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PRINS, B. Narrative accounts of origins: a blind spot in the intersectional approach? **European Journal of Women's Studies**, n. 13, 2006, 3, p. 277-290.

REIS, T. (Org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+ / GayLatino, 2018.

ROBAINA, I. M. M. **Entre mobilidades e permanências**: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRJ, 2015.

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, vol. 20, n. 2, jul./dez., 2015. Londrina, 2015, p. 56-96.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 16, n. 2, jul./dez., 1990, p. 71-99.

SOUZA, M. A. A. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. *In*: CARDOSO, A. L. **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção Habitare, Porto Alegre: ANTAC, 2007, p. 115-149.

APÊNDICES

ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS PESSOAIS

NOME FICTÍCIO: _____

IDADE: _____

ORIENTAÇÃO SEXUAL: _____

IDENTIDADE DE GÊNERO: _____

RAÇA/ETNIA: _____

ESCOLARIDADE: _____

CIDADE DE ORIGEM: _____

TEMPO DE VIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: _____

QUESTÕES RELATIVAS À VIVÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA

1. RELATE OS MOTIVOS QUE RESULTARAM NA SUA CONDIÇÃO DE RUA.
 - a) Relate como você veio morar na rua.
 - b) O que aconteceu para que você viesse para a rua?
 - c) Por que a rua foi sua última/única opção?
2. COMO VOCÊ PERCEBE QUE SUA VIVÊNCIA NAS RUAS PODE SER AFETADA DE ACORDO COM SUA CONDIÇÃO DE GÊNERO/RAÇA/CLASSE/SEXUALIDADE.
 - a) Você acha que por ser mulher / mulher trans / mulher lésbica / mulher negra a sua experiência na rua é diferente, é mais difícil, é mais fácil?
 - b) Antes de vir para a rua, você vivia em quais condições? Você acha que essa situação econômica anterior contribuiu para a sua condição atual, para estar em situação de rua?
 - c) Você acha que sua orientação sexual influenciou para que você estivesse em situação de rua hoje?
3. COMO VOCÊ SE PERCEBE ATUALMENTE DEPOIS DOS PROCESSOS DE ADAPTAÇÃO E PERMANÊNCIA NA RUA?
 - a) O que mudou em você desde que você veio morar na rua?
 - b) O que você fez para tentar se adaptar (e se se adaptou) e sobreviver na rua?

4. CONTE-ME COMO É SUA RELAÇÃO COM AS OUTRAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.
 - a) Você procura fazer amizades?
 - b) Você vive em grupo (como foi a aproximação?), com companheiro(a), ou sozinha (se sozinha, por que prefere ficar só?)
 - c) Você prefere compartilhar o mesmo espaço para dormir / comida / trabalho?
 - d) Você tem um/a parceiro/a fixo/a para suas relações sexuais ou você prefere ter vários/as parceiros/as?
5. QUAIS AS ESTRATÉGIAS QUE VOCÊ CONSEGUIU ELABORAR OU QUE VOCÊ APRENDEU PARA SOBREVIVER NA RUA?
 - a) O que você aprendeu na rua para conseguir sobreviver?
 - b) Como você faz para se alimentar?
 - c) Como você faz para realizar a sua higiene pessoal?
 - d) Como você faz para dormir?
 - e) Quais locais da cidade você prefere ficar para conseguir comida, para fazer sua higiene pessoal e para dormir?
6. QUAL A PIOR EXPERIÊNCIA QUE VOCÊ JÁ TEVE DESDE QUE COMEÇOU A VIVER NA RUA?
7. VOCÊ JÁ SOFREU ALGUMA TIPO DE VIOLÊNCIA NA RUA? SE SIM, QUAIS TIPOS DE VIOLÊNCIA VOCÊ JÁ SOFREU?
8. COMO VOCÊ AVALIA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELO GOVERNO DIRECIONADOS A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?
 - a) Você consegue ser atendida?
 - b) Você consegue o serviço que procura?
 - c) Você acha que existe preconceito?
 - d) O que você acha que poderia ser oferecido pelo governo?
 - e) O que você acha que poderia melhorar?

ANEXOS



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **“Mulher na rua: um estudo acerca da vivência de mulheres em situação de rua num contexto de violação de direitos”**, desenvolvido pela aluna Márcia Swênia Brito da Silva do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), sob orientação da Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEPB, toda documentação relativa a este trabalho deverá ser entregue em duas vias (sendo uma em CD e outra em papel) a esta instituição sediadora da pesquisa que também arquivará por cinco anos de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

**CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
Rua Emiliano Ribeiro, 450, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes-PE CEP 54.310-250**

Jaboatão dos Guararapes, 31 de outubro de 2017.


Sec. Executiva de Assistência Social - PJG/PE
Juliana Santos
Coord. da Proteção Social Especial
Média Complexidade - Mat.: 59.243

Assinatura do Responsável Institucional

SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua José Bras Moscow, 56, Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE
CEP: 54400-015| Fone: (81)3343.7725
www.jaboatao.pe.gov.br

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHER NA RUA: UM ESTUDO ACERCA DA VIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NUM CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Pesquisador: MARCIA SWENIA BRITO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79858417.9.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.522.723

Apresentação do Projeto:

Projeto encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba para análise e parecer com fins de obter autorização para aplicação de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Idalina Maria Freitas Lima Santiago. Este projeto de pesquisa se propõe a analisar a vivência de mulheres em situação de rua dentro de um contexto marcado por violação de direitos, considerando os marcadores sociais da diferença gênero, raça, classe e sexualidade. Com a finalidade de realizar esta análise buscarei apreender quais os motivos que resultaram na atual situação de rua dessas mulheres; compreender os imbricamentos das categorias da diferenciação (gênero, raça, classe e sexualidade) que atravessam a vivência das mulheres em condição de rua entre seus pares; investigar as estratégias de sobrevivência arquitetadas por essas mulheres; examinar a percepção que elas possuem a respeito da sua condição de gênero, raça, classe e sexualidade antes e depois da vivência na rua; e verificar se os serviços oferecidos, previstos pela política direcionada a esse segmento, asseguram uma melhoria da condição de sujeito marcado pelas diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade. Para tanto, tomo a concepção de interseccionalidade entre os diferentes marcadores sociais da diferença, reconhecendo que essa é capaz de dar conta da complexidade resultante da imbricação dos principais sistemas de opressão – sexismo, racismo, capitalismo – que contornam as relações de exclusão, vivência e sobrevivência da mulher sujeito de nossa pesquisa. De acordo com seus objetivos, a pesquisa ora apresentada

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó

CEP: 58.109-753

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

Continuação do Parecer: 2.522.723

pode ser classificada como explicativa e se baseando nos procedimentos de coleta de dados denomino esse estudo como pesquisa de campo, tendo como lócus o Centro-POP de Referência para População em Situação de Rua, situado no bairro de Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, PE. Serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação direta, o diário de campo e a entrevista semiestruturada. Considero que a Análise do Discurso seja essencial para a análise dos dados coletados, visto que esta possibilita o exame da fala dos sujeitos destacando os sentidos produzidos por esses considerando as suas condições sócio-históricas e ideológicas. Este estudo, portanto, buscará viabilizar um entendimento relevante sobre as mulheres em situação de rua, ao priorizar as questões que atravessam sua condição de gênero, raça, classe e sexualidade.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a vivência de mulheres em situação de rua dentro de um contexto marcado por violação de direitos, considerando os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme preconiza a Resolução 466/12/CNS/MS em seu item V: "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico. O presente estudo importa riscos de natureza psicológica, uma vez que as participantes irão relatar suas experiências ao viverem nas ruas, ato que pode causar sentimentos de apreensão, ansiedade, constrangimento. Portanto, é preciso considerar e estar a pesquisa estritamente em acordo com recomendações da Resolução 466/12 do CNS, quanto à exposição das vivências pessoais, bem como quanto à necessidade do resguardo do sigilo das informações colhidas dos participantes. Ademais, este estudo poderá contribuir com uma melhor definição das políticas públicas voltadas para este grupo e ampliar o debate no meio acadêmico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente proposta de estudo é de suma importância quanto papel e atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), mormente Pesquisa de Pós-Graduação, estando dentro do perfil das pesquisas de construção do ensino-aprendizagem significativa, perfilando a formação profissional baseada na tríade conhecimento-habilidade-competência, preconizada pelo MEC. Portanto, tem retorno social, caráter de pesquisa científica e, contribuição na formação de profissionais da pós-

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó

CEP: 58.109-753

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.522.723

graduação em Serviço Social, dentre outras áreas afins do saber científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários e obrigatórios encontram-se presentes.

Recomendações:

Retirar do Questionário o espaço para inserir o nome. Substituir por código ou siglas preservando a privacidade da participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto encontra-se completo, sem pendências. Diante do exposto, somos pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Título da Pesquisa: MULHER NA RUA: UM ESTUDO ACERCA DA VIVÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NUM CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

CAAE Plataforma Brasil: 79858417.9.0000.5187

Pesquisadora Responsável: MARCIA SWENIA BRITO DA SILVA

Situação do projeto: APROVADO em 06/12/2017

Apresentação do Projeto: Projeto encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba para análise e parecer com fins de obter autorização para aplicação de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Prof^{fa}. Dr^a. Idalina Maria Freitas Lima Santiago. Este projeto de pesquisa se propõe a analisar a vivência de mulheres em situação de rua dentro de um contexto marcado por violação de direitos, considerando os marcadores sociais da diferença gênero, raça, classe e sexualidade. Com a finalidade de realizar esta análise buscarei apreender quais os motivos que resultaram na atual situação de rua dessas mulheres; compreender os imbricamentos das categorias da diferenciação (gênero, raça, classe e sexualidade) que atravessam a vivência das mulheres em condição de rua entre seus pares; investigar as estratégias de sobrevivência arquitetadas por essas mulheres; examinar a percepção que elas possuem a respeito da sua condição de gênero, raça, classe e sexualidade antes e depois da vivência na rua; e verificar se os serviços oferecidos, previstos pela política direcionada a esse segmento, asseguram uma melhoria da condição de sujeito marcado pelas diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade. Para tanto, tomo a concepção de interseccionalidade entre os diferentes marcadores sociais da diferença, reconhecendo que essa é capaz de dar conta da complexidade resultante da imbricação dos principais sistemas de opressão – sexismo, racismo, capitalismo – que contornam as relações de exclusão, vivência e sobrevivência da mulher sujeito de nossa pesquisa. De acordo com seus

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó

CEP: 58.109-753

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

Continuação do Parecer: 2.522.723

objetivos, a pesquisa ora apresentada pode ser classificada como explicativa e se baseando nos procedimentos de coleta de dados denomino esse estudo como pesquisa de campo, tendo como lócus o Centro-POP de Referência para População em Situação de Rua, situado no bairro de Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, PE. Serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação direta, o diário de campo e a entrevista semiestruturada. Considero que a Análise do Discurso seja essencial para a análise dos dados coletados, visto que esta possibilita o exame da fala dos sujeitos destacando os sentidos produzidos por esses considerando as suas condições sócio-históricas e ideológicas. Este estudo, portanto, buscará viabilizar um entendimento relevante sobre as mulheres em situação de rua, ao priorizar as questões que atravessam sua condição de gênero, raça, classe e sexualidade.

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar a vivência de mulheres em situação de rua dentro de um contexto marcado por violação de direitos, considerando os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Conforme preconiza a Resolução 466/12/CNS/MS em seu item V: "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética, dela decorrendo o plano de monitoramento que deve ser oferecido pelo Sistema CEP/CONEP em cada caso específico. O presente estudo importa riscos de natureza psicológica, uma vez que as participantes irão relatar suas experiências ao viverem nas ruas, ato que pode causar sentimentos de apreensão, ansiedade, constrangimento. Portanto, é preciso considerar e estar a pesquisa estritamente em acordo com recomendações da Resolução 466/12 do CNS, quanto à exposição das vivências pessoais, bem como quanto à necessidade do resguardo do sigilo das informações colhidas dos participantes. Ademais, este estudo poderá contribuir com uma melhor definição das políticas públicas voltadas para este grupo e ampliar o debate no meio acadêmico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: A presente proposta de estudo é de suma importância quanto papel e atribuições das Instituições de Ensino Superior (IES), mormente Pesquisa de Pós-Graduação, estando dentro do perfil das pesquisas de construção do ensino-aprendizagem significativa, perfilando a formação profissional baseada na tríade conhecimento-habilidade-competência, preconizada pelo MEC. Portanto, tem retorno social, caráter de pesquisa científica e, contribuição na formação de profissionais da pós-graduação em Serviço Social, dentre

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário

Bairro: Bodocongó

CEP: 58.109-753

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)3315-3373

Fax: (83)3315-3373

E-mail: cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.522.723

outras áreas afins do saber científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Os termos necessários e obrigatórios encontram-se presentes.

Recomendações: Retirar do Questionário o espaço para inserir o nome. Substituir por código ou siglas preservando a privacidade da participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: O projeto encontra-se completo, sem pendências.

Diante do exposto, somos pela aprovação.

Campina Grande, 06 de dezembro de 2017

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1023627.pdf	13/11/2017 12:26:18		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOComiteeEtica.doc	13/11/2017 12:25:39	MARCIA SWENIA BRITO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAutorizacao.pdf	13/11/2017 12:23:08	MARCIA SWENIA BRITO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	13/11/2017 12:20:26	MARCIA SWENIA BRITO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 02 de Março de 2018

Assinado por:
Marconi do Ó Catão
(Coordenador)

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br